

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**AS PRÁTICAS DE LEITURA NA FRANÇA DO ANTIGO REGIME: A LITERATURA
SUBVERSIVA E A QUEDA DA MONARQUIA**

DESIRE FERREIRA DA ROSA SILVA

**Taquara
2018**

DESIRE FERREIRA DA ROSA SILVA

**AS PRÁTICAS DE LEITURA NA FRANÇA DO ANTIGO REGIME: A LITERATURA
SUBVERSIVA E A QÜEDA DA MONARQUIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Licenciatura Plena em História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Donner.

Taquara

2018

Dedico este trabalho àquelas pessoas que torceram por mim, durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de realizar este trabalho, que, para mim, é a realização de um sonho. Agradeço à minha família, pelo apoio constante que recebi. Mãe, obrigada pelo carinho, pelas incontáveis vezes que me auxiliou nas tarefas diárias, nos dias em que o trabalho, as aulas, as leituras e tantas outras atividades ocupavam meu tempo. Pai, você é demais, obrigada por tudo!

Airton, como agradecer?! Foram muitas leituras, muitos trabalhos, muitas vezes em que voltamos mais cedo dos passeios, pois eu precisava estudar. Nos finais de semestre, a agonia era grande, mas graças à sua compreensão e bom-humor, esperar pela divulgação das notas e a tão esperada aprovação nas disciplinas tornavam-se mais fáceis. Enfim, foram tantas as situações em que você abriu mão de algumas horas de descanso e de lazer, para me acompanhar nas minhas atividades! Muito obrigada...

Minha orientadora, professora Sandra Donner, obrigada por todo o incentivo que recebi de você para realizar este trabalho. Sou grata pelo empenho e dedicação com que me auxiliou na realização desta pesquisa. Foram alguns momentos angustiantes, mas você foi fundamental para que tudo parecesse mais tranquilo!

Professora Andrea, não foram poucas vezes em que suas palavras de incentivo me deram forças para continuar. Obrigada por tudo! Obrigada a todos os professores do Curso de História: vocês foram muito importantes na minha formação.

“Será que os livros fazem revoluções?”

Roger Chartier

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de realizar uma análise da História da Leitura, na França do Antigo Regime, entre 1750 e 1789. A ampla circulação da literatura subversiva, as relações comerciais tumultuadas e o intenso controle policial contribuíram para a queda da monarquia, fazendo ruir o Antigo Regime? Como isso foi possível? Para a realização desta pesquisa, foram analisadas três obras consideradas subversivas nesse contexto, transcritas pelo historiador Robert Darnton.

Roger Chartier, bem como o próprio Darnton são autores que se dedicam ao estudo das práticas de leitura na França setecentista e, por isso, são fundamentais para realizar tal análise. A literatura francesa, no Antigo Regime, ocupou um lugar de destaque nas preocupações do governo. Em vista disso, ele buscava obter um controle sobre ela, o que demandava um minucioso trabalho por parte da polícia.

Os assuntos principais para a escrita de textos subversivos eram os escândalos ocorridos na corte e na Igreja Católica. A figura do soberano e sua família era alvo das mais diversas críticas dos escritores, para um público cada vez mais ávido por essas obras. A situação vivida pela sociedade francesa em seu território e as dificuldades enfrentadas na política internacional foram preparando terreno para os eventos ocorridos em 1789 – o estopim da chamada Revolução Francesa.

Palavras-Chave: História da Leitura. Literatura Subversiva. Revolução Francesa.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Interior de uma gráfica do século XVIII.....	29
Imagem 2 - Vendedor ambulante	33
Imagem 3 - Frontispício de <i>Thérèse Philosophe</i>	38
Imagem 4 - Louis Sebastien Mercier, frontispício de <i>L'an 2440</i>	42
Imagem 5 - Frontispício de <i>Anedoctes sur Mme. la comtesse du Barry</i>	49
Imagem 6 - Almanaque Real do ano de 1769	57
Imagem 7 - Prensa clandestina do século XVIII.....	70
Imagem 8 - Café Procope	80
Imagem 9 - Leitura individual	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Falência de Editores parisienses	28
Tabela 2 - Classificação das vendas para a STN.....	31
Tabela 3 - Autores e número de obras recomendadas	62
Tabela 4 - Índice de alfabetização, de acordo com os registros de casamento – Homens	73
Tabela 5 - Índice de alfabetização, de acordo com os registros de casamento - Mulheres.....	74
Tabela 6 - Custos para montar um pequeno comércio de livros, segundo Gerlache	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CRIAR, IMPRIMIR E COMERCIALIZAR NA FRANÇA PRÉ- REVOLUCIONÁRIA: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO LIVRO SOB O ANTIGO REGIME	21
2.1	O Antigo Regime	21
2.2	A trajetória do livro: produção e impressão	24
2.3	A trajetória do livro: o comércio	29
3	A MONARQUIA FRANCESA SOB ATAQUE: AUTORES E OBRAS DIFAMATÓRIAS NOS REINADOS DE LUÍS XV E LUÍS XVI	35
3.1	<i>Thérèse Philosophe, ou Memoires pour servir à l’histoire du P. Dirrag et de Mlle Eradice</i>	<i>37</i>
3.2	<i>L’an deux mille quatre cent quarante, rêves’ il en fût jamais</i>	<i>42</i>
3.3	<i>Anedoctes sur Mme. la comtesse du Barry</i>	<i>49</i>
4	AUTORIZAR OU PROIBIR? O CONTROLE DA PALAVRA IMPRESSA NA FRANÇA SETECENTISTA	55
4.1	A censura e seus profissionais	55
4.2	Permissões e privilégios	59
4.3	As obras editadas fora do reino francês	61
4.4	Proibir uma obra fomenta sua circulação?	63
5	O ENCONTRO ENTRE A LEITURA E A ESCRITA: O IMPACTO DA LITERATURA SUBVERSIVA NOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS	72
5.1	As práticas de leitura	72
5.2	A leitura e os lugares de sociabilidade	77
5.3	A leitura individual	81
5.4	Política e ideias em circulação	86
6	CONCLUSÃO	92
	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o propósito de analisar a História da Leitura na França, no período conhecido como Antigo Regime, especificamente entre 1750 e 1789. Nesse contexto, Paris era vista como um ambiente repleto de intelectuais, que redigiam os maiores clássicos da literatura da época. No entanto, a literatura na França, nesse período, não era produzida somente por grandes filósofos, como Voltaire e Rousseau e suas conhecidas obras; ela consistia em uma rede ampla e extremamente complexa. Em Paris e, também, em algumas cidades provincianas, pululavam os textos produzidos por subliteratos, ou seja, escritores não conhecidos pelo grande público, que enfrentavam muitas dificuldades para escrever, agiam, muitas vezes, na clandestinidade, no submundo literário, tentando desesperadamente viver de sua escrita.

Os literatos e subliteratos produziam suas obras para um público ávido por informações, o qual tinha acesso a esses livros por intermédio dos mais diversos meios: aquisição em lojas autorizadas, empréstimos, encomendas feitas sob sigilo – nos casos em que se tratava de um texto proibido, entre outros meios. A literatura era a grande formadora da opinião pública, visando afrontar os três grandes pilares que norteavam a sociedade francesa do Antigo Regime: o Estado, a moral e a Igreja. Por isso, era alvo da intensa vigilância do governo e da polícia.

Considerando a importância do papel desempenhado pelas práticas literárias nesse período, é extremamente relevante inquirir o seguinte: a ampla gama de publicações, as complicadas relações comerciais, a intensa vigilância da polícia, bem como o próprio conteúdo das obras ilegais puderam contribuir para a queda da monarquia e, assim, fazer ruir o Antigo Regime? Caso a resposta seja afirmativa, como isso ocorreu?

Esses questionamentos surgiram a partir da leitura da obra “As origens culturais da Revolução Francesa”, de Roger Chartier (2016). A forma como ela foi escrita, a bibliografia utilizada pelo historiador, a análise sobre a circulação da palavra impressa e os acontecimentos políticos – as causas propriamente ditas de uma revolução – foram as questões que deram origem à realização desta pesquisa, a qual busca entender a circulação do escrito na França do Antigo Regime.

Com o aperfeiçoamento das técnicas de escrita e seu uso na literatura, o ato de escrever ultrapassou os domínios dos funcionários do Estado, ganhou ainda mais

espaço nas universidades e se popularizou entre uma parte significativa da elite. Os comerciantes, ainda que, na maioria das vezes, utilizassem os cálculos para ter o controle de suas vendas, também apropriaram-se da escrita, fazendo com que ela fosse recorrente entre a burguesia. De dentro dessas camadas sociais, emergiram conhecidos autores que, tendo acesso às universidades, adquiriram conhecimento e o expandiram, formulando tratados sobre teologia, política, entre tantos outros assuntos. A invenção da prensa de tipos móveis pelo alemão *Johannes Gutenberg* (1398-1468), por volta de 1450, foi um marco significativo na trajetória da escrita e, conseqüentemente, da leitura. O historiador francês Roger Chartier (2011, p. 85) defende que

[...] seria absurdo pensar que a imprensa não mudou nada nas relações entre o texto e o leitor, abaixando os custos de produção repartidos na totalidade dos livros de uma edição, e diminuindo o tempo necessário para a reprodução de um texto no formato livro. A imprensa, evidentemente facilitou a circulação dos textos, permitiu a mais leitores o acesso à mais textos.

Fica evidente a impossibilidade de apontar somente uma propagação da escrita, sem que se faça uma análise das práticas de leitura no mesmo sentido, considerando que uma é inerente à outra. A circulação da literatura, independente do material e do tipo de escrita, sempre teve uma finalidade e um público ao qual se destina. No entanto, para que haja essa interação entre a leitura e a escrita, é necessário que o autor e o leitor conheçam os símbolos, as ideias e os objetos que cada caractere inscrito sobre determinada superfície significa, o que é intrínseco à relação entre a leitura e a escrita. Durante um significativo espaço de tempo na trajetória humana, percebe-se a restrição da leitura, independente de qual fosse a sua finalidade a determinados grupos sociais diminutos. As funções, ora comerciais, ora administrativas atribuídas a eles, faziam com que tivessem o conhecimento dos caracteres utilizados, para que houvesse um maior controle sobre essas atividades por um pequeno grupo de pessoas. Com o passar do tempo, a escrita foi difundindo-se e, conseqüentemente, a leitura também conheceu uma significativa popularização.

A Reforma, movimento liderado por Martinho Lutero, foi um grande marco para a difusão da leitura entre a população. O hábito de ler era importante para que a Bíblia pudesse ser lida individualmente, por meio de uma leitura silenciosa, que proporcionasse momentos de reflexão ao indivíduo, a fim de que pudesse crescer moral e espiritualmente – ao contrário da Tradição Católica, em que todos os rituais

eram coletivos, não permitindo o acesso dos fiéis à leitura da Bíblia. No entanto, é importante perceber o grande catalisador, o qual fez com que a influência de Lutero e suas ideias se propagassem ao ponto de influenciar a leitura individual: a prensa de tipos móveis não teve um impacto significativo somente na escrita, mas também na leitura. Assim, as ideias do líder da Reforma beneficiaram-se do invento de *Gutenberg*.

É importante lembrar, além disso, que o historiador tome alguns cuidados ao tratar da prensa de tipos móveis como uma “revolução”, a qual faz com que se passe do manuscrito ao impresso imediatamente. Chartier (2007) alerta que as razões para isso eram as mais diversas: não somente evitar o minucioso crivo dos censores, mas também em função do preço e do grupo social em que essa literatura circulava.

A leitura foi sobrepunhando os limites de classes sociais e lideranças religiosas e, em muitos países, especialmente da Europa, ela já havia sido disseminada entre a população. Na França, em meados do século XVIII, já se fazia presente até mesmo no meio rural. Denis Diderot, o *philosophe*, em sua “Carta sobre o comércio do livro”, a qual foi dirigida a Antoine Gabriel de Sartine – Superintendente da Polícia de Paris e Diretor do Ofício dos livreiros, aponta como data para o início da imprensa em território francês o ano de 1470, bem como o grande responsável por essa difusão, “Jean de La Pierre, *prior* da Sorbonne, o qual fez esse favor às letras francesas” (DIDEROT, 2002 p. 132). De acordo com Diderot, que, nesse trecho da correspondência, não fornece ao leitor detalhes sobre a produção dos livros, afirma ter sido na “Casa Sorbonne” o local onde se desenvolveu um forte comércio livreiro, inicialmente dividido em dois grupos: os comerciantes que vendiam manuscritos, os quais ainda permaneceram em circulação, mesmo após a invenção da prensa de tipos móveis; e os que vendiam livros impressos. Ainda, de acordo com o autor da carta, posteriormente, esses dois grupos foram unidos sob a tutela da universidade (DIDEROT, 2002).

Logicamente, é inverossímil afirmar que, na segunda metade do século XVIII, os franceses fossem em sua maioria alfabetizados e que liam somente as volumosas obras de renomados literatos, como Voltaire e Rousseau. Os cartazes, pasquins, almanaques e também os *canards* traziam uma literatura fácil, rápida e associada à imagem, proporcionando ao leitor que tivesse um contato pouco frequente com a escrita o entendimento e a compreensão. Os dois primeiros, normalmente, consistiam em uma folha de papel impressa apenas em um dos lados, com notícias, imagens e,

não raro, anúncios de acontecimentos sobrenaturais. Os almanaques continham impressões mais elaboradas, trazendo conteúdos mais diversificados, com circulação periódica. De acordo com Chartier (2009), esses periódicos eram uma forma encontrada pelo povo para, por meio da palavra impressa, manter-se atualizado, considerando que sua literatura era vista como “inadequada” à esfera da elite, no Antigo Regime. Já o último grupo, nas palavras de Silvia Leibel (2017, p. 12, grifo da autora), eram:

Vendidos em meio a almanaques, calendários e discursos, os *canards* destacam-se entre os impressos que compõe a literatura de venda ocasional na França moderna. Seu nome deriva dos boatos [...] que alimentavam a literatura ou, a partir de uma explicação etimológica, dos gritos dos vendedores que os anunciavam, o que demarca uma característica essencial do gênero: sua fundação frequente em rumores que, por sua vez, ganhavam nova proporção após as publicações deixarem as prensas e caírem nas mãos do público. Com uma vida longa, tendo sido impressos desde inícios do século XVI até o século XIX, esses textos têm em seus dois primeiros séculos de publicação um período áureo.

No caso dos pasquins e dos cartazes, pode-se dizer que faziam parte da “literatura de rua”, pois eram fixados em locais extremamente visíveis, nos lugares mais movimentados. No entanto, com relação a esses dois meios de informação do público, cabe ressaltar um paradoxo: diante desse material impresso, até mesmo analfabetos ou semianalfabetos tornavam-se leitores, pois, complementando a escrita, as imagens existentes também eram muito claras, a respeito do assunto tratado. Além disso, havia a possibilidade dessas pessoas saírem às ruas na companhia de pessoas letradas, mesmo que não tivessem um contato frequente com a escrita, permitindo, desse modo, que o indivíduo não alfabetizado tivesse acesso às informações contidas nos cartazes e pasquins. Assim, quem produzia essa literatura com frequência, abordava temas políticos, propagandísticos, acontecimentos milagrosos ou boatos sobre pessoas influentes, espalhando-se entre o povo. Em muitos casos, essas publicações não revelavam o nome de seu autor ou da pessoa responsável pela impressão, devido à subversão do conteúdo do texto. Já os *canards* e os almanaques, ainda que vendidos a um preço acessível, até mesmo aos trabalhadores, demandavam uma produção mais dispendiosa, por parte do dono da tipografia.

Embora muitos pesquisadores discordem entre si sobre os mais variados aspectos concernentes ao Antigo Regime, o fato que havia um rígido controle por

parte das autoridades francesas sobre a circulação da literatura é atestado por vários deles. A individualização da leitura, ou seja, o ato de ler em silêncio sem que as outras pessoas soubessem o teor da obra lida, mostrou uma certa ambiguidade: se, de um lado, ela permitia moldar a sociedade, de acordo com os valores desejados pelo governo e até pela igreja, com leituras devocionais religiosas, obras sobre a moral e a civilidade; por outro, esse acesso ao escrito e a possibilidade de ler em silêncio, nos mais variados espaços, possibilitava ao indivíduo que tivesse ao seu alcance as “más leituras”, consideradas prejudiciais a todos os valores benéficos pregados pela igreja e alvos das tentativas de controle do governo. Por esse motivo, a polícia, especialmente em Paris, procurava manter um rigoroso esquema de segurança, por meio de privilégios e permissões – estas ligadas diretamente ao conteúdo das obras, que evitasse ou limitasse, de forma significativa, o número de obras subversivas no reino. As autoridades procuravam delinear a linha tênue que separava o oficial do clandestino, tarefa da qual se ocupavam os censores reais, a *Direction de La Librairie* e o próprio chefe de polícia parisiense, cujo cargo demandava especial atenção com a circulação da literatura.

No entanto, a profusão de obras espalhadas por toda a França, impressas em gráficas clandestinas, impressores não autorizados, comercializadas por livreiros não registrados e mascates que camuflavam as obras censuradas entre as demais mercadorias dificultavam o trabalho da polícia; por isso, cada vez mais, profissionais aderiam ao comércio do livro de forma furtiva, buscando driblar o controle das autoridades. Essas manobras, muitas vezes realizadas com sucesso, incentivaram também muitos autores a produzir obras com teor subversivo, que tinham por objetivo a venda, a diversão do público e, simultaneamente, a degradação da imagem da igreja católica e da monarquia perante os franceses.

Nas obras escritas, os assuntos poderiam ser os mais variados: a vida sexual do monarca, as manobras realizadas pelas cortesãs para obter favores dos membros da nobreza, a perversão sexual existente em grande parte do clero, a corrupção, entre outros delitos cometidos por pessoas influentes. Por esse motivo, vários autores tiveram seus manuscritos confiscados ou foram mantidos cativos em várias prisões, entre elas a Bastilha, como foi o caso do Marquês de Sade.

Paralela à literatura subversiva, censurada pelas autoridades, circulava a literatura incentivada, permitida e, até mesmo, tolerada por elas. Em sua obra “O grande massacre de gatos”, Robert Darnton (1986) apresenta os contos, totalmente

ligados ao cotidiano da população, inclusive no meio rural. Eles não eram apenas histórias fantasiosas, recheadas de encantamentos e acontecimentos sobrenaturais, que buscavam divertir o leitor: cada conto trazia características do contexto histórico, da moral vigente, da acirrada luta dos pobres para sobreviverem contra uma classe dominante que se impunha, da fé e de como muitos pobres saíram vitoriosos sobre o seu oponente rico por meio da esperteza, do engodo. Livros de orações, cantos, hagiografias, manuais de civilidade eram obras que circulavam livremente pelo reino, sem que as autoridades responsáveis pelo controle do comércio livreiro impusessem alguma punição. Havia, também, aquelas obras toleradas pelas autoridades, em que a circulação era permitida em menor escala ou com permissões especiais. Dessa forma, muitas autoridades policiais foram coniventes com os mais diversos profissionais do ramo livreiro, permitindo a circulação de obras que se fossem do conhecimento do monarca ou alguém próximo a ele, as quais jamais circulariam.

Para compreender as práticas literárias na França do Antigo Regime e perceber a presença ou a ausência de relações entre elas, bem como os eventos ocorridos em 1789, o pesquisador que pretende abordar essa temática tem a seu dispor uma ampla gama de fontes. Para a realização do presente trabalho, as fontes utilizadas foram as obras *Thérèse Philosophe, ou Memoires pour servir à l'histoire du P. Dirrag et de Mlle Eradice*¹, *L'an deux mille quatre cent quarante, rêve s'il en fût jamais*² e *Anedoctes sur Mme la comtesse du Barry*³, traduzidas pelo historiador Robert Darnton e transcritas na obra "Os best-sellers na França Pré-Revolucionária" (1998). Essas três obras foram escolhidas para análise, pois encontram-se disponíveis em português e tratam de assuntos que, embora sejam considerados subversivos, apresentam diferenças significativas entre si.

Para realizar este trabalho, também foi usada a "Carta sobre o comércio do livro", escrita pelo *philosophe* Denis Diderot (2002), um documento pelo qual se dirige ao Superintendente da Polícia de Paris e responsável pela Direção do Ofício dos Livreiros, Antoine Gabriel de Sartine; trechos do arquivo pessoal do inspetor de polícia Joseph d' Hémerly, onde ele faz um breve relatório sobre Denis Diderot e D' Allambert; a obra do Marquês de Sade "O corno de si mesmo e outras historietas", composta de

¹ Tradução: *Thérèse Philosophe* ou "Memórias do caso entre o padre Dirrag e *Mlle. Eradice*" (mademoiselle, abrev. Mlle, no francês, é um substantivo feminino, que significa moça, mulher solteira de boa conduta).

² Tradução: "O ano de 2440: nada mais que um sonho".

³ Tradução: "Anedotas sobre Madame, a Condessa Du Barry".

vários contos escritos por ele, que leva o leitor a perceber claramente um ataque explícito ao clero na França setecentista; os levantamentos de dados obtidos por Daniel Roche (1996, 2004), Robert Darnton (1987, 2016, 1992, 2012, 1986, 1996, 1998, 1996) e Roger Chartier (1999, 1991, 2011a, 2011b, 2007, 2004, 2009, 2011c), sobre a alfabetização dos franceses nesse período, bem como das obras mais vendidas e outros dados alusivos ao comércio livreiro na França Pré-Revolucionária. Serão utilizadas, outrossim, as tabelas de vendas e pedidos feitos pelos livreiros dos arquivos da STN⁴, além de imagens referentes às obras analisadas e transcritas por Robert Darnton. A conhecida obra de Tomás Morus, “A Utopia” (2012), também será utilizada em uma análise comparativa com o trabalho de Mercier. Essas obras foram escolhidas pelo seu conteúdo, o qual retrata, de forma bastante clara, o que era tido como subversivo nesse contexto, em termos políticos, religiosos e morais.

O estudo sobre as práticas literárias dos franceses, no contexto do Antigo Regime, tem sido objeto de pesquisa de renomados historiadores, os quais buscaram compreendê-las, fazendo com que se ampliasse a bibliografia existente sobre o assunto e, conseqüentemente, disseminando o conhecimento histórico, especialmente sobre os aspectos cultural e político, característicos da França nesse período. No que se refere às produções sobre a História da Leitura propriamente dita, Roger Chartier, historiador francês e professor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, possui vários trabalhos de pesquisa. Ligado aos historiadores da Escola dos *Annales*, desenvolveu sua pesquisa no campo da História da Leitura, principalmente na França do Antigo Regime. Robert Darnton, historiador norte-americano, graduado em História em Oxford, é autor de várias obras sobre a circulação da literatura, especialmente na Europa. Darnton possui várias obras sobre a circulação da literatura oficial e extraoficial, no período Pré-Revolução na França. Para compreender a leitura e a escrita no ambiente doméstico, faz-se necessária uma análise da temática proposta por Philippe Ariès, em sua História da Vida Privada (1991). Eric Hobsbawm (2016) é um dos autores fundamentais para entender o contexto político em que ocorreu a Revolução Francesa e seus desdobramentos.

Daniel Roche, autor de algumas obras escritas juntamente com Darnton, também dedica-se à história do escrito na França setecentista. Embora em algumas obras o foco seja as práticas culturais dos franceses com relação aos demais

⁴ *Société Typographique de Neuchâtel*.

aspectos, como hábitos de se vestir, entre outras atividades do cotidiano, sua contribuição, no tocante à palavra impressa, no presente trabalho é fundamental. Sílvia Leibel (2017), historiadora que também analisa a história da leitura, traz suas contribuições no que se refere a uma “literatura de rua” na França: os *Canards*. O sociólogo Pierre Bourdieu, por sua vez, traz para o campo da História da Leitura importantes contribuições, em se tratando da leitura como prática cultural. Ainda, no campo da sociologia, as autoras Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré (2010) dedicam-se ao estudo da palavra escrita e seu desenvolvimento na sociedade, em diversos contextos. Para enriquecer a análise, conectando-a diretamente com o trabalho do historiador e a relevância do tema apresentado neste trabalho, serão tecidas reflexões, baseadas nas ideias do historiador Marc Bloch (2001) e de autores, como José Carlos Reis (2010) e José Carlos do Amaral Azevedo (2012).

Para a realização do presente trabalho, serão necessárias as análises de alguns conceitos, tanto políticos e sociais, referentes à França setecentista, quanto culturais, ligados às atividades desenvolvidas no campo literário desse período. Inicialmente, parte-se do pressuposto de que a pesquisa será desenvolvida com foco principal no período de 1750 a 1789, inserido dentro do que se conhece como Antigo Regime. Para Lise Andries (1996), a noção dessa expressão nasce com a Revolução Francesa, com o objetivo de marcar uma ruptura, ou seja, antes e depois dos eventos de 1789. José Carlos do Amaral Azevedo (2012, p. 33), por sua vez, corrobora a afirmação de Andries (1996) e aponta esse termo como “um conjunto de características do absolutismo francês”. Entre essas características estão o governo centralizado e os privilégios, reservados a uma minoria.

Considera-se que não se pode pretender realizar uma exegese das práticas de leitura dos franceses, nesse contexto, sem levar em conta a opinião pública. Esse conceito foi delineado pelo historiador Roger Chartier (2004) como sendo forjada nos anos 1750, sendo definida como um tipo de autoridade, sob a qual estão sujeitas todas as demais opiniões particulares, até mesmo a do monarca. Ainda, tomando por base esse mesmo historiador, o presente trabalho adota o conceito de representação, uma vez que, apesar de o esforço do pesquisador, ele jamais poderá fazer uma “reconstrução” dos fatos tais como ocorreram. Porém, mediante a consciência da impossibilidade de tal tarefa, é fundamental que ele tome conhecimento das práticas de representação, para que compreenda e apresente ao seu leitor uma análise mais minuciosa desses fatos, com reflexões em torno dele. Chartier (2011a) entende por

representação as imagens, códigos e afins que são usados para descrever um fato, um objeto ou mesmo uma pessoa. O autor também aplica esse conceito à representação política, especialmente no tocante à figura do governante ou seus representantes incumbidos de tal função.

Neste trabalho, além disso, serão utilizados os conceitos de Absolutismo, Monarquia e República. Considerando que essas são palavras polissêmicas, especialmente as duas últimas, serão utilizadas em seu sentido mais geral, uma vez que se tratam das formas de governo da França setecentista e não constituem o foco principal da pesquisa. Essas expressões serão aplicadas conforme o “Dicionário de Política”, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998). Por Absolutismo, os autores não entendem um sistema de governo engendrado de forma simplista, baseado apenas na figura do soberano, mas um sistema mais complexo do que aparenta em um primeiro momento. Esse termo pode ter sido concebido no século XVIII, com a finalidade de enfatizar os elementos negativos de uma monarquia. Em relação à soberania, pode-se dizer que o governante se utiliza do poder a ele conferido, sem que haja um controle de outras instâncias.

Paolo Colliva (1998) define Monarquia como uma forma de governo baseada no consenso, em que o governante é investido da soberania, sendo que essa é uma posição social hereditária e vitalícia, com exceção de uma abdicação voluntária ou deposição por um movimento revolucionário forte. A tendência de centralização do poder nas mãos do monarca, apontada pelo autor como o fenômeno que pode ser observado na França, no período do Antigo Regime. No entanto, os literatos franceses, nesse contexto, sonhavam com um país onde a organização política fosse diferente daquela vigente no momento: a República. Nicola Mateucci (1998) aponta os diversos sentidos do termo, que não é, de forma nenhuma, estático. No século XVIII,

[...] o mito da República está, deste modo, estreitamente ligado à exaltação do pequeno Estado, o único que consente a democracia direta, reconhecida como a única forma legítima de democracia. O modelo em que se inspirou Rousseau em seu Contrato social é precisamente o de Genebra, um modelo novo em confronto com as demais Repúblicas até então idealizadas, de Atenas a Roma, de Florença a Veneza, de Ragusa a Lucca (MATTEUCCI, 1998, p. 1108).

O trabalho será organizado em cinco capítulos. Neste primeiro, apresenta-se a introdução. No segundo capítulo, será abordado o contexto político em que se encontrava a França, durante o Antigo Regime: suas instituições políticas e religiosas, sua organização social e a opinião pública. Na tentativa de formar essa última e sobreviver por meio da escrita, estavam os literatos e subliteratos que produziam uma literatura para ser consumida pelo público-leitor, com temas por vezes provocativos, visando atacar a ordem vigente, o governo e a Igreja Católica. Junto a essa literatura subversiva, circulava a literatura oficial, aquela admitida ou mesmo tolerada pelas autoridades. Nesse capítulo, serão analisados os caminhos percorridos pela palavra impressa, desde a sua produção até ser entregue ao leitor, que, muitas vezes, deixava transparecer suas impressões sobre a obra, por meio de anotações nos espaços vagos da página.

O terceiro capítulo discorrerá sobre o conteúdo das produções subversivas sendo que, para isso, serão analisadas algumas destas obras: *Thérèse Philosophe, ou Memoires pour servir à l'histoire du P. Dirrag et de Mlle Eradice, L'an deux mille quatre cent quarante, rêve s'il en fût jamais* e *Anedoctes sur Mme la comtesse du Barry* (DARNTON, 1998) e a Carta de Diderot (2002) sobre o Comércio do Livro, na tentativa de apreender seus assuntos, personagens, objetivos em comum, bem como seus autores.

A perseguição da polícia aos autores e a censura de suas obras serão temas do quarto capítulo. A respeito disso, acredita-se que a repressão policial ocorria por meio de uma complexa rede de contatos, das quais faziam parte espíões da polícia, censores e autores rivais que se denunciavam mutuamente às autoridades. Buscando um controle mais efetivo sobre a circulação de material impresso no reino, o governo francês, os censores reais e os policiais conferiam aos livreiros e impressores permissões e privilégios, para que tais escritos pudessem circular, principalmente em Paris.

Por fim, o quinto capítulo versará sobre as práticas de leitura na capital francesa, as quais serão analisadas no sentido físico, ou seja, dos hábitos de leitura. As instituições onde a palavra impressa circulava e se desenvolviam as redes de sociabilidade, ou seja, os salões, os cafés, bares, tabernas de demais espaços públicos, também serão tratadas nesse capítulo. A Biblioteca Azul, um meio pelo qual a literatura atingia as camadas mais baixas da sociedade, especialmente por seu baixo custo, também foi, nesse contexto, um importante veículo pelo qual as ideias se

difundiram. A partir daí, é possível perceber o impacto ou a ausência dele nos acontecimentos políticos, que abalaram as bases da Monarquia.

2 CRIAR, IMPRIMIR E COMERCIALIZAR NA FRANÇA PRÉ- REVOLUCIONÁRIA: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO LIVRO SOB O ANTIGO REGIME

O assunto deste capítulo será uma contextualização do Antigo Regime, das discussões historiográficas que envolvem esse termo e, também, da trajetória percorrida pela palavra impressa até seu destino final: a imaginação do leitor. A palavra impressa, ainda que muitas vezes obrigada a circular por caminhos obscuros, encontrou terreno fértil entre as mais diversas camadas sociais, o que contribuiu para uma difusão de ideias na capital do reino francês e nas províncias.

2.1 O Antigo Regime

O período da história francesa, do século XV à Revolução Francesa, ficou conhecido como Antigo Regime. No entanto, sabe-se que uma definição dessa nomenclatura, a partir da perspectiva historiográfica, é bem mais complexa. Inicialmente, a noção de Antigo Regime foi forjada com os eventos de 1789, ou seja, os escritores que produziram suas obras sob a dinastia Bourbon não se utilizavam desse termo. Nas palavras de Lise Andries (1996, p. 307), “[...] foi a Revolução que inventou a noção de Antigo Regime”. Para François Furet (1989), essa expressão surgiu como a antítese do espírito revolucionário, como um contexto que deveria ser superado em prol de novos ideais. O termo “Antigo Regime”, com o tempo, adquiriu um sentido de ruptura. Ou seja, essa noção atribuiu à Revolução um papel decisivo na história da França. Ela foi considerada, por muitos teóricos, um marco: o Antigo Regime e o período Pós-Revolução.

No entanto, considerando o recorte temporal do trabalho, os reinados de Luís XV e seu neto, Luís XVI, ocuparão um lugar de destaque nesta análise. Luís XV comandou a França desde muito jovem. Seu reinado teve início em 1715 e encerrou-se no ano de 1774, mesmo ano de sua morte. Chamado por seus súditos de Luís, o Bem-Amado precisava governar um país com grandes dificuldades econômicas, uma corte extremamente onerosa, além de um contexto político internacional marcado por conflitos, especialmente com a Inglaterra. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que culminou com a vitória da Inglaterra sobre a França, ratificada com o Tratado de Paris, causou um impacto negativo para o governo francês. Nesse documento, ficou

estabelecida uma grande perda de territórios por parte da França. Todos esses problemas com a política externa, somados a graves descontentamentos dos súditos para com a corte, fizeram com que parte da opinião pública se voltasse contra o soberano.

A favorita do rei, *Mme. Du Barry*, que substituiu *Mme. Pompadour*⁵, também irritava profundamente a sociedade francesa. A principal causa de toda essa insatisfação em relação à sua pessoa eram suas atitudes e das pessoas influentes que conquistaram sua simpatia, as quais, com isso, gastavam somas exorbitantes do tesouro real em empreendimentos próprios. Um exemplo disso foi Jean Du Barry, um dos amigos do camareiro do soberano, encarregado de aliciar mulheres para o harém do rei e que indicou Du Barry ao status de cortesã real, pois gastava dinheiro público em jogos, ironizando abertamente que não seria ele quem pagaria a dívida. O desgaste da imagem do soberano agravou-se ainda mais quando, em 1771, houve o exílio do Parlamento de Paris, situação essa que já havia ocorrido outras duas vezes. Essa atitude reforçou o caráter absolutista da monarquia francesa, cujo ápice foi sob o reinado de Luís XIV.

Durante o reinado de Luís XV, o futuro rei, Luís XVI, bem como seus pais, o Delfim e a Delfina da França, mantiveram-se afastados do cenário político. Foi somente com a morte do Delfim, filho de Luís XV e pai do futuro governante, que este último se tornou mais próximo de seu avô e de algumas de suas estratégias políticas. Nesse contexto, Luís, o Bem-Amado, já era alvo dos assuntos mais escandalosos, juntamente com sua favorita. Tanto o burburinho nos lugares de sociabilidade quanto na literatura proibida, a vida sexual do monarca e suas atitudes licenciosas eram ditas abertamente. Apesar de a aparente comoção em Paris e Versalhes com a morte do soberano, a monarquia francesa parecia estar perdendo a “aura sagrada” que a envolvia. Diferentemente do avô, Luís XVI era visto de uma forma mais positiva pela opinião pública, mesmo sendo muito jovem. Aos quinze anos, Luís XVI casou-se com Maria Antonieta⁶, igualmente muito jovem, com quatorze anos.

Quando ascendeu ao trono, por ocasião da morte de seu avô, Luís XVI e sua esposa, Maria Antonieta, foram muito bem recebidos pelos súditos. A cerimônia da

⁵ Detentora do título de favorita do rei. Após sua morte, no ano de 1764, o soberano mergulhou em um estado de melancolia, que preocupava alguns e dava margem a todos os tipos de chacotas a outros.

⁶ Maria Antonieta, arquiduquesa da Áustria, era filha da imperatriz Maria Teresa. Sua união com Luís XVI, envolveu negociações diplomáticas intensas por parte dos dois países, tendo como objetivo uma aliança.

sagração ocorreu no dia 11 de junho, em Reims. No entanto, apesar de sua imagem diante da opinião pública, juntamente com o trono, ele herdou as disputas políticas e as intrigas pessoais entre os integrantes da corte de Luís XV. Nesse processo, muitas informações importantes do reino foram sendo ocultadas do novo governante e algumas foram sendo esclarecidas ao longo do tempo. Ascensões e quedas de ministros marcaram os anos finais do Antigo Regime. A forte rivalidade com os ingleses, acentuada pela derrota na Guerra dos Sete Anos e na assinatura do Tratado de Paris, foi um dos motivos para que a França se envolvesse com a Guerra de Independência dos Estados Unidos, em 1776. Esse fato não teve uma reação unânime da opinião pública.

Enquanto o monarca francês procurava a melhor forma de governar o país, um “universo paralelo” seguia seu caminho pela França e arredores: o “universo” do livro. As ideias propagadas pelos *philosophes* serviram de motivação aos leitores das mais diversas partes do reino. É certo que, em um contexto anterior à circulação dessas ideias, a literatura já havia conquistado um espaço significativo na sociedade francesa, e os ideais do Iluminismo entraram em circulação sob o formato de livro, para somar forças na difusão da palavra impressa. A escrita, especialmente quando associada a uma imagem, foi o meio mais usado pelo governo e a Igreja católica, como forma de divulgar seus ensinamentos, mas, também, utilizada pelos opositores dessas duas instituições, em tentativas de denegrir sua imagem.

De acordo com o historiador Roger Chartier (2004), a literatura devocional, ligada à religião, e os manuais de civilidade⁷ constituíam a literatura tolerada ou mesmo incentivada pela Igreja e pelo governo. Essa literatura circulava livremente, sem que impressores e livreiros precisassem driblar a fiscalização para comercializá-la. No entanto, a palavra impressa, na França do Antigo Regime, também seguia seu caminho por uma outra via: era a literatura censurada, não autorizada, que, de alguma forma, apresentava-se como ofensiva aos costumes estabelecidos na sociedade francesa pela monarquia e pelo cristianismo. Para fazer circular esse tipo de literatura, os literatos estabelecidos ou subliteratos, bem como impressores e comerciantes precisavam atuar na clandestinidade. As páginas a seguir trazem uma análise sobre

⁷ Em sua obra “O processo civilizador”, Norbert Elias (1994) faz um estudo sobre os manuais de civilidade e sua utilidade às cortes e aos cidadãos, especialmente das camadas mais altas da sociedade. Esses manuais foram se tornando cada vez mais conhecidos e impressos em maior quantidade.

a circulação da literatura subversiva, desde os manuscritos do autor, até a obra impressa, que chegava às mãos do leitor.

2.2 A trajetória do livro: produção e impressão

O ponto de partida para a circulação de qualquer obra é a mente de seu autor, que transfere suas ideias para o papel⁸, dando origem ao primeiro formato de um livro: o manuscrito. No entanto, a aquisição do papel, da tinta e os custos para a impressão tornavam o trabalho do autor, além de exaustivo no aspecto físico, um empreendimento dispendioso. Viver de sua escrita era difícil até mesmo para literatos estabelecidos, patrocinados ou pertencentes às famílias ricas. Todos esses fatores afetavam principalmente os subliteratos, em que a condição financeira não era favorável. Muitos jovens provincianos procuravam estabelecer-se em Paris, com o objetivo de seguir os passos de renomados autores, o que, em muitos casos, não se concretizava. Outra condição para instituir-se como autor, na França do Antigo Regime, era ser um grande observador da sociedade, entender suas demandas, seus desafetos políticos e religiosos, assim como suas devoções, seus costumes e sua situação financeira. As ruas e os cafés eram os lugares mais indicados para essa compreensão, o que demandava que o escritor dispusesse de tempo. Fazer tal afirmação não significa dizer que o autor produzia somente de acordo com as práticas literárias de seus leitores, sem imprimir sua subjetividade⁹. Ao contrário disso, ele, inserido na sociedade, também tinha sua visão sobre ela e, muitas vezes, partilhava dos mesmos descontentamentos de seus leitores.

Em relação à produção das obras e das tentativas de muitos autores para se estabelecerem, Denis Diderot (2002, p. 21), ao enviar uma carta ao Diretor do Comércio de Livros em Paris, em 1763, explicou as dificuldades e deixou uma dica importante: “para todos os que entram na carreira das letras, só existe um recurso: tirar seu sustento do valor de seus escritos em contratos assinados com livreiros. O começo é frequentemente difícil para quem não é conhecido [...]. Mas se um primeiro

⁸ No século XVIII, a escrita em papel, na etapa anterior à impressão, era recorrente, considerando que os autores não dispunham de outras tecnologias, para que sua obra chegasse às mãos do impressor.

⁹ Em sua obra “Apologia da História ou o ofício de historiador”, Marc Bloch reflete sobre o escritor e sua subjetividade, sobre as escolhas que faz e, especialmente, sobre o interesse pessoal pelo tema por ele trabalhado, salientando essas qualidades como inerentes a qualquer pessoa que se proponha a escrever sobre determinado assunto (BLOCH, 2001).

livro vende bem, o autor será mais bem tratado” (DIDEROT, 2002, p. 21). A carta de Diderot, é bastante clara com relação às dificuldades dos escritores iniciantes, como também alguns dos *philosophes* reconheceram ao analisar o submundo literário francês. Diderot escreveu sua correspondência em defesa dos autores franceses, enfatizando que o autor tem todo o direito de sobreviver de sua escrita, em resposta ao seu esforço (DIDEROT, 2002). Sabe-se, também, que o enciclopedista falava dos demais autores com propriedade, inclusive daqueles que produziam obras escandalosas, pois ele mesmo produziu *Les bijoux indiscrets*¹⁰, uma obra censurada, que recebeu diversas críticas.

O governo francês concedia pensões aos autores, mas isso ocorria somente em alguns casos. Para que o escritor recebesse esse benefício, ele deveria passar por uma criteriosa seleção, feita pelos funcionários da Coroa. Sendo assim, o literato que fizesse propaganda a favor da monarquia tinha maiores chances de ser subsidiado pelo governo. Ficavam excluídos desse benefício escritores desconhecidos do grande público, suspeitos de escreverem obras escandalosas ou ofensivas, cujas produções não atingissem um determinado número de exemplares vendidos, entre outros fatores que pudessem ser vistos com desconfiança pelos funcionários reais. Sob essas condições, a pensão do governo era praticamente impossível de ser conquistada pelos subliteratos, apenas por literatos estabelecidos.

O manuscrito produzido pelo autor era um objeto que demandava cuidados especiais, especialmente se o seu conteúdo fosse de teor pornográfico, difamatório ou mesmo contendo ataques sutis às instituições estabelecidas na França setecentista. Caso esse material caísse nas mãos da polícia ou de algum inimigo seu, o escritor via-se envolvido nos liames da censura, de onde não sairia facilmente. O autor deveria estar atento, ainda, às atividades policiais, que poderiam resultar, se ele fosse suspeito de produzir obras escandalosas, em uma busca policial em sua residência ou local de trabalho. Outrossim, com relação ao aspecto físico do manuscrito, era preciso preservá-lo em função do conteúdo. Considerando que as páginas eram acondicionadas soltas, a perda de uma delas poderia significar em uma alteração na transmissão da ideia do autor ao seu leitor. Esses cuidados não deveriam ser tomados somente quando o manuscrito estivesse em posse do autor, mas,

¹⁰ As joias indiscretas.

também, em seu trajeto até o local onde ele seria impresso e dentro desses estabelecimentos.

Encerrado o trabalho do autor, entram em cena as gráficas e tipografias¹¹, bem como seus profissionais. Imprimir uma obra demandava um trabalho e, dependendo do tamanho da tipografia, envolvia vários profissionais. Esses estabelecimentos eram alvos constantes da fiscalização empreendida pelo governo, necessitando de sua aprovação para que pudessem exercer suas atividades. No entanto, era elevado o número de tipografias e pequenas gráficas que operavam na clandestinidade. A maioria delas contava com poucos funcionários ou, em alguns casos, somente com a família do proprietário, com suas instalações em algum anexo da residência ou mesmo dentro dela. Para evitar conflitos com as autoridades, muitos impressores trabalhavam à noite, procurando esconder o máximo possível os manuscritos a serem impressos. Grande parte da literatura não autorizada era impressa nesses locais, em função dos custos, estabelecidos mediante detalhadas negociações entre escritores e editores.

Uma prática muito comum era a esposa e os filhos do impressor assumirem a tipografia, após a morte do chefe de família. A viúva, muitas vezes com filhos pequenos, assumia o empreendimento, negociava com os livreiros e, em muitos casos, herdava dívidas exorbitantes. Algumas delas encerravam as atividades, enquanto outras contratavam advogados ou outro impressor conhecido, a fim de auxiliar na condução dos negócios deixados pelo marido falecido. O mesmo ocorria com esposas de comerciantes, que assumiam os negócios com as gráficas e tipografias, atendendo à clientela já acostumada a comprar obras nesses estabelecimentos. Quanto à fiscalização, procuravam manter as mesmas estratégias para evita-la ou despistá-las. Caso fossem surpreendidas pela polícia, eram presas, interrogadas e submetidas a todo tipo de maus tratos, também sofridos pelos homens¹².

¹¹ Na bibliografia utilizada, as palavras “gráfica” e tipografia” são recorrentes. Considerando estudos já elaborados anteriormente, as gráficas são estabelecimentos menores, ocupando-se somente do material a ser impresso e não da fabricação dos caracteres usados na impressão. As tipografias, por sua vez, são estabelecimentos que operam de forma mais complexa, confeccionando os caracteres a serem utilizados na impressão e as executando, também, em alto relevo.

¹² Apesar de as restrições impostas às mulheres, na França setecentista, fortemente arraigada nos dogmas pregados pela Igreja Católica e pela monarquia, quando infringiam a lei, elas eram alvos do mesmo tipo de tratamento que os homens. Em alguns casos, como, por exemplo, as mulheres pobres, que não contavam com nenhum familiar influente, estavam ainda mais vulneráveis aos excessos dos policiais, nas celas das prisões francesas.

As mulheres que conseguiam driblar a fiscalização, manter relações comerciais com fornecedores e clientes e fazer com que o empreendimento prosperasse ou se mantivesse com a mesma margem de lucro. Na maioria das vezes, participavam ativamente dos trabalhos de impressão e conheciam muito bem o ofício, estando preparadas para assumir a tipografia ou a gráfica e, em muitos casos, seus funcionários.

Em muitas situações, os filhos também deram continuidade ao empreendimento iniciado pelo pai, quando este adoecia ou vinha a falecer. Alguns eram auxiliados pelas mães, outros davam seguimento às atividades, de acordo com suas próprias ideias. Considerando que herdavam a gráfica, a tipografia ou a loja, com todos os lucros e dívidas por ela gerados, alguns a mantinham em pleno funcionamento. Outros herdavam dívidas que se mostravam impossíveis de serem pagas, levando à falência o estabelecimento. Havia, ainda, a possibilidade de uma má administração, ocasionando conflitos com fornecedores por falta de pagamento e a consequente ruína do empreendimento.

Entretanto, imprimir obras censuradas não era uma atividade praticada apenas por impressores clandestinos. Muitas sociedades tipográficas, estabelecidas na França, também adotavam essa prática, para complementar seus rendimentos obtidos com a literatura autorizada pelo regime. A prática do trabalho noturno era recorrente nesses casos. A intensa circulação da literatura subversiva sob o Antigo Regime não ocasionou uma queda na circulação da literatura oficializada, permitida pelo governo, mas, para os editores, passou a representar um empreendimento rentável, especialmente se a obra obtivesse sucesso. Era preciso evitar um colapso financeiro, que levaria o estabelecimento à falência. Os principais motivos eram os atrasos em pagamentos a serem recebidos dos livreiros, responsáveis pela comercialização das obras. A tabela a seguir (Tabela 1, p. 24), elaborada a partir de dados dos editores parisienses, permite verificar que a possibilidade de falência era real entre os editores.

Tabela 1 - Falência de Editores parisienses

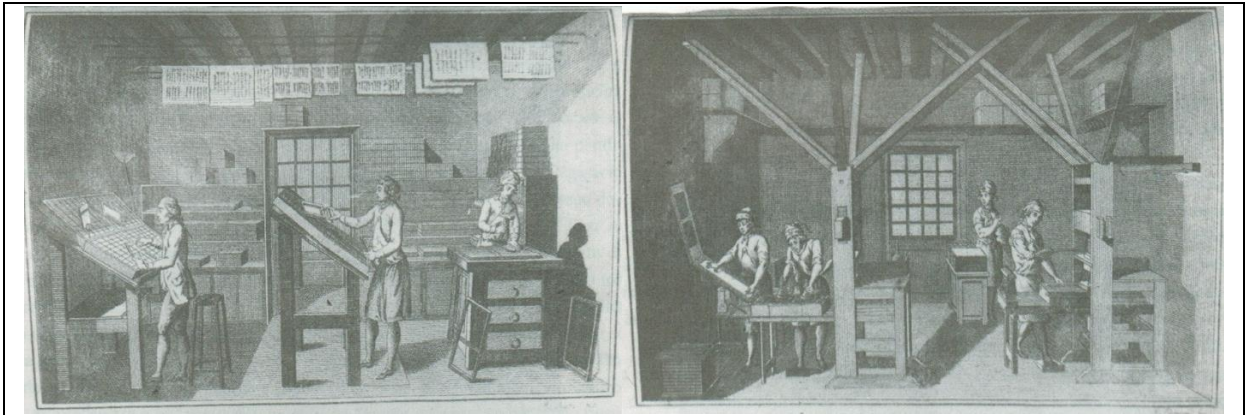
Ano	Número de editores	Ano	Número de editores
1770	2	1780	0
1771	5	1781	2
1772	1	1782	1
1773	1	1783	0
1774	2	1784	1
1775	3	1785	0
1776	1	1786	0
1777	0	1787	0
1778	3	1788	0
1779	2	1789	2

Fonte: ROCHE, Daniel. A censura e a Indústria Editorial. In: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p.119.

No entanto, para evitar tais transtornos, muitos editores recorriam a sondagens prévias, quanto à possibilidade de venda das obras, para evitar que fossem feitas grandes tiragens e, assim, acumulasse um volumoso estoque. Esse acúmulo trazia prejuízos significativos aos editores, pois, caso ficassem estocadas por muito tempo, esses profissionais não recuperariam o dinheiro investido na impressão, nem teriam lucros com ela. Havia, também, a possibilidade de uma visita policial para verificar o estoque, nem sempre presente no mesmo espaço onde era realizada a impressão¹³. Algumas obras chegavam a ser impressas sob encomenda, para evitar tais riscos. A imagem a seguir (Imagem 1, p. 25) retrata o interior de uma gráfica no século XVIII. Elas então presentes em um tratado escrito por Antoine François Momoro e, também, na *Encyclopédie* (1751-1765), pois são essas imagens que ilustram a palavra “impressão”, na obra dos *philosophes*.

¹³ Muitos impressores mantinham seus estoques em lugares estratégicos, que, dificilmente, despertariam a atenção dos policiais. Caso estes chegassem a procurar o estoque na tipografia, não o encontrariam, e isso evitava o prejuízo por parte do dono do estabelecimento. Caso o estoque fosse encontrado, certamente, ele seria confiscado.

Imagem 1 – Interior de uma gráfica do século XVIII



FONTE: MAMORO, Antoine-François Momoro. *Tratado Elementar da Impressão ou o Manual do Impressor*. In: DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 162.

2.3 A trajetória do livro: o comércio

Impressos os volumes, iniciava-se a negociação com os livreiros, responsáveis pela comercialização das obras entre mascates ou diretamente com os leitores. Eles comunicavam-se com os editores por meio de correspondências ou representantes, funcionários da tipografia, encarregados de divulgar as obras. Para facilitar as transações, os editores entregavam catálogos aos livreiros, para que, com base neles, escolhessem as obras preferidas de seus clientes. Porém, esses catálogos eram organizados com certo cuidado, a fim de que, em caso de fiscalização, somente títulos autorizados constassem na lista, o que evitava problemas para editores e livreiros. Aos títulos proibidos, também chamados filosóficos no vocabulário do comércio clandestino, um catálogo diferente era emitido, ficando de posse do livreiro, escondido do grande público e mostrado apenas a clientes selecionados, já acostumados com a compra dessas obras.

Cuidado era a palavra fundamental nas relações entre editores e livreiros. Algumas rotas eram mais vigiadas e demandavam estratégias mais eficientes para burlar a fiscalização. Uma estratégia frequentemente usada era o livreiro pedir algumas obras autorizadas e alguns títulos proibidos. No entanto, entre as páginas das obras legalizadas, os editores inseriam páginas de proibidas, não prejudicando o carregamento, todo organizado em caixas. Chegando ao destino, era necessário retirar as páginas subversivas de dentro da obra autorizada e encadernar para a

comercialização. Esses livros também viajavam acondicionados, juntamente com outras mercadorias, no fundo de caixas, para despistar a polícia.

As obras impressas na Inglaterra, onde o controle sobre a atividade livreira não ocupava um lugar tão importante nas preocupações do governo quanto na França, afluíram para o país vizinho de forma bastante intensa. Toda a atividade editorial era realizada por profissionais ingleses, sendo somente comercializada na França. O Canal da Mancha era a rota de circulação da literatura entre os dois países, o que tornava o trabalho de fiscalização feito pela polícia muito difícil de ser realizado. Autores que podiam escapar da perseguição da polícia francesa refugiavam-se na Inglaterra e seguiam produzindo obras de cunho subversivo, para circular em território francês. Essa prática levava até as autoridades francesas a agirem na clandestinidade, buscando capturar esses autores e levá-los de volta à França, com o intuito de serem devidamente punidos, conforme desejava a corte.

Os carregamentos de livros não circulavam somente dentro da França. Além de terem relações comerciais com impressores ingleses, a Suíça era uma espécie de “paraíso literário” de grande parte dos livreiros franceses. A *Société Typographique de Neuchâtel*¹⁴ era uma sociedade tipográfica localizada em Neuchâtel, na Suíça, com a qual muitos livreiros franceses mantiveram relações comerciais e intensa correspondência. Por intermédio das obras de Robert Darnton, é possível conhecer como se davam os trâmites financeiros entre as sociedades tipográficas e os livreiros. Esse historiador se utilizou dos arquivos da STN como base em muitas de suas pesquisas, a fim de entender como ocorriam as negociações entre a tipografia suíça e os livreiros franceses. Na tabela a seguir (Tabela 2, p. 27), consta uma relação feita por um livreiro, relatando a venda das obras para a STN.

¹⁴ *Sociedade Tipográfica de Neuchâtel (STN)*.

Tabela 2 - Classificação das vendas para a STN

Obra	Classificação de saída
<i>Anedoctes de mme. La comtesse Du Barry</i>	Boa saída
Coleção completa das <i>Oeuvres</i> [Obras] de <i>J.-J. Rousseau</i> , formato doze in-quarto.	Boa saída [sublinhado] Não esqueçam esses dois artigos
Obra de <i>m. de Voltaire</i>	Excelente saída
Suplemento às <i>Oeuvres</i> de <i>Jean-Jacques Rousseau</i>	Sei, com certeza, onde colocá-lo
<i>De l'homme e de la femme dans le mariage</i> [O homem e a mulher no casamento]	Saída bastante boa
<i>L' Onanisme</i> [O Onanismo]	Posso, rapidamente, colocar vários exemplares dessa obra
<i>Dictionaire historique et politique de la Suisse</i> [Dicionário histórico e político da Suíça]	Boa saída, tenho mercado
<i>L' intolérance ecclésiastique</i> [A intolerância eclesiástica]	Excelente saída

Fonte DARNTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 p. 42-43.

As relações entre impressores e livreiros nem sempre eram amigáveis. Os índices de inadimplência eram elevadíssimos no mercado do livro. Muitas vezes, isso ocorria, devido ao endividamento dos livreiros, que, de alguma forma, tinham prejuízo com as vendas e não conseguiam saldar suas dívidas com os editores. Outras vezes, vendo suas dívidas acumularem, os livreiros encerravam suas atividades e saíam da cidade ou do país, tornando muito difícil e, às vezes, impossível a cobrança dos valores a serem pagos. Ocorria, ainda, que muitos comerciantes de livros recorriam a mais de um editor ou sociedade tipográfica, para abastecer seu estoque, chegando ao ponto de não conseguir realizar os pagamentos nas datas previamente acordadas. Isso fazia com que solicitassem um prazo maior aos credores ou, então, deixassem claro que não saldariam a dívida.

Em sua obra “Iluminismo como negócio”, Robert Darnton (1996) permitiu aos seus leitores conhecer parte das negociações das muitas edições impressas da obra conhecida como o símbolo do Iluminismo: a *Encyclopédie*. A troca de correspondências de dois livreiros franceses, Panckoucke e Duplain, com a STN, transparecem muito claramente muitas dificuldades na realização de alguns pagamentos, especialmente da parte de Duplain. Considerando o valor altíssimo da dívida contraída por Duplain junto à STN, os profissionais suíços tentavam realizar as negociações da melhor forma possível, ora de forma mais flexível, ora mais firme, com

as solicitações do livreiro. Era recorrente a assinatura de contratos entre editores e comerciantes, assim como a quebra deles por alguma das partes, o que tornavam as negociações ainda mais complexas.

Além dos comerciantes estabelecidos em algum endereço nas cidades francesas, a figura do mascate, do vendedor ambulante, também foi muito importante na difusão da palavra impressa, na França do século XVIII. Presente no campo e na cidade, era ele o responsável por fazer circular a leitura popular, reconhecida oficialmente pelo regime. No entanto, era, muitas vezes, visto com desconfiança por parte da polícia, pois, ao mesmo tempo em que fazia seu trabalho com a venda de obras autorizadas, vendia também obras escandalosas. Fazia suas compras nos estabelecimentos dos livreiros, levando as obras até clientes, os quais buscavam uma maior comodidade, recebendo livros em sua residência.

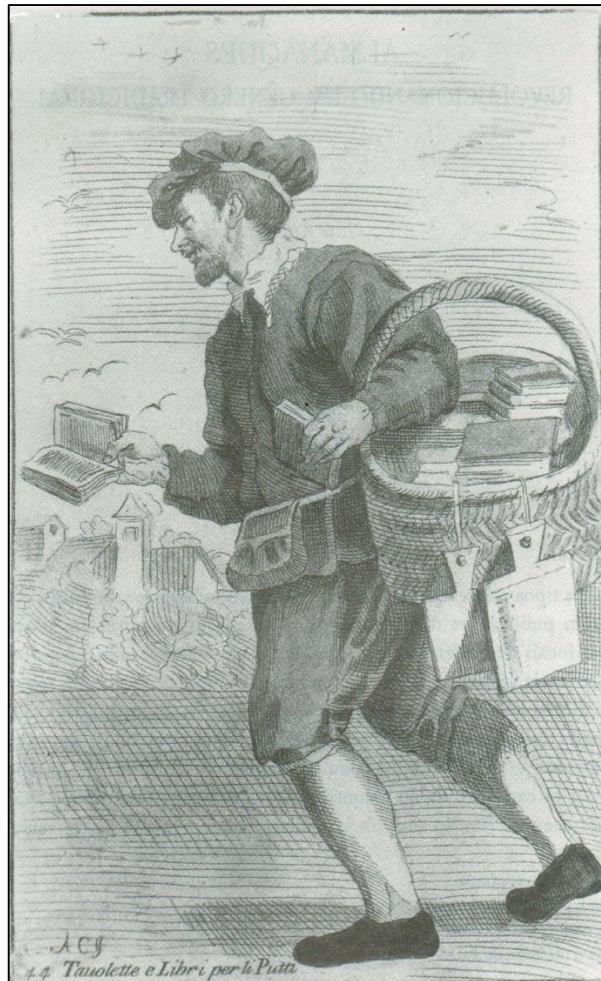
Nas ruas, os pedestres eram frequentemente abordados, para que adquirissem obras vendidas pelos mascates. Essa prática era bastante comum, pois as ruas e praças, especialmente em Paris, também eram lugares de leitura. Ler era também uma forma de se distrair em meio ao longo tempo dentro de um coche, indo de Paris até uma outra cidade ou mesmo ao atravessar o rio Sena, em barcos de menor porte. Esses lugares eram rentáveis postos de trabalho para os vendedores ambulantes, que buscavam seu sustento por meio da venda de material impresso. É importante ressaltar, outrossim, que o livro não era o único impresso comercializado por eles. Almanques e outros periódicos, de leitura mais rápida ou mais aplicável ao cotidiano dos cidadãos, circulavam em grande número.

No campo, esses vendedores também tiveram uma grande importância. Ocupados com as árduas atividades rurais, os camponeses, com raras exceções, não frequentavam as cidades onde se encontravam diversos estabelecimentos comerciais, de maneira regular. Sendo assim, o vendedor que chegava à residência deles, tornava mais fácil a aquisição de livros ou outros produtos, pois não precisavam se distanciar de seus postos de trabalho, com a finalidade de realizarem as compras. As baixas taxas de alfabetização no campo não impediam totalmente a compra de livros e a diversão dos camponeses, por intermédio das histórias escritas. Uma pessoa que soubesse ler colocava as outras em seu redor, permitindo o contato com o livro, por meio da leitura em voz alta.

Apesar de o vendedor ambulante ser uma figura importantíssima no comércio livreiro, também sobrevivia da venda de outros produtos utilizados pelos franceses.

Esses objetos por ele comercializados poderiam ser os mais variados, preferencialmente em tamanhos menores para facilitar o transporte. Muitas vezes, as obras proibidas encontravam-se entre esses produtos, tornando o trabalho da polícia mais difícil, evitando, além disso, possíveis denúncias por seus concorrentes. No entanto, os riscos não impediam que muitos vendedores ambulantes trabalhassem somente com a venda de livros, intercalando obras autorizadas e não autorizadas, sendo que a venda dessas últimas era estimada em um valor consideravelmente maior, em toda a rede do comércio livreiro.

Imagem 2 - Vendedor ambulante



Fonte: Os Ofícios de Bolonha: Vendedor de Livros e Estampas para Crianças, s. d. Gravura de Simon Guillaume. Musée de l'Imprimerie et de la Banque, Lyon, França. In: DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 p. 288.

O trabalho do livreiro e do vendedor ambulante era fazer com que o livro chegasse às mãos do leitor, destino final da obra. Era ele quem adotaria as práticas

que mais lhe conviessem, a fim de apropriar-se do conteúdo apresentado pelo autor. O crescimento das taxas de alfabetização na França setecentista, ocasionado por diversos fatores, foi de extrema importância para que o mercado literário se desenvolvesse em proporções tão amplas dentro do reino. Até mesmo as pessoas não alfabetizadas tiveram contato com o conteúdo de várias obras, pois a cultura oral ainda se fazia presente na sociedade francesa, em proporções consideráveis.

Enquanto a monarquia francesa enfrentava seus problemas, internos e externos, o “mundo do livro” seguia seu curso, embora nunca de forma independente do contexto social e político da França. Os autores utilizavam-se dos problemas enfrentados pela sociedade até para fazerem circular inocentes relatos de viagens, os quais passaram a ser tendência desde que começaram as viagens ao Novo Mundo. É certo que muitos desses autores nunca viajaram à América ou à África, mas basearam-se em relatos já escritos para escreverem os seus, criticando a política francesa, por meio dessa literatura. Assim eram feitos com muitos outros gêneros literários em circulação.

Por que o governo francês dava tanta atenção à circulação da palavra impressa dentro do reino? A resposta é mais complexa do que parece inicialmente, e, para chegar até ela, ou melhor, até uma parte dela, é preciso compreender qual era o conteúdo dessas obras e qual era o interesse da corte em fazer o máximo possível de esforço, com a finalidade de que essas obras não circulassem. O assunto referente ao conteúdo das obras será tratado no próximo capítulo, bem como a identidade de alguns autores, entre literatos e subliteratos, responsáveis pela difusão das ideias na França setecentista.

3 A MONARQUIA FRANCESA SOB ATAQUE: AUTORES E OBRAS DIFAMATÓRIAS NOS REINADOS DE LUÍS XV E LUÍS XVI

No presente capítulo, o assunto desenvolvido serão os autores e suas obras difamatórias. É importante perceber sob quais condições eles viviam, quais classes sociais pertenciam, bem como quais foram seus objetivos ao fazer da palavra impressa um meio de difusão de assuntos de ordem moral, política e religiosa. Sendo o autor e seus escritos indissociáveis, este capítulo trará uma análise de três obras em circulação, no contexto do Antigo Regime. São elas: *Thérèse Philosophe, ou Memoires pour servir à l'histoire du P. Dirrag et de Mlle Eradice, L'an deux mille quatre cent quarante, rêves' il en fût jamais* e *Anedoctes sur Mme. la comtesse du Barry*. Todas essas obras foram traduzidas por Darnton (1998).

Para compreender os motivos pelos quais a palavra impressa, na França setecentista, percorreu caminhos tão obscuros, o que, muitas vezes, dificulta o trabalho do historiador da leitura¹⁵, é preciso entender quem eram os autores e quais eram os conteúdos de suas obras. Os grandes *philosophes* eram referência não somente para seus leitores, mas também para outros autores menos conhecidos, os “boêmios da literatura”, que aspiravam ter o mesmo reconhecimento no mundo literário. Nas palavras de Darnton, “os homens da boemia literária tinham acreditado devotamente na mensagem dos *philosophes*; nada desejavam, senão se tornarem, eles próprios, *philosophes*” (DARNTON, 1987 p.46). Todavia, a caminhada dos subliteratos na República das Letras foi bastante difícil, pois, tentando sobreviver de sua escrita, muitos deles contraíram dívidas impagáveis, uma vez que escreviam obras escandalosas distantes do sucesso de venda esperado, vendiam obras proibidas de outros autores e, assim, atraíam a atenção da polícia. Quando isso ocorria, esses escritores, ora procuravam driblar as autoridades, ora denunciavam seus rivais na tentativa de obter a complacência para seus próprios atos e, se possível, auferir valores a fim de pagar suas dívidas e sobreviver.

¹⁵ Uma das principais fontes dos historiadores da leitura é a escrita notarial. Daniel Roche, Roger Chartier, Robert Darnton, entre outros pesquisadores utilizam-se muito dessa ferramenta. Contudo, é preciso ter cuidado ao analisar documentos, como inventários post mortem, pois, embora englobem a maior parte dos bens do falecido, inclusive livros, há obras que não constam nos inventários. Um dos motivos pelos quais os livros ficaram de fora do inventário é seu caráter subversivo e, conseqüentemente, de circulação proibida. Perdas e empréstimos também contribuíram para a ocultação dessas obras. Outro ponto a ser observado na escrita notarial é que ela não abrangia toda a população, especialmente as pessoas das camadas sociais mais baixas. Esses problemas são reconhecidos e apontados pelos pesquisadores do período.

Os subliteratos e suas aspirações não passaram despercebidos da pena dos *philosophes*: Diderot, que, por algum tempo, esteve sob a condição de ser um escritor pouco conhecido, demonstrando certa empatia para com esses autores. Voltaire, por sua vez, chamava-os de “pobres-diabos”, por conta do conteúdo de suas obras e da situação em que viviam e, ao contrário de Diderot, que não demonstrava simpatia pelos subliteratos. Louis Sebastien Mercier, outro literato estabelecido, também criticava certas obras e autores do *underground* literário. Fascinados pelo mundo literário fervilhante em Paris, jovens escritores provincianos chegavam à capital francesa, em busca de seu lugar entre os escritores. Procuravam, por meio do contato com outros escritores, assuntos para suas obras, assim como com integrantes já estabelecidos no ramo livreiro, os quais estivessem dispostos a ajudá-los. Apesar disso, esse ambiente se mostrava excludente, pelo excessivo número de pessoas envolvidas com o comércio do livro e pela intensa vigilância policial financiada pela corte.

Conforme aponta Robert Darnton (1987), nos últimos 25 anos do Antigo Regime, o número desses subliteratos aumentou consideravelmente. No século XVIII, a literatura subversiva francesa ocupava-se em atacar a monarquia dos Bourbons, como num panfleto de Morande – conhecido autor de panfletos, que foi alvo da intensa vigilância da polícia. Ele denunciava os males existentes na administração pública, a corrupção entre a elite dominante, em uma literatura, sem dúvida, bem menos complexa que o Contrato Social de Rousseau, por exemplo (DARNTON, 1987). No entanto, nota-se, nesses impressos produzidos pelos subliteratos, a ausência de sugestões para uma forma de governo, ou seja, existe a crítica à ordem vigente, mas não existe a apresentação de um modelo a ser seguido, ao contrário de escritores como Mercier, Rousseau, Montesquieu, entre outros que se ocuparam em apontar possíveis soluções aos problemas existentes na sociedade francesa.

Embora a literatura se ocupasse, em grande parte, de ataques à Igreja Católica, às suas lideranças e doutrinas, muitos clérigos encamparam os ideais iluministas e produziram literatura subversiva, chegando a serem autores de obras pornográficas, envolvendo seus próprios correligionários. Muitos desses, vieram a serem descritos como “clérigos anticlericais”, como foi o caso de Le Senne¹⁶ (DARNTON, 1987). Em

¹⁶ Le Senne foi um clérigo adepto do Iluminismo e amigo de D’Alembert, ao qual apelava em função de sua influência como literato estabelecido. Em algumas situações, foi perseguido pela polícia e conheceu bem as situações adversas, pelas quais passavam os subliteratos (DARNTON, 1987).

suas críticas à restrição da liberdade de expressão, escritores defendiam as gráficas em detrimento das paróquias e a difusão das ideias iluministas com a mesma liberdade de difusão do Evangelho (DARNTON, 2012). Dentro dos mosteiros, também eram produzidas seleções de textos de grandes autores e compostos pelos próprios clérigos. Percebe-se que esse material impresso, produzido por padres partidários do Iluminismo, contribuiu para disseminar entre o povo as ideias dos *philosophes*, considerando que, apesar de a ampla circulação da literatura na França, no período final do Antigo Regime, uma parcela significativa da população não tinha acesso à leitura e à escrita.

A literatura pornográfica também manteve ocupados os escritores contrários à Igreja Católica, difamando abertamente sua hierarquia, por meio de suas obras. Marquês de Sade, nascido em meados do século XVIII, em Paris, perseguido pelas autoridades, chegando a ser encarcerado na Bastilha, escreveu diversas obras com personagens clérigos. Adulterio, engano, sodomia e luxúria eram temas abordados pelo escritor, sendo grandes tabus religiosos e sociais em um país católico, como a França. Em sua obra “O corno de si mesmo & outras historietas”, Marquês de Sade escreve diversos contos, em que a mulher casada comete adultério com o pároco local, outros *abbés* frequentam bordéis conhecidos na cidade, entre outras histórias censuradas, envolvendo os mais diversos personagens. Posteriormente, suas obras tornaram-se um gênero literário de grande importância. Porém, a Igreja Católica não era um alvo isolado da literatura pornográfica: a vida sexual do rei, da rainha, de pessoas influentes na corte e de seus amantes também eram temas das obras clandestinas em circulação.

3.1 *Thérèse Philosophe, ou Memoires pour servir à l’histoire du P. Dirrag et de Mlle Eradice*¹⁷

Thérèse Philosophe (Im. 3) foi uma obra escrita por Jean- Baptiste de Boyer, o marquês d’Argens, e publicada pela primeira vez, provavelmente, em 1748. No entanto, o local e a data da publicação não constam na obra, sendo necessário um estudo mais aprofundado pelo historiador Robert Darnton, para que se chegasse à conclusão em relação à data. O conteúdo dessa obra, apresentada como aquela que

¹⁷ *Thérèse Philosophe*, ou “Memórias do caso entre o padre Dirrag e Mlle Eradice”.

mais se aproxima do gênero da “pornografia pura” (DARNTON, 1998, p. 102), é extremamente erótico. Nela, a personagem Thérèse narra cenas eróticas e conversas filosóficas, protagonizadas pelo padre Dirrag e *Mlle Eradice*; por *Mme. C.* e o *abbé T.*, bem como suas próprias aventuras com um conde amante das artes e da literatura subversiva, o qual ela não cita o nome.

Imagem 3 - Frontispício de *Thérèse Philosophe*



Fonte: A mensagem de *Thérèse Philosophe* condensada no frontispício. In: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 115.

A obra escrita pelo marquês d’Argens trata-se de um romance epistolar e traz fortes características de *voyeurismo*¹⁸, muito comum nesse gênero literário. A literatura erótica fez sucesso entre os leitores de meados do século XVIII, e nem os *philosophes* ficaram imunes a ela. Diderot também escreve sua obra considerada pornográfica, *“Les bijoux indiscrets”*¹⁹. O que ocorre frequentemente na literatura erótica é que o leitor colocado pelo autor do texto na condição de *voyeur*, pois ele pode observar a cena, sem ser visto, por meio das páginas do livro. No caso da

¹⁸ O termo *voyeurismo* vem do francês: *voyeur* ou “aquele que vê”. Um *voyeur* é uma pessoa que experimenta o prazer sexual, quando observa outras pessoas na intimidade, despindo-se ou mesmo em um ato sexual. Ele não interage nas cenas que ocorrem ao seu redor, apenas observa.

¹⁹ As joias indiscretas.

narrativa de Thérèse, o autor também convida o leitor a ter essa mesma atitude, porém, acompanhado da personagem do livro, o qual observa as ações da amiga. Jean Marie Goulemot (1991, p. 402, grifo do autor), ao analisar a circulação de obras pornográficas na França setecentista, enfatiza que,

[...] por seu objeto, ela constitui uma *mise-em scene*²⁰ do espaço privado. Enquanto as práticas sexuais pertencem ao âmbito do secreto, os corpos se escondem sob fitas e vestes amplas, as proibições relativas ao discurso se multiplicam, a literatura pornográfica exhibe o íntimo com um gestual que é só seu. Neste aspecto, como o restante da produção romanesca, ela situa o leitor na posição do *voyeur*. Mais ainda que os outros romances, o livro erótico incita uma leitura por violação.

No decorrer do texto de fácil entendimento, o leitor da época conseguiria divertir-se, escandalizar-se e mesmo enfurecer-se, o que dependeria de quem ele fosse, de seu nível de instrução, de sua postura em relação à religião, de sua classe social e, também, de suas vivências, no que se referia à moral, ao mesmo tempo em que pensava a respeito dos temas propostos. O livro foi escrito em forma de uma narrativa de Thérèse para seu amante, o conde. Após alguns questionamentos, percebe-se que ela faz um comentário, em que um leitor instruído e atento jamais deixaria passar despercebido: Com relação aos personagens, comenta: “Foram seus atos, ou em alguns casos, seus sábios conselhos que me abriram os olhos em relação a meus preconceitos juvenis” (DARNTON, 1998 p. 265). Com isso, Thérèse quis salientar que vivia em um estado de ignorância até conviver com esses personagens ilustrados, que lhe deram, ora por meio de fatos e diálogos furtivamente presenciados, ora por instruções dadas a ela pessoalmente, importantes lições, em relação ao prazer sexual e à maneira de pensar criticamente sobre a moral que regia a sociedade.

Analisando essa obra, o leitor contemporâneo precisa atentar-se às minuciosas colocações do literato, especialmente se ele tiver o interesse em compreender as razões pelas quais ela foi considerada de tamanha importância para os historiadores da leitura, durante o Antigo Regime. Primeiramente, o fato de que o personagem-narrador é uma mulher jovem merece atenção. Os analistas jamais poderão saber ao certo qual seria a intenção do escritor em escolher uma moça para ser a observadora e protagonista de tais acontecimentos, ainda que seu texto fosse dedicado a seu amante. É importante perceber que, nesse contexto, as mulheres não tinham voz ativa

²⁰ O termo *mise-en-scene* em francês significa “colocado em cena”.

na sociedade. Considerando que a sociedade europeia não conferia plenos poderes às mulheres, a atitude do autor, por meio de sua personagem, é ousada. Ele a descreve como uma mulher que recusou se conformar aos padrões vigentes na sociedade da época, levando uma vida diferente, em que o aprendizado e a leitura por prazer ocupavam um lugar de destaque na vida da personagem.

O autor já inicia seu livro destacando a desenvoltura e instrução de Thérèse. Em segundo lugar, o fato de que as figuras sobre as quais os acontecimentos são narrados constituem, em sua maioria, clérigos ou ligados à religião, de alguma forma (a própria Thérèse saíra prematuramente de um convento), deixa claro o objetivo do escritor: atacar a Igreja e a moral vigente, bem como incitar o leitor à reflexão sobre temas, como religião, costumes, instrução e métodos contraceptivos²¹. A personagem e narradora não poupa detalhes ao descrever, inicialmente, sua amizade com Eradice, que, assim como Thérèse, sonhava tornar-se santa e operar milagres, de modo a estar entusiasmada com alguns “exercícios”²² a serem realizados, juntamente com o padre Dirrag, para auxiliar em sua santificação. Por serem amigas e confidentes, Eradice convidou Thérèse para que, secretamente, observasse sua santa aventura. Essa última explica como presenciou o acontecimento entre o sacerdote e sua discípula:

Na manhã seguinte, apresentei-me às cinco horas nos aposentos de Eradice, conforme havíamos combinado [...] Escondi-me no armário; Eradice colocou a chave no bolso, através de um buraco do tamanho de minha mão, coberto por uma velha tapeçaria quase transparente, eu podia observar todo o quarto sem dificuldade e sem o perigo de ser vista (BOYER *apud* DARNTON, 1998, p. 271).

Em seguida, Thérèse presenciou um diálogo entre o clérigo e sua amiga Eradice, a respeito do desejo desta em operar milagres, dos mártires torturados, queimados vivos em virtude de sua fé e, também, da importância de esquecer o corpo, pois Deus deseja somente o coração e a mente. Encerrada a reprodução da conversa, inicia-se o relato do ato sexual entre o padre Dirrag e *Mlle* Eradice. Após detalhada

²¹Roger Chartier elabora algumas observações em sua obra “As origens culturais da Revolução Francesa”, a respeito dos métodos contraceptivos. De acordo com o autor, as práticas de controle de natalidade eram um aspecto muito íntimo da vida conjugal e sua popularização implica em uma perda de domínio dos clérigos sobre essa particularidade da vida dos casais franceses (CHARTIER, 2009, p. 154).

²² Estes “exercícios” realizados por *Mlle*. Eradice e o padre Dirrag, eram na verdade práticas de onanismo (ver p. 37) que culminavam com o ato sexual em si.

explicação, Thérèse descreveu como foi a descoberta de sua própria sexualidade e de como chegou à conclusão de que a prática do onanismo²³, além de proporcionar prazer ao indivíduo, não traria nenhuma consequência à sociedade. Todavia, o autor salienta a preocupação de Thérèse em manter-se virgem, sendo esse um aspecto muito importante para contrair matrimônio. Nesse momento, o escritor fez com que Thérèse se ocupasse em narrar sua convivência com *Mme. C.* e o *abbé T.*, bem como as conversas e fatos furtivamente observados, porém, dessa vez, sem o consentimento de algum dos envolvidos, como anteriormente.

Nos diálogos de *Mme. C.* e o *abbé T.* Thérèse, presenciavam-se conversas mais longas, com temas mais abrangentes, como o papel da religião na sociedade, do ciúme que corrói as relações dos amantes, da existência de Deus e o que seria esse ser divino, da natureza e das paixões por ela inspiradas, do ato sexual e dos benefícios da contracepção para a mulher, a sociedade em geral, entre outros temas. Percebe-se, aqui, a ênfase do autor no tocante aos riscos da gravidez às mulheres. Muitas delas morriam no momento do parto, o que ele procura ilustrar, quando diz que *Mme. C.* temia outra gestação (ela quase perdeu a vida ao dar à luz, e não foi possível salvar seu bebê). Com o passar do tempo, a Igreja Católica também passou a alertar para os riscos de as mulheres engravidarem muitas vezes seguidas, o que contribuía para a alta taxa de natalidade. Thérèse também deixou claro a seu amante que não gostaria de engravidar, partilhando dos mesmos temores, de modo que *Mme.C.* Thérèse encerrou sua narrativa relatando como encontrou o conde, amante das artes e da literatura subversiva, e como fascinou-se pela sua companhia e pelas literaturas e obras de arte existentes em sua biblioteca. No entanto, não mais desejava frequentar os mesmos ambientes que seu título de nobreza lhe dava acesso. Percebe-se, aí, uma crítica à nobreza francesa, já que um conde ilustrado não desejava estar no meio dela.

A obra do marquês D'Argens estava entre as mais perseguidas pela rede de censura e, em contrapartida, figurava nas listas das sociedades tipográficas entre as mais procuradas. Utilizar-se da literatura de cunho erótico para denunciar os líderes da Igreja Católica era uma estratégia extremamente bem formulada, pois esse gênero literário, embora fosse considerado altamente escandaloso e, por isso, odiado pelas autoridades francesas, conquistava cada vez mais leitores das mais diferentes

²³ Automasturbação masculina (AULETE, 2018).

camadas sociais. A circulação de obras pornográficas também encontrava terreno fértil entre os leitores, os quais, por algum motivo, explícito ou secretamente, não acreditavam na doutrina enfatizada pela Igreja. Fazer de freiras e clérigos, com as mais diversas posições na hierarquia católica, personagens dessas obras era uma forma de reforçar sentimentos antagônicos de pessoas influentes com relação à Igreja, à moral vigente e ao Estado.

3.2 *L'an deux mille quatre cent quarante, rêves' il en fût jamais*²⁴

Imagem 4 - Louis Sebastien Mercier, frontispício de *L'an 2440*



Fonte: Louis Sébastien Mercier, frontispício de *L'an 2440*, edição de 1799. *The Henry E. Huntington Library and Art Gallery*. In: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 p. 132.

L'an 2440 foi escrito por Louis Sébastien Mercier, filho de um artesão, o qual não pertencia às camadas sociais mais ricas da França nesse contexto, mas também não estava entre as mais pobres. Esteve presente entre o povo por boa parte de sua vida, o que lhe permitiu observar atentamente seus costumes, nos mais diversos aspectos. Ele atribuía à cultura popular o gosto por fatos considerados fantásticos,

²⁴ Tradução: "O ano de 2440: nada mais que um sonho".

extraordinários, uma crença nesses acontecimentos, mas, também, uma capacidade de julgamento sobre assuntos de seu interesse. Mercier teve acesso à educação, frequentando o *Collège des Quatre- Nations*. Daniel Roche salienta que “sua visão, portanto, oscila entre uma simpatia verdadeira, a das origens e do conhecimento compartilhado, e os preconceitos, os dos filósofos e das elites, em relação ao povo” (ROCHE, 2004, p. 19). A escrita da obra iniciou-se em 1768 e sua primeira publicação ocorreu em 1771.

O texto de Mercier critica deliberadamente não a monarquia como forma de governo, mas a corrupção e os abusos praticados pelos governantes, durante o Antigo Regime, denunciados por diversos pensadores que se ocuparam em discorrer sobre o tema, em um momento que grassava na França, especialmente entre os leitores e frequentadores dos salões e cafés, opiniões negativas e muita indignação em relação ao rei, ao clero e à nobreza. A produção do texto foi feita em primeira pessoa, o que, muitas vezes, evidencia um posicionamento do próprio autor. Nas palavras de Robert Darnton, “Mercier dirige-se ao leitor diretamente, no presente, enquanto o ‘eu’ do relato deve ser encarado como um narrador anônimo, que conversa com um guia filósofo, na Paris do futuro (DARNTON, 1992, p. 173)”.

Em se tratando de uma obra que leva o leitor a vislumbrar uma cidade diferente da atual, criando, assim, um ideal de sociedade justa, igualitária, desde seu governante até seus cidadãos, pode-se dizer que, considerando uma definição mais geral de “Utopia”, *L’an 2440* propunha uma. Isto é, a “Utopia” é um ideal, um padrão de excelência, a qual não é necessariamente impossível, mas muito difícil de ser alcançada. No entanto, a “Utopia”, no sentido político, filosófico, sociológico e como gênero literário, é bem mais complexa, pois trata-se de um termo polissêmico. A produção de literatura que busca apresentar ao leitor um mundo diferente, idealizado, vem desenvolvendo-se desde o período da Grécia Clássica. A “Utopia”, obra escrita por Thomas More, tendo sua primeira edição em 1516, foi um marco significativo à literatura utópica.

Segundo Aldo Maffey (1998, p. 1289, grifo do autor),

[...] *L'an 2.440* de L. S. Mercier é assunto capital como Utopia do tempo, para a história do "gênero" (e também, pelo seu conteúdo, é interessante para a história de costumes e da cultura). Continuando no século XVIII, este período, mesmo sem ter produzido a obra-prima nem num campo nem no outro (e, talvez, exatamente por isto), apresenta o panorama mais amplo e variado para uma exploração relativamente superficial.

A obra escrita por Mercier aproxima-se claramente da de Thomas More, em diversos aspectos. Inicialmente, por tratar-se de uma cidade idealizada, onde cada cidadão desempenhava seu papel com satisfação, sob um governo justo, desprovido do luxo excessivo, muito comum nas cortes europeias. Nas duas obras, a sociedade, em geral, alimentava-se bem, vestia-se de maneira simples para facilitar as tarefas diárias, sem a preocupação de ostentar riqueza. Além disso, frequentava templos bastante simples, em oposição à exuberância das grandes catedrais, uma demonstração de poder da Igreja Católica. Seus magistrados eram homens virtuosos, que julgavam sabiamente os casos raros de conflitos entre os habitantes do lugar. Pode-se dizer que, tanto More quanto Mercier, em suas respectivas épocas, utilizaram-se do conhecimento que tinham do seu país de origem, especialmente do que consideravam como fatores negativos no campo político, social, cultural e religioso, com o intuito de delinear um padrão de vida totalmente diferente daquele vigente na Europa, em seu mundo idealizado, e, assim, endossar os problemas enfrentados pelos países europeus.

No entanto, a obra de Mercier diferencia-se de muitas outras já escritas, em vários pontos. Ao mesmo tempo que trata do contexto atual, tecendo críticas ao sistema vigente, o autor convida as pessoas a uma aventura, que ocorre no ano de 2440, na cidade de Paris, muito distante da data em que é produzida a obra. Dessa forma, quem escreve se concentra em provocar uma espécie de empatia em seu leitor, uma vez que o incentiva a se imaginar na França, em um contexto totalmente contrário do atual. Esse espaço de tempo pode ter sido utilizado propositalmente por Mercier, com a finalidade de chamar a atenção das pessoas que tinham acesso a seus escritos para o problema da corrupção no governo francês e instituições ligadas a ele. Pode-se perceber o fato de que não se trata de um texto pornográfico, embora desfira ataques violentos às atitudes da corte. Em primeiro lugar, seus comentários contêm um sentido muito mais político, ou seja, não pretendem atacar o rei e pessoas

próximas a ele em suas vidas pessoais ou em seus hábitos cotidianos, visto que o grande problema não era o regime monárquico em si, mas sim se ocupa em reprimir a conduta da corte, que reflete na sociedade, como, por exemplo, a justiça, a compaixão e a boa administração do reino, por parte dos governantes. Um segundo ponto a ser observado é a forma de escrita, que se distancia de outros pensadores.

Por último, outro aspecto a ser analisado é a postura adotada pelo autor, em termos de política, que difere de grande parte dos letrados franceses, em relação à implantação de uma República. Analisando a obra escrita por Mercier, em sua primeira edição, na Paris do futuro, o governo monárquico já não existe. Contudo, em traduções posteriores, é a monarquia absoluta que deixa de existir. Quanto a isso, o que se podem considerar são hipóteses: diferença no vocabulário das edições posteriores, a própria censura ou mesmo uma contradição, uma vez que, em um contexto em que todas as outras estruturas sociais tinham sido substituídas, a monarquia e a Igreja permaneceram. A obra inicia-se com o personagem-narrador relatando como adormeceu e sonhou, o qual acordou após dormir por algumas centenas de anos. Em seu sonho, ele estava completamente diferente de sua juventude. Sua aparência era de uma pessoa que envelheceu, seus movimentos já não tinham mais a mesma agilidade, já que, para sair pelas ruas da capital francesa, necessitava de uma bengala. O que não sofreu alterações foi seu senso de humor, elemento importante na crítica social, ao longo da trajetória da humanidade.

Ao sair pelas ruas, a figura principal do livro percebeu que dormiu 672 anos e acordou no ano de 2440. Paris estava completamente diferente. As pessoas que circulavam pela urbe olhavam com certa admiração os trajes diferentes do personagem, acreditando que se tratava de um disfarce, pois os trajes usados pelos habitantes da cidade eram diferentes daqueles usados por volta de 1760. Os passantes consideraram muito estranho ver um ser humano da época de Luís XV. Um desses transeuntes se ofereceu para servir de guia ao sobrevivente do Antigo Regime. Inicialmente, o acompanhante convidou o personagem-narrador de Mercier a acompanhá-lo até uma loja, onde poderia substituir seus trajes antigos por vestimentas atuais. Essas roupas eram bem mais leves, não atrapalhavam o indivíduo em seus movimentos e, além disso, não precisavam sustentar armamentos, como, por exemplo, a espada. Aqui, cabe a hipótese de que Mercier poderia estar imaginando um futuro com um clima mais ameno, sem que houvesse a necessidade de usar roupas muito pesadas.

As ruas de Paris também estavam totalmente diferentes. O trânsito de carruagens era extremamente organizado, orientado por guardas de rua, que se faziam presentes com essa finalidade. Até mesmo os pedestres andavam pelas ruas de forma organizada, sendo que isso evitava acidentes por imprudência. A saída dos eventos públicos, nos quais compareciam um grande número de pessoas, passou a ser segura, sem que elas caminhassem apressadamente pelas calçadas ou trancassem o trânsito com as diligências. O homem do Antigo Regime perguntou ao seu acompanhante sobre os elegantes coches, utilizados para que os nobres, em sua época, pudessem locomover-se. Entretanto, o guia respondeu que esse tipo de transporte foi proibido, pois tratava-se de um luxo bárbaro e desnecessário, já que os cavalos eram, muitas vezes, torturados até a morte. Outra razão de banir as diligências era o excesso de cavalos e de empregados utilizados, apenas para satisfazer os caprichos dos ricos. Todavia, as carruagens não foram totalmente banidas: elas pertenciam aos funcionários públicos idosos, os quais estavam com dificuldades de se locomover pela cidade. Quando elas circulam, o proprietário possuía um cuidado extremo com o pedestre.

Nenhum cidadão se diferenciava pelo traje que usava. As pomposas roupas, especialmente usadas pelos ricos no Antigo Regime, eram vistas como antiquadas, absurdas e desnecessárias. A admiração de seus conterrâneos por determinado indivíduo dependia dos seus atos, que deveriam ser louváveis, no que se refere ao seu país e ao seu semelhante. A estes, o rei convidava à sua corte, para que possa desfrutar de sua companhia, aprendendo com ela. Sua recompensa, utilizada como uma forma de distinção e almejada por muitos, era um chapéu bordado com o nome do sujeito que agiu de maneira admirável. As pessoas cobiçavam esse chapéu como se fosse uma medalha, uma condecoração importante. O portador dele tinha livre acesso ao monarca e era reconhecido por onde passasse.

Os artistas também foram reconhecidos em *L'an* 2440. Eles habitavam no *Louvre*, um dos mais suntuosos palácios existentes em toda França. A *Pont Neuf*, que liga as duas partes de Paris, passou a ser Ponte Henrique IV²⁵, decorada por estátuas de homens franceses que tiveram feitos heroicos. No entanto, o personagem setecentista avistou um homem usando uma máscara e andando rapidamente, como se algo o perseguisse. Ao questionar sobre quem seria essa pessoa, o guia lhe

²⁵ Rei da França, de 1589-1610, pertencente à casa dos Bourbon. Foi considerado um rei bondoso pelos franceses.

respondeu que se tratava de um autor que escreveu uma literatura de baixa qualidade. Ele utilizou-se dessa máscara, até que pudesse produzir uma literatura digna de reconhecimento pelo público, pois ela era o símbolo da vergonha por não conseguir atender ao gosto do público. De acordo com o jovem que guiava o velho sobrevivente do Antigo Regime, cada homem era um escritor, ou seja, todos os homens escreviam algo em seus momentos de inspiração. Quando morriam, os textos por eles compostos eram reunidos em forma de uma coletânea e lidos durante o funeral. Nessa coletânea, contém a “alma do falecido” (MERCIER *apud* DARNTON, 1998).

Cabe ressaltar que, no tocante à literatura, apesar de seletivo e crítico, especialmente com relação aos subliteratos, Mercier defendia-os publicamente. Apesar disso, o autor criticava as obras de baixa qualidade produzidas por eles e, nesse aspecto, não se encontrava só. Diderot, considerado um dos grandes *philosophes*, também faz referência a esse tipo de literatura, em sua Carta sobre o comércio de livros:

Mas, senhor, por acaso já se informou da natureza das trocas feitas entre o livreiro francês e o livreiro estrangeiro? Trata-se, na maioria das vezes, de livros ruins que damos por outros tão ruins que recebemos, obras mal impressas que circulam dezenas de vezes, de depósito em depósito, antes de chegar ao seu verdadeiro destino [...] (DIDEROT, 2002, p. 109).

É importante perceber, também, as observações de Mercier sobre o livro como objeto e seu acúmulo nas grandes bibliotecas. O seu volume excessivo não contribuía para que o conhecimento se difundisse, visto que isso poderia ocorrer mediante a observação de poucas referências. Em seu entender, o livro poderia auxiliar ou ludibriar o indivíduo, em sua busca pela verdade (CHARTIER, 2004).

L'an 2440 traz uma crítica do autor em relação à religião. Na descrição do templo, feita pelo personagem narrador, percebe-se a crítica de Mercier, em se tratando das imagens muito utilizadas pela Igreja Católica na decoração de seus templos e em suas cerimônias. O templo é descrito sem nenhuma imagem, com o altar localizado no centro. A única divindade adorada era Deus, sendo feita pelos fiéis com muita reverência. As doações eram realizadas, da mesma forma, por eles, sem nenhum alarde, ou seja, a caridade não era feita com objetivo de obter status, mas sim de ajudar ao próximo. Quanto ao líder religioso que proferia seu sermão, cujo conteúdo era muito rico, o autor não o chama de padre, mas de pastor. De acordo com o jovem que guiava o ser humano da época do Antigo Regime, a religião

praticada por eles era um tipo de cristianismo primitivo, despojado dos muitos dogmas impostos pelas autoridades religiosas dos tempos remotos.

Depois da longa caminhada pelas principais ruas de Paris, o guia convidava seu distinto visitante a acompanhá-lo para o jantar. Os dois caminhavam rumo a uma estalagem onde, para a surpresa do visitante, vivia um príncipe, que dispunha de três mesas, cuidadosamente arrumadas. Uma delas era reservada para si e sua família, a outra aos desconhecidos e, ainda, uma terceira aos estrangeiros. Apesar de cuidadosamente postas, estavam repletas de comidas simples, como carnes, legumes, frutas e sopa, muito diferente dos banquetes que estavam acostumados os nobres do Antigo Regime. Percebe-se, com esse trecho, que o autor faz uma crítica aos nobres do Antigo Regime, que tinham a caça como diversão, não apenas para matar a fome. Ao relatar os banquetes e caçadas empreendidas pelos nobres, o visitante ouviu daquelas pessoas que nasceram em uma época onde essa sociedade mais justa já foi implantada que ninguém nunca lhe contou esses fatos, ao que o visitante retrucou: “[...] os historiadores foram mais culpados do que os príncipes” (MERCIER *apud* DARNTON, 1998, p. 342). Impressionado com a ordem e a justiça reinante na sociedade do ano 2440, o viajante questionou sobre qual seria a forma de governo na França, e seu guia lhe respondeu que a monarquia absoluta tinha sido abolida, ou seja, aquele sistema que oprimia os franceses do Antigo Regime não existia mais. O soberano não era mais a figura endeusada e, conseqüentemente, corrupta e autoritária de outrora. O país era governado por sábios, que o conduziam pensando no bem-estar de seus súditos.

Ao longo de sua obra, Mercier faz críticas explícitas ao sistema na França setecentista. As roupas usadas pelos nobres, os armamentos, a forma como se comportavam em seus coches particulares, a maneira como tratavam seus empregados, a religião como instrumento de controle das massas, as doações feitas à Igreja com objetivo de obter status, a decoração luxuosa das igrejas, os autores que escreviam obras de baixa qualidade, a caça como um passatempo dos nobres, entre outros aspectos são contemplados pelo autor. Com isso, diferente de outros literatos, ele não se utilizou de uma obra pornográfica para atacar o sistema vigente, mas atingiu esse objetivo por meio de uma obra política, também considerada subversiva. Logicamente, era mais proveitoso para Mercier escrever uma obra mais leve, mais fácil de ser imaginada. Caso se tratasse de uma obra muito densa, de uma leitura

difícil, teria dificuldade em atingir certos públicos, que preferiam um estilo mais lúdico e, assim, mais atraente.

3.3 *Anedoctes sur Mme. la comtesse du Barry*²⁶

Imagem 5 - Frontispício de *Anedoctes sur Mme. la comtesse du Barry*



Fonte: *Department of Rare and Special Collections, Princeton University Libraries*. In: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 p. 161.

Anedoctes sur Mme. La comdesse du Barry foi escrita em Londres, no ano de 1775, atribuída a Mathieu- François Pidansat de Mairobet, de acordo com o prefácio da obra. Ela foi redigida em terceira pessoa e, por esse motivo, não é possível identificar se o próprio autor a escreveu ou foi criada por um segundo escritor. O texto desenvolveu-se em torno do termo “anedotas”, para desobrigar o literato de um estilo

²⁶ Tradução: “Anedotas sobre *Mme. a condessa du Barry*”.

formal, suntuoso, que implicaria seguir um certo padrão de escrita, mais relacionado à estética. No entanto, é importante considerar que:

[...] para os europeus do século XVIII, [...] uma anedota era uma informação fidedigna que havia sido ocultada e que precisava ser desencavada, descoberta ou desvelada. Diferentemente de outros tipos de informação, tinha um atrativo especial e tendia a ser escandalosa (DARNTON, 2012, p. 323).

Percebe-se que o termo “*anedoctes*” não necessariamente era sinônimo de narrativas inventadas pelo autor ou presentes nos contos populares, desprovidas de credibilidade, ou seja, era de caráter secreto, o que não significava que fosse algo puramente fictício. Logo no prefácio, pode-se encontrar instruções ao leitor com relação à obra. Sua lisura é assegurada pela pessoa que inicia a escrita, por meio da promessa da citação das fontes (pessoas) portadoras da informação. Em relação a elas, “nesse aspecto, adotamos os escrupulosos princípios do historiador” (MAIROBET *apud* DARNTON 1998 p. 353). Apesar de apresentar detalhes da vida pessoal de *Mme. La comtesse du Barry*, o autor sustenta que o conteúdo do livro não é dedicado unicamente à calúnia e à difamação da amante real, prometendo, ainda, atender ao gosto de todos os leitores (DARNTON 1998).

A palavra “anedota” soa ao leitor atual como narrativa, conto, algo destituído do compromisso com a autenticidade do fato. No entanto, mesmo que se levem em consideração os estudos já produzidos por pesquisadores sobre as práticas literárias de diferentes períodos da história da humanidade, como é o caso de Robert Darnton, não é possível deduzir qual era a percepção dos leitores do período. São possíveis apenas algumas análises, a partir das notas feitas por eles, nos espaços sem escrita da própria página do livro. É importante considerar que, no entanto, nem todos os exemplares tinham esse espaço para anotações, alguns deles, especialmente as edições mais compactas²⁷, muitas vezes, não o possuíam. Dessa forma, mesmo não sendo possível uma inferência do sentido que a obra produzia em seu leitor, pode-se perceber a preferência do público por algumas delas, principalmente quando o título parecia atrativo, o que é o caso de *Mme. La comtesse du Barry*²⁸, Darnton salienta

²⁷Essas edições compactas das obras eram produzidas, com o objetivo de reduzir o preço e, com isso, atingir o máximo possível de leitores, até mesmo entre as classes mais baixas da população. As edições mais famosas produzidas nesse formato são as da *Bibliothèque Bleue*.

²⁸Sabe-se que o gosto do público por tomar conhecimento de certos aspectos da vida privada de pessoas influentes na sociedade é muito antigo. Na França setecentista, não era diferente: a obra que prometia revelar certos detalhes da vida do soberano e sua amante, especialmente no que se refere

que a repercussão dessa obra foi maior que a obra de Mercier, *L'an 2440* (DARNTON, 1992).

A trama envolvendo a vida de *Mme. Du Barry* é bastante complexa. Segundo relatos, desde pequena, era dona de uma beleza extraordinária, além de uma meiguice encantadora. De acordo com o padrinho da menina, M. Billard Dumonceau, ela era filha de um empregado da coletoria de impostos, chamado Gomart *de Vaubernier*, e de sua esposa, madame Gomart. Passado algum tempo desde o nascimento da menina, madame Gomart ficou viúva e mudou-se com a filha para Paris, onde morava também Dumonceau, que lhe prestou auxílio financeiro. O padrinho também garantiu a educação da criança que, segundo relatos, não foi bem-sucedida.

Após deixar o convento de *Sainte-Aure*, a moça foi trabalhar em uma loja de moda, onde passou a se chamar *Mme. Lançon*. Apesar de respeitável, esse estabelecimento não era recomendado pelas famílias parisienses mais abastadas, pois expunha as adolescentes aos olhares dos inúmeros passantes, que tinham em mente os mais diversos objetivos. Fascinada pelo mundo da moda, *Mme. Lançon* passou a ter contato com pessoas influentes, especialmente mulheres. Uma delas, *Mme. Gourdan*²⁹, soube, por meio de informantes, que a jovem beldade se encontrava na referida loja, e foi ao seu encontro, conseguindo que, após algum tempo, a moça fosse à sua casa. Seduzida pelas propostas da dama experiente em aliciar adolescentes, a personagem principal da trama também se tornou uma delas. No decorrer do tempo, a menina mudou várias vezes seu nome, até adotar definitivamente o de um de seus amantes, Jean Du Barry, que, segundo o autor, também agia como intermediário nas negociações entre as mulheres que se propunham a trabalhar como cortesãs e os homens que desejavam contratar seus serviços.

às intrigas políticas e à vida sexual de ambos, despertou a curiosidade de muitos leitores. O autor assume uma postura que assegura ao leitor a veracidade de alguns fatos, o que significa que o primeiro espera que o segundo lhe atribua credibilidade. Considerando que o “fenômeno das biografias” ainda é muito presente na contemporaneidade, o historiador também se utiliza delas em suas produções. Benito Bisso Schmidt (1997) aponta os usos da biografia pelos historiadores, bem como faz uma análise comparativa entre o trabalho desses últimos e dos jornalistas.

²⁹ *Mme. Gourdan* era uma das inúmeras mulheres parisienses que abrigavam em suas casas moças que possuíam determinado padrão de beleza. Ofertavam-lhes roupas, joias e dinheiro, a fim de que trabalhassem como cortesãs. Em estabelecimentos que possuíam um padrão mais elevado, os clientes eram frequentemente clérigos, nobres, funcionários do governo e, até mesmo, burgueses mais abastados.

Na corte francesa, as convenções feitas entre as damas escolhidas, que aceitavam partilhar o leito real, ainda que por um curto espaço de tempo, e as pessoas de confiança do monarca eram um assunto que demandava dedicação e tempo de todos os envolvidos em tais negociações. No caso do rei Luís XV, quem agenciava e recrutava mulheres para o harém de Sua Majestade era o *sieur* Le Bel, seu camareiro, e sua amante oficial, *Mme.* de Pompadour³⁰. Assim, no ano de 1768, Jean Du Barry conheceu Le Bel, por meio do qual *Mme.* Du Barry teve acesso ao soberano. A moça, com sua graça e elegância, conquistou o camareiro real, no momento em que foi apresentada, em um jantar, como cunhada de Jean Du Barry. Este fez elogios à jovem, salientando sua inteligência, beleza e seu elegante comportamento, com o intuito de convencer o funcionário do rei. Na realidade, o experiente Du Barry tinha em mente outro plano, muito mais ousado do que simplesmente fazer com que sua candidata ao leito real o partilhasse por apenas uma noite: ele a convenceu de que poderia assumir o lugar de amante oficial do rei, fazendo com que ele ignorasse os prazeres que lhe proporcionou *Mme.* de Pompadour, com a ajuda de outras jovens por ela recrutadas.

Quando o rei teve a oportunidade de conhecer a moça de quem tanto Le Bel lhe falava, sentiu-se imediatamente atraído pela graça e beleza da jovem. Informado que sua futura amante não era casada, o monarca ordenou que lhe providenciassem um marido, tão logo fosse possível, para que não houvesse maledicências. A escolha recaiu sobre o irmão de Jean Du Barry, que não relutou em aceitar o desafio, em troca de favores pessoais, inclusive dinheiro. Desse modo, a jovem cortesã teve acesso ao palácio real e ao soberano, e, o que poderia ser o fim de um livro em função dos diversos meandros percorridos *por Mme.* Du Barry até chegar a Versalhes, foi uma nova etapa da trajetória da amante real na corte, repleta de intrigas palacianas, literaturas satíricas e saques de grandes somas do tesouro real. Assim, os Du Barry caíram nas graças de Luís XV e aquinhoaram o ódio dos franceses, que acompanhavam, de alguma forma, essas querelas reais.

³⁰ De acordo com o autor de *Anedoctes sur Mme. la comtesse du Barry, Mme. de Pompadour* era a amante oficial do rei. Para manter-se nessa condição, ela recrutava as moças que se dispunham a partilhar o leito do soberano. Quando alguma cortesã era vista como ameaça em potencial pela amante real, ela logo a afastava. As jovens que prestavam seus serviços ao rei e por algum motivo eram coagidas ao casamento, recebiam 200 mil libras como dote, o que significava uma soma considerável a ser paga pela corte (MAIROBET *apud* DARNTON 1998, p. 366-367).

Segundo o autor, *Mme. Du Barry* era desprovida de talento para realizar as querelas necessárias, a fim de que ela e o restante dos Du Barry pudessem desfrutar das vantagens que a proximidade com o rei poderia oferecer. Assim, ouvia atentamente aos conselhos de seu cunhado Jean Du Barry e de sua irmã, *Mlle. Du Barry*. Com a morte de *Mme. de Pompadour*, instaurou-se uma violenta disputa pelo leito do monarca: a irmã do *duc* de Choiseul, um influente personagem diretamente ligado ao governante, *duchesse* de Grammont, acreditou ser capaz de reivindicar para si o título de favorita do rei, pelo qual *Mme. Du Barry*, seu cunhado e seu marido tanto lutaram. Essas intrigas renderam a *Mme. Du Barry* canções de difamação, conhecidas entre o povo, bem como boletins e panfletos fazendo referências à vida sexual do soberano e sua amante. De acordo com Darnton (2012), eram feitos trocadilhos com o nome da cortesã real, em textos e imagens³¹.

Todavia, apesar de, inicialmente, não demonstrar nenhum gosto por política, a amante real logo envolveu-se com ela. Muito bem instruída pelo restante dos Du Barry, *la comtesse* travou verdadeiras batalhas contra seus inimigos. Tendo acesso direto ao soberano, convencia-o a assinar documentos que prejudicavam seus desafetos públicos e pessoais. Entretanto, *Mme. Du Barry* não obteve somente adversários na corte francesa, ela conquistou a simpatia de aliados importantes, como o *duc* de Aiguillon. Em troca de favores políticos, ele envolveu-se em um grande escândalo, ao presentear *Mme Du Barry* com um coche ricamente ornamentado, o que, provavelmente, havia custado muito dinheiro. Essa atitude foi alvo da crítica popular, da qual os adversários do *duc* de Aiguillon se utilizaram para atacá-lo ainda mais.

Segundo o autor de *Anedoctes sur Mme. la comtesse du Barry*, os prejuízos causados ao Estado, por meio do uso indevido do dinheiro público pela favorita do rei e seu cunhado:

O *comte Du Barry* não constituía o fardo mais leve do Estado. Sua grande influência sobre a cunhada levava-o a tratar o tesouro real como se fosse seu banco particular. Sofria perdas enormes nas mesas de jogo. Todavia, longe de preocupar-se, nem sequer se dava ao trabalho de mantê-las em segredo. Certa vez, quando atravessava uma maré de azar que lhe valeu a comiseração de seus colegas de jogatina, declarou: “Não vos aflijais por mim, amigos. Pagareis por tudo isso” (MAIROBET *apud* DARNTON 1998, p. 397, grifo do autor).

³¹Um desses trocadilhos feitos com a grafia do nome de *Mme. du Barry* é sua relação com a palavra “*barril*”, uma vez que, no francês, não se pronuncia a última consoante da palavra, igualando a pronúncia da palavra barril com o nome da amante real (DARNTON, 2012, p. 28).

A França encontrava-se em um momento delicado de sua história. Luís XV encontrava-se bastante debilitado emocionalmente, com a perda de um de seus companheiros favoritos, o *marquis* de Chauvelin. Percebendo o estado emocional crítico em que se encontrava o soberano, os Du Barry lhe propuseram que fizesse um passeio, indo ao Trianon³². Lá, perceberam o interesse licencioso do rei pela filha de um camponês, que residia nos arredores. Sob ameaça e promessas de recompensa, a moça, mesmo se sentindo doente, rendeu-se às intenções do soberano. Foi devidamente instruída, banhada e perfumada pelos proxenetas reais, para partilhar o leito do monarca. O resultado foi desastroso: ninguém sabia que a indisposição da jovem se devia à varíola, doença essa que transmitiu também ao rei.

A filha do camponês morreu alguns dias depois. Luís XV também não teve sorte melhor: no dia seguinte, já se mostrou gravemente doente. Levaram-no novamente à Versalhes, onde foi diagnosticado com varíola. Iniciaram-se as notícias alarmantes sobre a saúde do rei e, assim, os preparativos para os últimos sacramentos religiosos. *La comtesse* Du Barry foi obrigada a partir para a cidade de Reuel, onde recebeu a notícia da morte do soberano e uma *lettre de cachet*, na qual estava decretado seu exílio na *Abbaye du Pont-aux Dames*, em Brie. Entre os termos do documento, estava a proibição de receber visitas e a permissão para enviar somente uma carta, depois que fosse lida pela abadessa. Essa medida era extremamente necessária, considerando que a amante real conhecia todos os segredos de Estado e tinha contato com muitas pessoas influentes na corte, era preciso privar-lhe da liberdade, com a finalidade de que o futuro governo não fosse prejudicado.

Por conta do conteúdo das obras, elas foram alvo de uma ampla rede de censura, organizada pelas autoridades, em uma tentativa de conter o fluxo de circulação dessa literatura. No entanto, essa tarefa se revelou bem mais complexa do que se suspeitava anteriormente, pois, tomando conhecimento das táticas utilizadas pela polícia em muitas situações, autores e demais envolvidos no comércio livreiro buscaram burlar o sistema repressivo, das mais variadas formas. Para Lenoir, Chefe de Polícia de Paris, em meados do século XVIII, tal incumbência revelava-se bastante difícil, pois até mesmo integrantes da polícia passaram a tomar conhecimento do funcionamento do comércio clandestino de livros e consideraram-no uma forma atrativa de enriquecimento.

³² Castelo real, no parque de Versalhes (MAIROBET *apud* DARNTON, 1998, p. 398).

4 AUTORIZAR OU PROIBIR? O CONTROLE DA PALAVRA IMPRESSA NA FRANÇA SETECENTISTA

O conteúdo do presente capítulo será a censura sofrida pelas obras por parte do governo francês e da polícia, especialmente em Paris. Essa censura da imprensa, na França setecentista, ora atingiu seus objetivos repressivos, ora fomentou negociações bastante significativas na produção e no comércio ilegal de livros e demais materiais impressos dentro do reino. No entanto, antes de se ocupar do problema da repressão em si, é importante entender o que significa o ato de censurar, o papel dos censores, bem como os motivos pelos quais as perseguições aos autores e às obras foram tão implacáveis e se constituíam com base em um emaranhado de relações, tão complexo aos olhos do leitor atual.

4.1 A censura e seus profissionais

No Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), o conceito de censura é totalmente voltado à arte e à literatura, submetendo ambas a um exame crítico. O censor, por sua vez, é o que exerce a censura. Porém, a definição de censura, na França setecentista, é bem mais complexa. Censurar significava relegar à clandestinidade, não autorizando ou destruindo a obra, para que ninguém mais pudesse ter acesso a ela. Os censores também tinham atribuições muito mais amplas do que a crítica pura e simples de uma obra. Seu trabalho era detectar qualquer ofensa às instituições estabelecidas na sociedade, como, por exemplo, à Igreja, à corte à moral vigente. Na prática, os censores passaram a exercer outras atividades colaborativas com os autores, tornando sua situação bem mais minuciosa, no que se refere à análise de suas funções.

Um primeiro fator a ser considerado é o contexto político e religioso em que se encontrava o país, após os anos 1750. O rei Luís XV, da Casa dos Bourbons, era conhecido por ser um rei extremamente licencioso, que se orgulhava de suas amantes, sobretudo das oficiais *Mme. Pompadour* e, posteriormente, *Mme. du Barry*. A opinião pública não era toda favorável ao soberano e se utilizava de certos detalhes³³ de sua vida sexual, a fim de fazer críticas ao seu governo. A Igreja Católica,

³³ Que também poderiam ser apenas boatos.

apesar de as críticas de muitos escritores, especialmente oriundos da burguesia, era uma instituição poderosa junto à monarquia francesa. As vozes dissonantes, embora não em tão grande número quanto os fiéis, faziam-se ouvir nos salões, cafés e tabernas parisienses.

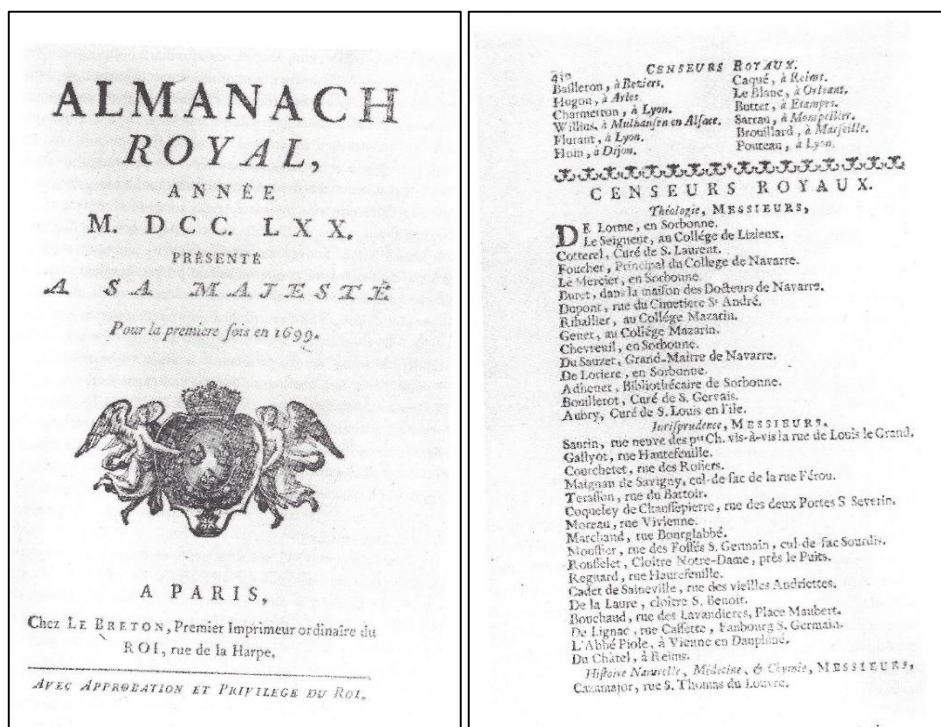
Deve ser considerado, ainda, um segundo aspecto: o conteúdo das obras. Devido ao contexto em que se encontrava a França, os conteúdos de alguns textos eram considerados extremamente subversivos, pois ocupavam-se em atacar a autoridade real, expondo a vida sexual do soberano e de suas amantes, bem como as manobras políticas por elas incentivadas e motivadas, muitas vezes, por pessoas próximas a elas, das quais estavam sob influência. O teor dos textos também era ofensivo aos olhos das autoridades religiosas, pois buscava expor os males que, segundo eles, grassavam dentro da Igreja Católica, como, por exemplo, a ganância, o pensamento desviante, no tocante às ideias filosóficas e à vida sexual dos clérigos, frequentemente vistos como lascivos, estabelecendo um paradoxo entre seu discurso e suas práticas. Assim, o próprio contexto francês tornava perigosa a circulação desses livros, que suscitavam, entre os leitores e pessoas em seu entorno, a reflexão sobre os problemas sociais, religiosos, políticos e filosóficos propostos pelo escritor. Outrossim, podem ser destacados outros fatores pelos quais a repressão policial era intensa: a renda proveniente do comércio de material impresso não apenas para o autor, mas também para impressores, mascates e contrabandistas; as ofensas aos integrantes da nobreza e demais indivíduos influentes na sociedade; os questionamentos à moral vigente e à ordem política e religiosa estabelecida; além de textos ofensivos contra a própria polícia.

Na visão do governo francês, o controle do escrito, de seus autores e comerciantes era indispensável. Assim, foi desenvolvendo-se, na França setecentista, um complexo sistema de censura, não de todo eficiente, para evitar que a literatura considerada ofensiva às principais instituições do Antigo Regime circulasse livremente no reino, agindo como formadora da opinião pública. Para que se possa dar início a uma análise sobre os instrumentos de censura e quais profissionais os empregavam, é necessário entender o papel desempenhado pelo grande responsável pela proibição ou autorização de circulação de uma obra: o censor real. Ser um *Censeur du Roi* não implicava somente em enviar relatórios para a *Direction de la Librairie*³⁴ ou

³⁴ Órgão sob a responsabilidade do “[...] diretor do departamento do comércio de livros” (DARNTON, 2016, p. 27).

simplesmente revisar os textos escritos por outros autores, a fim de apontar irregularidades nos textos escritos por outros autores. Era, sim, algo bem mais complexo, além de pouco lucrativo. Para compreender o trabalho realizado por esses profissionais, é fundamental conhecer alguns aspectos de sua identidade. Um censor não se ocupava somente da leitura de textos: eram professores, médicos, advogados, os quais, também, ocupavam cargos administrativos importantes (DARNTON 2016). A censura de obras era feita como uma segunda atividade, isto é, independentemente de sua profissão, visto que a maioria deles não era remunerada por esse trabalho. No entanto, ser um censor real era sinônimo de status na sociedade, o indivíduo obtinha certa visibilidade, podendo ascender a cargos mais significativos e, conseqüentemente, melhor remunerados. Contudo, não eram todos os censores que faziam esse trabalho sem nenhum pagamento. Uma pequena parte deles recebia um determinado valor, ainda que não fosse muito expressivo. Outros poderiam obter uma pensão, após algum tempo trabalhando com a censura das obras.

Imagem 6 - Almanaque Real do ano de 1769



Fonte: Almanaque Real do ano de 1769. Apresentado à sua Majestade pela primeira vez em 1769. *The New York Public Library, Rare Books and Manuscripts Division*. In: DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 30-31.

De acordo com Darnton (2016), é possível um estudo sobre a circulação da literatura, oficial ou subversiva, sob a ótica do censor real. Segundo o historiador, documentos disponíveis na *Bibliothèque Nationale de France* trazem a opinião dos censores sobre as obras revisadas, bem como suas razões para conceder ou não a autorização para a livre circulação. A partir desses manuscritos, pode-se perceber um fenômeno bastante interessante no trabalho dos censores: eles emitiam opiniões pessoais sobre os livros, ora criticando-os, ora recomendando-os. Alguns deles faziam observações quanto à veracidade das informações, ao conteúdo da obra e, até mesmo, ao estilo literário empregado pelo autor. Muitos censores chegavam até a elogiar as obras, ainda que não pudessem autorizar a concessão de nenhum privilégio a algumas delas. No entanto, alguns deles, sendo defensores da monarquia e da igreja, fizeram exatamente o que essas instituições esperavam: submetiam as obras a um crivo minucioso, apontando trechos considerados heréticos, subversivos, que poderiam semear a dúvida e, por conseguinte, a desobediência entre os leitores. Nas palavras de Darnton, “longe de parecer sentinelas ideológicas, os censores escreviam como homens de letras, seus relatórios podiam ser considerados uma forma de literatura” (2016 p. 28).

É possível identificar, frequentemente, um trabalho colaborativo entre censores e autores. Os primeiros, muitas vezes, aprovavam a obra, sob a condição de terem alguns trechos reescritos pelo autor, para que sua reputação como censores reais não fosse comprometida. Assim, pode-se dizer que eles também se tornaram escritores, de certa forma. Era comum que o diretor do departamento do comércio de livros conhecesse os trâmites, com o intuito de alcançar um privilégio ou uma permissão tácita, assim como auxiliar autores renomados na publicação de seus escritos. Um exemplo bastante comum dessa colaboração se encontra nas relações que Voltaire mantinha com Malesherbes³⁵ e outras figuras de destaque, como o chefe de polícia (DARNTON, 2016). Ainda, de acordo com Darnton, Voltaire pedia favores quanto à circulação de suas obras legais e ilegais, publicando-as anonimamente ou adotando o nome de seus adversários (DARNTON, 2016).

³⁵ “C. –M. Lamoignon de Malesherbes foi diretor do comércio de livros, de 1750 a 1763” (ROCHE, 1996, p. 28).

4.2 Permissões e privilégios

A partir do crivo dos censores, era preciso definir sob quais modalidades do controle real e policial as obras poderiam circular. Daniel Roche aponta para a normalidade da existência de uma “polícia do pensamento”, na França do Antigo Regime, e salienta que o controle econômico e ideológico, ambos em equilíbrio, era amplamente justificável por parte da monarquia (ROCHE, 1996). Inicialmente, a obra que poderia circular livremente, pois tinha a aprovação dos censores e, com isso, o privilégio real impresso ao pé da página, indicando o caráter oficial da obra: “com a aprovação e o privilégio do rei” (DARNTON, 2016, p. 22). Roger Chartier, ao comparar a circulação da literatura na França e na Inglaterra, aponta o caráter estatal no controle das obras pelo governo francês. O historiador destaca a trajetória do escrito para obter um privilégio, explicando, ainda, como ele era aplicado e utilizado pelos impressores e livreiros:

O sistema francês, o que não é nenhuma surpresa, é muito mais estatal, já que os privilégios ou permissões de livraria são concedidos pela monarquia através do chanceler e da administração da *Librairie*. [...] Um livreiro ou um gráfico que adquiriu um manuscrito o deposita nos escritórios do chanceler, que o faz examinar por censores para saber se está conforma a ortodoxia política, religiosa ou moral. O livreiro ou gráfico recebe, caso o tenha solicitado, um privilégio sobre a publicação desse título, por um prazo que pode variar entre cinco e quinze anos, em geral. O que quer dizer que nenhum de seus colegas tem o direito de publica-lo. Para reforçar o poder dos livreiros parisienses, a monarquia decide que estes privilégios sejam renováveis quase que indefinidamente (CHARTIER, 1999, p. 55, grifo nosso).

Robert Darnton, por sua vez, aponta a descrição do privilégio como um texto hermético, extenso, portador de uma descrição física do livro e escrito segundo os padrões estabelecidos pela *Direction de la Librairie*, no que se refere à qualidade do papel, os tipos que deveriam ser usados para imprimir, entre outras exigências (DARNTON 2016). Assim, o livreiro ou impressor titular do privilégio gozava da liberdade real, a fim de fazer circular determinada obra. Nesse aspecto, o autor mantinha-se mais distante na análise dos historiadores da leitura, exceto se ele fosse o responsável pela impressão e venda de suas próprias obras, o que ocorria em alguns casos. Do contrário, livreiros e impressores compunham uma classe intermediária entre o autor e seu leitor, que precisava ser supervisionada com os mesmos critérios aplicados a esses (ROCHE, 1996). No entanto, não eram todas as

obras que recebiam total aprovação dos censores e que poderiam circular livremente, com o privilégio real. Nessa situação, se o manuscrito a ser impresso e vendido não fosse totalmente condenável, mas ainda contivesse informações ambíguas ou sutilmente ofensivas aos padrões vigentes na sociedade francesa, a obra poderia circular com determinados tipos de permissões.

Se o privilégio era a sanção real para a circulação de uma determinada obra, a permissão era um mecanismo utilizado pelas autoridades, a fim de autorizar a circulação de obras, as quais não poderiam ser difundidas com a aprovação da Coroa, mas também não havia uma necessidade de censura total. No entanto, as permissões constituíam um problema frequente a impressores e livreiros, pois, embora aparecessem impressas na obra, não poderiam ser tomadas como verdade, pois ficavam a cargo deles próprios, despertando a desconfiança da polícia. Quando alertados sobre possíveis inspeções policiais, livreiros, autores e impressores deveriam, da forma mais eficiente possível, ocultar todo material impresso comprometedor, sob pena de serem encarcerados em uma das prisões do reino ou ter todo o seu material confiscado, o que acarretaria em um prejuízo muito alto, dependendo da quantidade de obras confiscadas pelas autoridades. Para compreender a razão pela qual uma permissão emitida e impressa na obra não era garantia de circulação livre, nem isentava os envolvidos na atividade livreira de uma inspeção policial, é preciso analisar a natureza de tais permissões e as diferenças entre elas.

Além das permissões públicas, aquelas que levavam a assinatura do chanceler autorizando assim a circulação das obras, havia as tácitas. Com o objetivo de colocar determinadas obras em circulação, uma permissão tácita era emitida pelas autoridades locais, em relação às obras de caráter subversivo, jamais circulariam sob a proteção de um privilégio. Esse tipo de permissão era uma autorização emitida, em um primeiro momento, de forma verbal, posteriormente, passou a consistir em um documento, atestando que a obra havia passado pela avaliação dos censores e que aguardava uma autorização, que, geralmente, jamais seria emitida. Porém, o nome do censor real e seu julgamento ou indicação da obra nunca constavam nessa declaração, estando o documento em posse do impressor ou livreiro, caso fosse interrogado por alguma autoridade local, a qual não acompanhou o caso ou algum funcionário real superior a elas. Assim, a permissão tácita tinha um caráter ambíguo: as autoridades toleravam as obras, sem, no entanto, admitir essa prática, sob pena

de serem acusadas de conivência com escritores, impressores e vendedores de obras, que desafiavam a ordem social vigente.

Contudo, a permissão tácita, apesar de ser um mecanismo criado entre as autoridades responsáveis pelo controle da circulação e de obras, de modo a serem facilitadas, trazia alguns problemas, tanto para autoridades quanto aos envolvidos no comércio livreiro: entre os últimos, alguns poderiam falsificar esses documentos, o que dificultava o trabalho da polícia e, por esse motivo, muitos impressores e livreiros foram punidos por ela, mesmo tendo obtido essa autorização para colocar em circulação determinados títulos. As obras que percorriam os meandros obscuros, desde a pena do autor até chegar ao leitor, frequentemente, eram impressas com pseudônimos estrangeiros, ou mesmo editadas no exterior, com periodicidade na Inglaterra. Denis Diderot, em sua carta ao sucessor de Malesherbes, destaca essas duas modalidades de obras que circulavam com permissões tácitas: “Dentre as produções que só tem a permissão tácita, é necessário distinguir dois tipos: as primeiras, de autores estrangeiros já publicados fora do reino, e as segundas, de autores reinícolas, manuscritas ou publicadas sob um nome estrangeiro” (DIDEROT, 2002, p. 119).

4.3 As obras editadas fora do reino francês

A edição de livros fora do reino francês também foi um complicador, pois não eram alvos da mesma rede de censura. O grande problema enfrentado pela polícia francesa, no que se refere a essas obras, era sua circulação dentro do reino da França. Elas eram impressas em países próximos, como a Inglaterra e a Suíça, e distribuídas por contrabandistas, com os mais diversos níveis de experiência, entre os ávidos leitores franceses que as solicitavam. Os carregamentos clandestinos eram feitos das mais diversas maneiras: envolto em tecidos, em caixas, juntamente com obras de circulação autorizada e, até mesmo, em folhas soltas, cuidadosamente dispostas entre as páginas de uma obra religiosa, ou outro gênero que não despertasse as suspeitas da polícia, nem fosse alvo do controle oficial. Conforme Robert Darnton, o intenso controle do Estado sobre a literatura francesa favoreceu o contrabando de livros vindo do exterior, sob diversos aspectos: inicialmente, os editores descobriram a lucratividade, pois imprimir obras proibidas fora da França implicava em fazê-las por um custo menor e, conseqüentemente, comercializar os

escritos por um preço menor (DARNTON, 1987). É importante salientar, também, que essa prática ilegal contribuiu de forma significativa para a difusão das ideias dos *philosophes*, uma vez que esses impressores se ocupavam de imprimir conhecidas obras a preços mais baixos, prática essa que contribuía, ainda que de forma ilegal, para popularizar a leitura entre as pessoas das camadas sociais mais baixas (DARNTON, 1987).

Após algum tempo, essas obras recebiam permissões tácitas, em função da dificuldade de retirá-las de circulação. Com o auxílio dos arquivos da polícia, Robert Darnton conseguiu rastrear os mascates, vendedores de diversos produtos, entre eles o lucrativo comércio ilegal do livro. Os arquivos da STN também auxiliaram enormemente o trabalho de Darnton, no que se refere aos pedidos feitos pelos livreiros, que continham uma quantidade considerável de obras ilegais. Eram pessoas altamente suspeitas, alvos da vigilância policial por onde quer que fossem. Alguns pequenos profissionais do ramo livreiro viram no comércio ilegal uma atividade muito mais lucrativa do que aquela que exerciam anteriormente. A tabela (Tab. 3) a seguir, retirada dos arquivos da STN, mostra o número de obras encomendadas à editora, organizada de acordo com os autores³⁶, que publicaram obras censuradas pelo regime.

Tabela 3 - Autores e número de obras recomendadas

Obra	Encomendas
<i>Voltaire, François- Marie Arouet de</i>	3545
<i>Mercier, Louis Sébastien</i>	2199
<i>Théveneau de Morande, Charles</i>	1360
<i>Linguet, Simon-Nicolas-Heri</i>	1038
<i>Rousseau, Jean-Jacques</i>	505
<i>Argens, Jean-Baptiste de Boyer, marquis de</i>	457
<i>Mirabeau, Honoré-Gabriel Riqueti, comte de</i>	312

Fonte: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 81.

A Inglaterra apresentava-se como um problema à fiscalização do comércio de livros na França. No Parlamento Inglês, as leis que regiam a circulação de livros no reino eram bastante diferentes da França. Em sua obra, “O diabo na água benta”, Robert Darnton (2012) evidencia uma prática que chegou a ser seriamente

³⁶ Apenas alguns deles foram selecionados para compor a análise, a qual se propõe o presente trabalho.

considerada por autoridades francesas: aliciar integrantes do Parlamento Inglês para que, em troca de dinheiro, enrijecessem as leis quanto à circulação dos livros, especialmente para aqueles que entravam na França sob a modalidade de obra clandestina. Isso ocorria em virtude da ampla rede de libelistas existentes em Londres, escrevendo contra o governo francês, em um ambiente fora do controle da polícia. Nas palavras de Darnton:

Muitos dos libelos³⁷ mais inflamatórios das décadas de 1770 e 1780 foram produzidos por expatriados franceses em Londres- “a cem léguas da Bastilha”, como dizia a página de rosto de seus tratados. Eles não só difamavam qualquer um que tivesse importância em Versalhes, como também incorporavam chantagens a seus empreendimentos literários. O governo francês retrucou enviando uma série de agentes secretos para assassinar, sequestrar ou subornar os libelistas em Londres (DARNTON, 2012, p. 17, grifo do autor).

Os agentes secretos, da polícia de que relata Darnton (2012), eram enviados, muitas vezes, como homens de negócios e, em muitos casos, viajavam a Londres sob o pretexto de “auxiliar” o autor na divulgação de sua obra. No entanto, esses agentes deveriam ter muito cuidado antes de tomar qualquer atitude, pois, na maioria das vezes, não deveriam despertar a atenção do governo inglês, uma vez que ainda existia uma forte rivalidade entre a França e a Inglaterra. Considerando a situação diplomática entre os dois países, é possível inferir que as autoridades inglesas tinham conhecimento das atividades dos libelistas no país, mas, em razão de sua legislação mais branda que a francesa, em relação à palavra impressa, na visão positiva de muitos franceses sobre a monarquia britânica, diferente da França absolutista, havia uma certa tolerância das autoridades inglesas para com os escritores que difamavam o governo francês.

4.4 Proibir uma obra fomenta sua circulação?

Desempenhando seu trabalho com a Coroa, a polícia francesa perseguia autores, impressores, mascates e leitores, que pudessem disseminar obras difamatórias. No entanto, isso não era uma tarefa fácil, sendo necessárias, muitas vezes, estratégias eficientes por parte das autoridades, das quais os integrantes do

³⁷ Libelo não é necessariamente somente um “livro pequeno”, mas uma obra pequena de caráter difamatório, cujo alvo eram, principalmente, pessoas ligadas à corte.

comércio ilegal do livro buscavam esquivar-se de qualquer forma. Caso as estratégias da polícia fossem bem-sucedidas, estas pessoas corriam o risco de serem alvos de uma *lettre de cachet*³⁸. Caso isso ocorresse, passariam por inúmeros interrogatórios para que confessassem quem seriam seus cúmplices ou onde estariam estocados os materiais impressos destinados à venda. Os franceses temiam ser lançados em qualquer prisão, uma vez que eram de condições precárias, porém, a mais temida seguia sendo a Bastilha. O *embastillement*³⁹ era temido, principalmente pelos parisienses. Embora muitas pessoas, em toda a França, não tivessem estado na Bastilha, considerada o símbolo do terror, que demonstrava o poderio do Antigo Regime, elas não somente ouviam falar, mas conheciam por meio dos escritores, os quais, seguidamente, valiam-se de sua experiência nas celas dessa prisão, a fim de produzir sua literatura e apontar as truculências do regime estabelecido. Para Robert Darnton (2012, p. 166),

[...] a Bastilha funcionava como elemento coesivo do sistema. A polícia não a utilizava como uma penitenciária moderna, nem tinha noções modernas de punição por meio de longas penas (DARNTON, 2012 p. 166).

A polícia classificava alguns títulos, como “*mauvais livres*⁴⁰”, e elaborava listas contendo alguns deles, para que pudesse ter um maior controle. Em suas correspondências aos impressores, os livreiros, que, em muitos casos, também eram leitores, procuravam manter certa parcimônia. Isso não significa que eles não solicitassem títulos proibidos, mas quando faziam, recomendavam que o envio fosse feito com redobrado cuidado, com a finalidade de que o carregamento não fosse interceptado pelas autoridades. Nessas correspondências, os livreiros e seus fornecedores utilizavam-se de códigos, para referirem-se a obras proibidas ou escandalosas: referir-se a uma obra do gênero filosófico consistia em uma obra perigosa, sendo esse o nome dado a elas. A própria expressão *philosophie* não era bem vista entre os franceses integrantes do ramo livreiro e leitores da literatura oficial, isto é, autorizada pela polícia, sem que houvesse desconfianças por parte do governo, quanto ao autor ou sua obra.

³⁸ Cartas em branco assinadas pelo rei, que permitiam a seus portadores colocarem qualquer pessoa na prisão, por tempo indeterminado (DARNTON, 2012 p. 26).

³⁹ Literalmente, “embastilhamento”.

⁴⁰ Livros ruins.

Para condenar publicamente uma obra, as autoridades francesas recorriam a uma cerimônia cheia de significados: a queima de livros. No entanto, o que aos olhos do leitor atual parece uma forma de censura infame, “ao rasgar e queimar livros proibidos no *Palais de Justice*, em Paris, o carrasco prestava homenagem à força da palavra impressa” (DARNTON, 1998, p. 19). Evidentemente, não havia ingenuidade nas atitudes das autoridades, ou seja, elas destruíam cópias das obras, enquanto outras iguais circulavam secretamente pelo submundo literário. Alguns magistrados, responsáveis pela fiscalização, solicitavam a destruição delas aos olhos do público, enquanto retinham os seus originais, muitas vezes, para a própria diversão. Alguns juízes, conhecendo muito bem o valor da queima de um livro, não o entregavam ao carrasco, a fim de ser destruído em público. O sucesso editorial de uma obra queimada próximo à escadaria do *Palais de Justice* era inevitável no mundo clandestino do livro, o que deixava muito satisfeitos os editores que as faziam circular. Para elucidar tal afirmação, cabe ressaltar, aqui, uma estimativa trazida por Robert Darnton. Segundo ele, entre as décadas de 1770 e 1780, 4,5 livros e panfletos foram considerados subversivos, e só destruíram dezenove diante do público (DARNTON, 1998).

Todos esses problemas ligados à censura e, simultaneamente, ao sucesso das obras eram conhecidos por Diderot, que se ocupou do assunto, em sua carta a Antoine Gabriel de Sartine. Ele também provou ter conhecimento sobre a circulação de livros escritos na Inglaterra, que andavam no reino francês clandestinamente, até que pudessem obter uma permissão tácita. Isso evidencia que o *philosophe* não era somente um autor de obras subversivas, mas conhecia muito bem os caminhos percorridos por elas, bem como os trâmites da censura. Diderot, todavia, não mantinha relações amigáveis com toda as autoridades francesas, responsáveis pela fiscalização da palavra impressa. Em uma data anterior a uma denúncia feita ao rei, a respeito da Enciclopédia, ele esteve preso em Vincennes (DARNTON, 1996). A Enciclopédia, famosa obra escrita por Diderot, D' Alembert e seus colaboradores, é considerada, atualmente, uma obra símbolo do Iluminismo e suas ideias⁴¹.

⁴¹ Em sua obra “O Iluminismo como negócio”, Robert Darnton (1996) propõe-se a fazer uma história da publicação da Enciclopédia, ocupando-se de das complexas relações entre autores e editores, entre esses e outros autores adversários e dos autores e editores da Enciclopédia com o governo e as autoridades.

De acordo com Darnton, os enciclopedistas lançaram seus ataques, por meio da palavra impressa, em uma época bastante crítica da monarquia francesa. A França estava, nesse contexto, fragilizada pela Guerra dos Sete Anos, alarmando-se com uma tentativa de assassinato de Luís XV, seu monarca. Uma declaração feita pela Coroa, em abril de 1757, prometia executar “[...] quem escrevesse ou imprimisse o que quer que fosse contra a Igreja e o Estado- de fato, até mesmo qualquer coisa que tendesse a exaltar os ânimos” (DARNTON, 1996, p. 22). Mesmo assim, Diderot, D’Alembert e seus colaboradores lançaram-se nesse empreendimento dispendioso, do ponto de vista autoral e editorial, difundindo as ideias do Iluminismo, que, embora tiveram recebido o apoio de muitos clérigos, em certos assuntos, mostravam-se ofensivos entre a sociedade da França católica. Roger Chartier (2004), por sua vez, aponta para o cuidado que o historiador da leitura deve ter ao analisar a trajetória da leitura na França setecentista, salientando o papel importante da cultura popular e seu desenvolvimento, apesar de ter o controle do Estado e da Igreja.

As ofensas feitas ao soberano pelos libelistas não eram vistas somente como superficiais: algumas autoridades francesas encarregadas da fiscalização do comércio livreiro e, muitas delas, vítimas da difamação em algum libelo, classificavam os escritos como crime de lesa-majestade, que deveriam ser severamente punidos. Algumas delas defendiam uma extinção dos libelistas, um desaparecimento dos produtores desse tipo de literatura difamatória. Porém, a maioria dessas autoridades sabia que não era uma tarefa simples, muito pelo contrário. Panfletistas, libelistas, *philosophes* e produtores de cartazes espalhavam-se por todo o reino francês, camuflados entre a sociedade, das formas mais inusitadas possíveis. Nesse emaranhado de autores, obras e autoridades, existiam ainda aqueles que produziam sua literatura em Londres, fora da jurisdição francesa, dificultando o trabalho da polícia.

Ao analisar a rede da censura, na França setecentista, Darnton (2016) salienta a importância dos arquivos pessoais do chefe de polícia de Paris, Jean-Charles-Pierre Lenoir. Contando com uma verba bastante expressiva, concedida pelo governo, o chefe de polícia era um dos cargos mais poderosos do reino e, conseqüentemente, de maior responsabilidade. Além das outras atribuições do cargo, Lenoir era o responsável por encontrar estratégias que possibilitassem o controle da palavra impressa por ele e seus agentes. Os manuscritos deixados pelo chefe de polícia

parisiense⁴² permitem ao historiador analisar o ponto de vista da polícia sobre os libelistas e toda a indústria editorial ao seu redor, que, na maioria das vezes, ocupava-se da difamação. Estando a serviço do governo, o próprio Lenoir foi vítima de escritos difamatórios, um motivo a mais para execrar o maior número de libelistas possíveis. Pode-se inferir que a importância que o chefe de polícia dava à repressão dos libelos, não menosprezando sua circulação, devia-se à experiência que ele próprio teve, com seu nome envolvido em determinados episódios. Nas palavras de Darnton (2012, p. 132, grifo do autor),

[...] seu retrato da literatura difamatória na França de Luís XVI é bastante matizado. Em vez de denegrir os libelos como obras efêmeras de picaretas desvalidos, ele os considera um ingrediente básico do sistema político do *Ancien Régime*. A polícia tinha de leva-los a sério, explica, pois os libelos tinham o poder de perturbar a ordem pública de duas maneiras: como ermas nas infundáveis brigas pelo poder da política cortesã e como insufladores de um fenômeno que vinha ganhando força fora de Versalhes⁴³: a opinião pública.

Apesar de não ser um sociólogo, Lenoir não deixou de perceber um ponto muito significativo na França setecentista: a opinião pública. Ele sabia muito bem de sua capacidade para arruinar a carreira de ministros e fazer com que o rei perdesse a confiança em determinados indivíduos. A Revolução era um evento temido pelo chefe de polícia, e o episódio conhecido como o “Colar da Rainha⁴⁴” foi por ele apontado, após os eventos de 1789, como um acontecimento passível de causar uma revolução, uma vez que prejudicou seriamente a imagem de Maria Antonieta perante a opinião pública francesa. As anotações de Lenoir são fundamentais para que o historiador consiga dimensionar os esforços da polícia, a fim de conter o fluxo da literatura subversiva no reino. Essa capacidade dos panfletistas, libelistas e demais autores que

⁴² De acordo com Robert Darnton, esses manuscritos de Lenoir não foram concluídos e se encontram na *Biblioteca Municipal de Orleans*. Eles contêm informações importantes sobre a visão da polícia, no tocante aos libelistas e à circulação de suas obras. Lenoir escreveu seus textos em diversos momentos de sua carreira, desde a data de sua chegada na Suíça, em 1790 (ele fugira da França após a queda de Bastilha), até 1807, ano de sua morte (DARNTON, 2012).

⁴³ A transferência da Corte para Versalhes causou uma grande desconfiança nos franceses, especialmente entre os parisienses. Provavelmente, os libelistas devem ter se utilizado dessa impressão deixada na população pelo rei e seu séquito, para produzir sua literatura.

⁴⁴ O caso do colar da rainha foi um episódio que causou uma grande repercussão na França: trata-se de um presente, um colar extremamente caro que o Cardeal Rohan teria tentado oferecer de presente a Maria Antonieta. O presente foi recusado, desencadeando um processo judicial. No entanto, a partir desse episódio, a credibilidade da rainha, que já estava sendo acusada de, juntamente com seu marido, gastar quantias exorbitantes dos cofres públicos franceses para manter o luxo na corte, ficou ainda mais prejudicada diante da opinião pública.

produziam obras difamatórias de influenciar a opinião pública, embora seja bastante difícil dimensionar o quanto, desencadeou uma forte repressão por parte da polícia aos escritores, que se dava de diversas formas.

Além da espionagem feita pelos próprios integrantes da polícia, o aliciamento de alguns libelistas para que denunciasses seus colegas, também escritores, era uma prática comum até mesmo em Londres, onde os autores costumavam se instalar para escapar da jurisdição da polícia francesa. Darnton enfatiza que “[...] a única maneira exequível de perseguir um libelista era arregimentar um deles, alguém que conhecesse quem eram e como operavam” (DARNTON, 2012, p. 185). Lenoir e seus agentes, em uma tentativa de conter os libelistas franceses na Inglaterra, procuraram efetuar uma negociação com a embaixada francesa, em Londres, com o intuito de atacar os libelistas de três formas:

[...] (1) tentar de alguma maneira que os libelistas franceses fossem condenados em tribunais ingleses; (2) acumular informações sobre os libelistas numa campanha de longo prazo para destruir seu ofício, punindo exemplarmente os piores infratores e (3) iniciar negociações para comprar e silenciar os libelos que estivessem prestes a ser publicados (DARNTON, 2012, p. 186).

Sabendo da situação financeira em que se encontravam alguns autores ou outros infratores que se utilizavam do ilegal para saldar suas dívidas e garantir sua sobrevivência, a polícia, constantemente, oferecia dinheiro em troca de apoio, na procura pelos escritores e suas obras. Dessa forma, ex-escritores passaram para o lado da polícia, oferecendo-se para relatar o que sabiam sobre os autores, não importando, em muitos casos, as relações de amizade que poderiam existir entre eles. Uma parcela muito significativa dos escritores que ocupavam um lugar obscuro no mundo literário contraía dívidas exorbitantes com os editores, de modo que se lançassem a qualquer empreendimento que considerassem lucrativo, para livrarem-se das dívidas e sobreviver. Outros, porém, desempenhavam papel duplo: denunciavam outros autores e obras subversivas à polícia, mas continuavam produzindo e fazendo circular as suas, sob um pseudônimo.

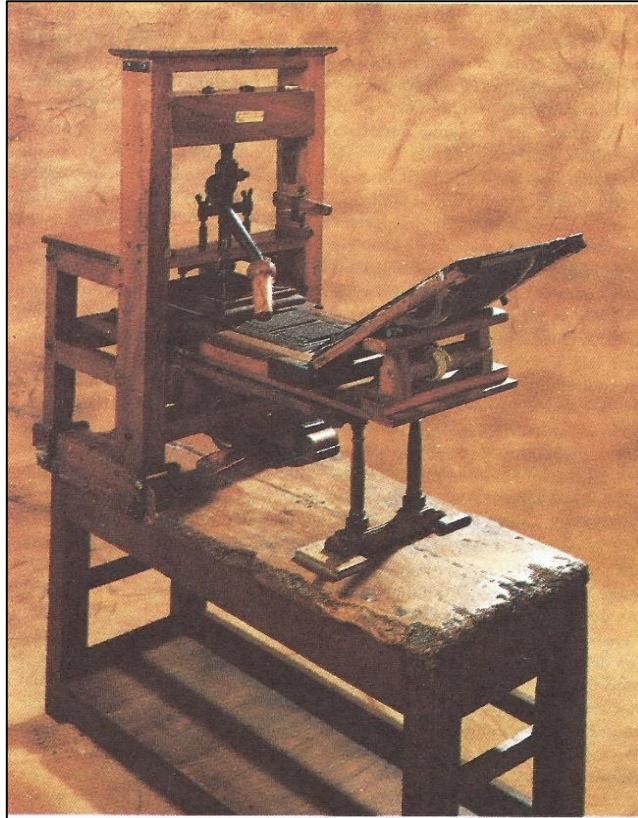
O chefe de polícia parisiense tinha uma imagem a preservar, dada a responsabilidade de seu cargo diante da corte francesa. Assim, punha seus agentes para que empreendessem as perseguições aos libelistas, cobrando resultados. A obra de Robert Darnton (2012) recebeu um título bastante peculiar: “O diabo na água

benta”. Segundo o próprio autor, esse era o título de uma obra subversiva que narra a história de dois homens, os quais tentavam deter os libelistas em Londres (DARNTON, 2012). “O diabo na água benta” ou “um demônio na pia batismal” (DARNTON, 2012, p. 40) referia-se aos agentes da polícia e suas tentativas desesperadas de conter a significativa quantidade de libelos produzidos em Londres, correndo de um lado para o outro pela cidade. Alguns desses autores, considerados charlatões literários, utilizavam-se das causas pregadas pela Revolução para fazer circular suas obras, pondo a polícia em alerta, no reino da França e fora dele.

A polícia francesa deparava-se com um grande problema, dentro de sua própria organização: alguns de seus agentes eram libelistas e produziam obras escandalosas, contando com informações privilegiadas para pô-las em circulação. Alguns policiais, após imprimirem suas obras, apresentavam o manuscrito dela aos seus superiores, fazendo uma narrativa de como foi confiscada e, assim, preservando a imagem de grandes prestadores de serviços ao rei e à nação francesa. Relatavam que a obra já estava pronta para ser impressa e distribuída, mas seu manuscrito havia sido confiscado a tempo de evitar sua impressão, quando, na verdade, eles próprios eram os autores, e as obras já estavam em circulação sob pseudônimos ou mesmo anonimamente. Da mesma forma, davam cobertura a escritores e impressores clandestinos sobre as batidas policiais, a fim de prevenirem-se.

As tipografias e gráficas em território francês não estavam imunes à fiscalização, até mesmo porque muitos desses estabelecimentos eram clandestinos. Algumas delas funcionavam à noite, mesmo sendo legalizadas. Outras eram pertencentes a burgueses influentes, sendo devidamente legalizadas. No entanto, o fato de uma tipografia ser legalizada não significava que não imprimiam obras proibidas. No submundo literário, a impressão de obras condenadas pelo regime significava uma renda extra. Nos estabelecimentos clandestinos, até mesmo os equipamentos de trabalho eram confeccionados de modo que se recebesse uma visita da polícia, eles poderiam ser escondidos mais facilmente. A Imagem 7, a seguir, é de uma prensa, com um design mais versátil, adequado para esconder o equipamento, em caso de uma inspeção policial.

Imagem 7 - Prensa clandestina do século XVIII



Fonte: Prensa Clandestina, século XVIII. Musée de l' imprimerie et de la Banque, Lyon, França (foto: Studio Dussouillez, Rutter). In: DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 151.

Mediante tal análise, é possível compreender a difusão da palavra impressa, na França setecentista, sob uma rede de censura, engendrada pela monarquia com o apoio da Igreja. O mundo do livro mobilizou um grande número de pessoas no reino, entre escritores, impressores, comerciantes, leitores, policiais, censores e demais autoridades, a fim de fazer com que essa rede fosse a mais eficiente possível. Todavia, em alguns momentos, sabe-se que ela não teve a eficiência desejada, sendo sabotada pelos próprios encarregados de fiscalizar as obras, não permitindo que circulassem as de caráter difamatório. Assim, para compreender um empreendimento tão dispendioso como a repressão à palavra impressa no reino francês, não é suficiente analisar somente o conteúdo das obras e as formas de controle em si. É preciso compreender as práticas de leitura dos franceses, especialmente na capital, buscando entender os motivos pelos quais a monarquia francesa se ocupava em fiscalizar a literatura. Para isso, é necessário pensar além do conteúdo dos textos, contendo ofensas à pessoa do soberano, à corte, à igreja e à moral vigente: os motivos

perpassavam o campo político, extremamente sensível na França, de meados do século XVIII.

5 O ENCONTRO ENTRE A LEITURA E A ESCRITA: O IMPACTO DA LITERATURA SUBVERSIVA NOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS

O principal assunto tratado neste capítulo serão as práticas de leitura dos franceses, sob o Antigo Regime. Considerando a possibilidade de que elas pudessem ser aliadas a outros aspectos, as grandes responsáveis pelos contratempores enfrentados pela Casa dos Bourbon e, conseqüentemente, a sua queda, após o evento que se tornou um símbolo da Revolução Francesa: a tomada da Bastilha. Como parte dessas práticas de leitura, o presente texto trará uma análise da leitura no sentido físico, ou seja, quais eram os hábitos de leitura, os ambientes de maior circulação de material impresso, os meios pelos quais as pessoas tinham acesso ao escrito, considerando a influência da *Bibliothèque Bleue*⁴⁵ como uma dessas vias de acesso, pela qual, especialmente as camadas mais baixas da sociedade, puderam estabelecer contato com as ideias dos *philosophes* e de literatos menos conhecidos, na França setecentista, considerando que uma análise das práticas de leitura é, de certa forma, indissociável das práticas de escrita.

O presente capítulo também toma como viés de análise, além das obras escritas, as anotações dos leitores nos espaços em branco das páginas dos livros, ou mesmo em lugares próprios para isso, reservados a essas anotações no próprio exemplar. Essas notas são de extrema importância, pois são feitas pelo próprio leitor, expressando suas impressões com relação ao leitor e sua obra. Por fim, por meio das práticas de leitura e de escrita, a análise empreendida neste capítulo busca sondar o impacto da leitura, nos acontecimentos que se deram no cenário político nos anos finais do Antigo Regime.

5.1 As práticas de leitura

Inicialmente, cabe salientar que apenas uma parte das pessoas, na França do século XVIII, tinha acesso à leitura, isto é, que foi alfabetizada⁴⁶. Nesse contexto, é importante atentar para a importância dos índices de alfabetização no reino francês,

⁴⁵ “Biblioteca Azul”.

⁴⁶ É necessário, no entanto, fazer uma diferenciação entre ter acesso à leitura e ter acesso ao escrito. O fato de que alguém tinha acesso às obras escritas não significava que esse indivíduo seria, necessariamente, um leitor.

pois ela aumentou sua exigência nas sociedades humanas, à medida em que essas foram se tornando mais complexas. Assim como em outros lugares, na França, o comércio deu uma importante contribuição para que os índices de alfabetização aumentassem, pois letras e números precisavam ser utilizados para fazer o controle dessa atividade. Roger Chartier (2004, p. 179), analisando as taxas de alfabetização em Lyon, observa que:

Numa época em que o comércio, mesmo pequeno, se faz a crédito e numa cidade em que os operários da seda trabalham por encomenda, a aquisição da leitura e da escrita é necessária, já que ela só permite a manutenção de uma caderneta de contas para mostrar ao cliente, ou de um livro de encomendas comparável ao do comerciante.

Sob o reinado de Luís XVI, já nos anos finais do Antigo Regime, a escola passou a ser obrigatória, submissa ao controle do Estado e da Igreja Católica, o que resultou na alfabetização de 50% dos homens e 30% das mulheres, até a eclosão da Revolução (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010). Percebe-se que, embora as taxas de alfabetização das mulheres tenham tido um significativo avanço, elas são inferiores aos homens. São ainda menores, quando comparadas às moças de classes sociais mais baixas. Nota-se que, entre homens e mulheres, a taxa de alfabetização eleva-se, de acordo com o poder aquisitivo e o status social do indivíduo. É importante perceber que, conforme os dados mostrados nas tabelas abaixo (Tab. 4 e 5), os índices de alfabetização no campo, tanto para homens quanto para mulheres, mantêm-se mais altos, em relação aos assalariados e operários urbanos. Observa-se, também, que esse fenômeno permaneceu até o final do século XVIII.

Tabela 4 - Índice de alfabetização, de acordo com os registros de casamento – Homens

	Assalariados, operários, etc.	Camponeses	Artesãos	Nobres, burgueses e comerciantes
Metade do séc. XVIII	10%	28%	49%	100%
Fim do séc. XVIII	15%	43%	52%	100%

Fonte: HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 47.

Tabela 5 - Índice de alfabetização, de acordo com os registros de casamento - Mulheres

	Assalariadas, operárias, etc.	Camponesas	Artesãs	Nobres, burguesas e comerciantes
Metade do séc. XVIII	1%	7%	14%	73%
Fim do séc. XVIII	4%	18%	21%	100%

Fonte: HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 47.

Entre o povo⁴⁷, o acesso à leitura tornava-se mais complexo, primeiramente, em função dos índices de alfabetização. Mercier considerava um grande problema defini-los, uma vez que constituíam uma camada social heterogênea. Outro escritor, Rétif de La Bretonne, não acreditava ser importante nem possível a difusão da leitura entre o povo, o qual chama de “populacho”. Em suas palavras, “[...] esse populacho não lê, jamais lerá enquanto for populacho” (BRETONNE *apud* ROCHE, 2004, p. 267). Para ele, era preciso que houvesse uma mudança profunda em seus costumes e, até mesmo, uma ascensão econômica, a fim de que o povo pudesse adquirir um nível de cultura considerado satisfatório, nesse período. Bretonne defendia, ainda, que as mulheres das classes mais baixas não deveriam se ocupar da leitura e da escrita, mas sim cumprir seus deveres femininos, realizar os trabalhos que lhe cabiam, de boas esposas, boas filhas e boas mães, sendo que ler e escrever poderiam prejudicá-las no desempenho dessas funções (ROCHE, 2004). Em sua análise das palavras de Réstif de La Bretonne, Roche não especifica os motivos pelos quais o autor considerava que o aprendizado da escrita e da leitura pelas mulheres prejudicaria suas funções domésticas.

O mesmo teórico faz uma análise das palavras de Michellet, o que, talvez, possa explicar, em partes, os receios de La Bretonne, quanto à disseminação da palavra impressa entre o povo. Michellet salienta a disposição do povo à ação, sua aversão a longas discussões, consumando sem mais delongas os fatos considerados necessários (ROCHE, 2004). Jules Michellet propôs-se a escrever uma História da França e dedica uma obra especial aos eventos de 1789 e seu desfecho, chamada

⁴⁷ Para realizar este trabalho, a definição de povo foi baseada na obra de Daniel Roche, “O povo de Paris”. Para Roche, povo são “as classes trabalhadoras assalariadas; não se trata, no século XVIII do proletariado ou da classe operária, e sim de um ‘nível de classe’, de um misto que exclui os mestres artesãos e os lojistas independentes e que agrupa os operários, os companheiros das indústrias e do comércio, os criados, tão numerosos nessa época (ROCHE, 2004, p. 14).

de “História da Revolução Francesa⁴⁸”. Em uma análise sobre a tomada da Bastilha, Michellet destaca esse caráter impulsivo do povo. Conforme ele, “o ataque à Bastilha, não foi de maneira nenhuma refletido. Foi um ato de fé” (MICHELLET, 1989, p. 154). O receio dos escritores é que, se o povo, em sua maioria, tivesse acesso à palavra impressa, esse impulso à ação poderia se acentuar ainda mais, motivado pelas ideias do autor. Caso houvesse divergências ou mesmo erros nas interpretações do escrito, os efeitos poderiam ser ainda mais devastadores.

O significativo aumento do número de pessoas alfabetizadas fez com que a leitura acontecesse, incorporando novas formas àquelas já existentes. Surgiram práticas de leitura, de acordo com a realidade dos mais diversos ambientes e adequadas aos mais diferentes tipos sociais existentes na França setecentista. No meio urbano, desenvolviam-se mais rapidamente práticas literárias mais dinâmicas: o material impresso estava presente em maior volume, a taxa de alfabetização dos habitantes das cidades (com exceção dos operários) era mais alta, algumas camadas sociais possuíam recursos, que poderiam ser gastos na compra de livros, bem como existia maior facilidade com que eram feitas essas aquisições. Nas cidades, com exceção da renda de grande parte dos habitantes, não havia barreiras tão significativas à compra de livros, que poderiam ser feitas em lojas autorizadas⁴⁹ ou por meio de vendedores ambulantes. Entre a classe social mais baixa, composta de operários, criados, artesãos, entre outras profissões menos remuneradas, também existiam leitores. Certamente, as condições para a aquisição de livros eram mais restritas, mas eles os obtinham por meio de suas economias, empréstimos, heranças, entre outras formas. Embora não tivesse uma elevada taxa de alfabetização e não dispusesse de tantos recursos quanto nobres e burgueses para adquirir livros, a

⁴⁸ É inegável a contribuição de Jules Michellet à pesquisa histórica, até os dias atuais. No entanto, a partir de sua época, a historiografia já conta com outras análises, baseadas em outros documentos e, também, outros métodos de pesquisa. A discussão, no presente trabalho, não se atém à veracidade ou ausência dela sobre os fatos analisados pelo autor (por exemplo, se a tomada da Bastilha realmente foi feita impulsivamente), mas propõe-se a analisar a visão da sociedade da época pelos escritores.

⁴⁹ Em muitas lojas autorizadas pelo governo, a comercialização de material impresso dava-se oficial e clandestinamente. No catálogo oficial e entre os produtos expostos ao público em geral, encontravam-se somente as obras legais. Em um catálogo extra, continham os títulos proibidos, expostos somente a um público restrito, bem como um possível estoque dessas obras. Algumas dessas lojas, não possuíam estoque; somente um catálogo contendo títulos proibidos. Quando algum cliente os solicitava, o vendedor pedia em correspondência à STN ou outra Sociedade Tipográfica da qual era cliente. Os trâmites para a aquisição de uma obra proibida ocorriam da maneira mais sigilosa possível, longe dos olhos das autoridades.

população francesa também contava com um número expressivo de leitores, contribuindo, assim, para que a palavra impressa ganhasse força no reino.

No meio rural, a leitura e o acesso às obras eram bem mais escassos, pois as condições à circulação do impresso eram, em muitos aspectos, contrárias ao ambiente das cidades. A baixa taxa de alfabetização, a rotina de trabalho intensa, a renda familiar, a dificuldade de obter esse material, considerando que as lojas se concentravam nas cidades e os locais não eram os caminhos preferidos dos vendedores ambulantes, foram fatores que dificultaram a difusão da palavra impressa, nesse ambiente agrário. No entanto, apesar de todas as barreiras existentes para que o livro estivesse presente entre os camponeses, ele não deixou de ser parte importante da diversão, especialmente em família. Depois do trabalho, os serões eram feitos, principalmente em noites frias, ao redor do fogo, o qual desempenha um duplo papel: o de aquecer as pessoas presentes e de proporcionar uma iluminação, ainda que, com uma luz bruxuleante, os caracteres sobre o papel, permitiam uma leitura em família, que, muitas vezes, integravam algum empregado dessa propriedade. Contudo, a variedade de livros que circulavam no campo não era tão ampla quanto nas cidades. A maioria das produções, de alguma forma adquirida pelos camponeses, era composta por livros de orações e devocionais, ligados à religião e, em alguns casos, contos ligados ao seu cotidiano.

Quando se tratava de notícias, produzidas por pessoas ligadas ao jornalismo, normalmente chamado de “História Contemporânea”, os franceses provincianos que quisessem ter acesso deveriam ter um certo cuidado, pois o governo buscava manter um controle absoluto sobre esse conteúdo, visto como subversivo.

A maioria dessas notícias era transmitida de boca em boca, mas muitos franceses, especialmente nas províncias, recebiam seu suprimento de anedotas por meio de boletins clandestinos escritos por *nouvellistes* obscuros, copiados por escribas e vendidos por debaixo do pano em Paris por mascates, enviado às escondidas para as províncias e às vezes, impressos por editores empreendedores fora da França (DARNTON, 2012, p. 334, grifo do autor).

Com o aumento significativo das taxas de alfabetização, os hábitos da leitura também se dinamizaram. A leitura coletiva dividiu espaço com a leitura individual, aquela silenciosa, feita por um indivíduo que poderia estar só em um ambiente ou cercado de pessoas, porém, imerso em sua leitura. A leitura coletiva era, talvez, a mais comum nesse contexto. Lia-se coletivamente em ambientes comerciais, como

cafés, salões, bares e tabernas, além do ambiente doméstico. Em locais públicos, a leitura normalmente era feita por uma pessoa a outros ouvintes, que, após esse momento, debatiam o texto, ou, em grupos, cada um lendo uma parte do mesmo livro ou periódico. No ambiente doméstico, ou seja, nos chamados serões, o pai ou outra pessoa da família que fosse alfabetizada fazia a leitura para os demais, os quais ouviam atentamente. Isso ocorria frequentemente nas famílias mais pobres. Nas campanhas militares, a leitura é muito importante para os combatentes, pois “tal prática preenche as horas de folga, fortalece as amizades, nutre os pensamentos” (CHARTIER 1991, p. 149).

5.2 A leitura e os lugares de sociabilidade

A leitura coletiva, ainda que em ambientes totalmente diferentes, estava presente no campo e nas cidades, pois escutar a leitura era uma forma de aproximação do escrito por pessoas não alfabetizadas. Ler e ouvir uma leitura tornaram-se formas de sociabilidade, nos ambientes já reservados a esse propósito. Os cafés, salões, bares e tabernas foram os locais onde, no Antigo Regime, pululavam os textos escritos, sejam eles livros ou periódicos e as mais diferentes ideias sobre esses textos. Muitos historiadores se debruçaram sobre fontes que permitissem analisar as redes de sociabilidade estabelecidas nesses locais, alguns deles, como bares e tabernas, nem sempre bem vistos pelas autoridades e cidadãos nobres e burgueses. Já as pessoas ricas, influentes na sociedade francesa, optavam por estabelecer suas redes de sociabilidade nos salões ou nos cafés. Essas instituições agiram como grandes difusoras dos ideais iluministas, defendidos pelos *philosophes*. Ainda, em se tratando de aspectos sobre a leitura coletiva, é relevante ocupar-se de uma análise dessas instituições, considerando sua grande importância na circulação e no desenvolvimento das práticas de leitura, na França do século XVIII.

Os salões eram os espaços de sociabilidade mais refinados do Antigo Regime. Para o historiador Colin Jones (2013, p. 211, grifos do autor), eles eram

[...] reuniões mundanas e frequentes de membros das elites sociais, literárias e artísticas para conversarem sobre os assuntos do dia e praticarem outras atividades culturais (música, poesia, leituras de peças etc). A maioria dos salões eram composta por homens, embora em geral comandados por uma mulher, que supervisionava os eventos nas opulentas redondezas dos mais seletos *hôtels particuliers* dos bairros mais elegantes da cidade.

Escritores renomados, como os enciclopedistas, frequentavam ativamente os salões. A presença de Voltaire, Montesquieu, Diderot, D'Alembert entre outros escritores que propagavam as ideias iluministas conferia prestígio a esses estabelecimentos, especialmente aos olhos dos visitantes de passagem por Paris. Ainda, de acordo com Jones, esses espaços eram abertos como uma forma de prestar homenagens aos homens de letras. Apesar de ser um ambiente descontraído, onde possibilitava a conversa informal, era restrito a determinado público. Para poder entrar em um salão, o indivíduo deveria ter sido muito bem recomendado anteriormente por influentes frequentadores do lugar. As regras de etiqueta eram fundamentais, o que conferia ao ambiente um ar de civilidade. Conscientes do status social das pessoas que promoviam esses encontros, os *philosophes* distanciaram-se dos cafés, passando a frequentar os salões. No entanto, esses locais não eram só de sociabilidade, como salienta Roger Chartier, “a participação na sociedade dos salões era, portanto, uma necessidade para qualquer um que quisesse progredir: era ali, que proteções, pensões, empregos e subsídios podiam ser obtidos; era ali que as eleições para a Academia francesa podiam ser asseguradas” (2009 p. 230). D' Alembert exemplifica o escritor que pôde ter acesso à Academia francesa, por intermédio dos salões.

Os cafés, por sua vez, eram ambientes mais frequentados que os salões. Parafraseando Darnton (1987), isso ocorria por serem estabelecimentos menos nobres e, por conseguinte, mais acessíveis ao público em geral. Localizados bem próximos à rua, alguns cafés eram lugares malvistas pelas autoridades, pois reuniam-se ladrões, vigaristas, homossexuais e prostitutas. A polícia, com o apoio do rei, buscava controlar os excessos cometidos nesses ambientes, estipulando um horário para que encerrassem suas atividades à noite. Segundo Daniel Roche (2004), durante o reinado de Luís XIV, esses espaços deveriam ser fechados às 20 horas; no reinado de Luís XV, às 21; já sob Luís XVI, deveriam encerrar seus serviços às 22 horas, no inverno, e, às 23 horas, no verão. Todavia, era uma tarefa bastante difícil à polícia manter o controle e fazer com que esses estabelecimentos cumprissem a lei.

Os cafés eram considerados antros de depravação pelas autoridades, não somente pela reputação dos frequentadores assíduos do lugar, mas pelas informações que lá circulavam, em função do grande número de libelistas que também se faziam presentes nessas discussões. Quando determinado *nouvelliste* era denunciado à polícia, os encarregados de sua prisão sabiam onde encontrá-lo:

sentado em uma mesa de algum café, debatendo com um leitor ou outro escritor. Nos arquivos da Bastilha, encontram-se documentos que foram apreendidos com os infratores no momento de sua prisão. Tratavam-se de manuscritos de pequenos textos, canções ou poemas obscenos. No reinado de Luís XV, esses manuscritos escandalosos, na maioria das vezes, diziam respeito à vida do soberano e de sua favorita, Mme. Pompadour. Considerando as redes de sociabilidade estabelecidas nos cafés, não é fantasioso inferir que ocorressem encontros entre escritores e editores, para acertarem os detalhes de alguma publicação, fosse ela considerada ofensiva ou não, do ponto de vista moral, político e religioso.

O Café Le Procope⁵⁰ era o café mais antigo de Paris, fundado em 1686. Seu apogeu foi durante o século XVIII, sendo um dos estabelecimentos mais bem-conceituados, apesar de a reputação negativa adquirida pelos cafés em meados do século. De acordo com Colin Jones, foi ali que Diderot e D'Alembert tiveram a inspiração de elaborar a obra considerada o símbolo do Iluminismo: a Enciclopédia (JONES, 2013). Assim como os demais cafés, o público feminino que o frequentava era baixíssimo. Conforme o mesmo historiador, o gorro vermelho que caracterizou a Revolução Francesa também nasceu nesse lugar. Além dos dois enciclopedistas, muitos outros escritores franceses renomados costumavam frequentá-lo. A Revolução trouxe seus líderes para frequentar esse espaço e discutir as ideias do movimento. Mesmo antes dos eventos de 1789, o prestígio do Café Le Procope já não era mais o mesmo, surgindo outros cafés nos elegantes *bulevares* da cidade. Até a data da publicação da obra de Colin Jones, o estabelecimento subsistiu como restaurante, tendo como principais frequentadores os turistas que visitavam Paris.

Por intermédio dessa representação do Café Procope, é possível perceber que se tratava de um ambiente seletivo. Os frequentadores vestiam-se de acordo com a moda, tão característica do Antigo Regime, conversando animadamente entre si. O ambiente é retratado cuidadosamente decorado, com uma arquitetura requintada. O grande número de pessoas que frequentava o estabelecimento e o requinte com que se parece se portar confirma o prestígio do local, frequentado também pelos *philosophes*. Outro detalhe chama atenção na imagem: a ausência de mulheres entre os animados clientes. A única representada na imagem encontra-se só, sentada atrás de um balcão, alheia ao burburinho dos elegantes debatedores. Ela, provavelmente,

⁵⁰ O Café Le Procope trazia o nome de seu fundador, Francesco Procopio Dei Coltelli, e não do historiador bizantino Procópio, como pode parecer inicialmente ao leitor atual.

deveria estar trabalhando, pois os cafés e salões não eram ambientes acessíveis às mulheres, com exceção das funcionárias do local.

Imagem 8 - Café Procope



Fonte: Café Procope, *Établissement de la Nouvelle Philosophie*. Gravura do século XVIII (foto copyright The Art Archive/ Museu Carnavalet / Dagli Orti). In: JONES, Colin. *Paris: biografia de uma cidade*. 5. ed. Porto Alegre: L & PM Editores, 2013, p. 215.

Outros locais de sociabilidade onde o escrito também estava presente, especialmente aqueles escandalosos, eram os bares e as tabernas. Estas eram ambientes totalmente malvistas que, de acordo com Roche, reúne as classes mais baixas da sociedade, fomentando todo tipo de promiscuidade, desordem e aventura (ROCHE, 2004). Os taberneiros não tinham uma vida fácil: iniciavam sua jornada muito cedo pela manhã e encerravam suas atividades quando sua clientela se recolhia, muitas vezes, sendo surpreendidos pela polícia, que fazia sua ronda noturna, buscando com que os donos de estabelecimentos comerciais cumprissem a lei e fechassem seu comércio no horário estipulado. Os bares eram igualmente malquistos, pois fomentavam a “pobreza e a vadiagem”. Da mesma forma que as tabernas, nos

bares e tabernas circulavam objetos furtados, ladrões, prostitutas e demais atividades ilícitas, entre elas a circulação da literatura subversiva. Em síntese, bares e tabernas não eram lugares para serem frequentados por intelectuais.

A Igreja também poderia ser um lugar de leitura coletiva, no sentido de que o padre fazia a leitura para seus ouvintes. Michel Vernus, em sua análise sobre as formas da leitura coletiva, aponta que documentos oficiais, vindos especialmente das administrações municipais, eram lidos nos púlpitos, uma maneira bastante eficiente de transmitir recados oficiais para uma população, que frequentava a missa com certa regularidade (VERNUS, 1996). Essa prática se mostrava eficiente, principalmente entre os camponeses, visto que sua cultura ainda estava arraigada na transmissão oral de fatos, contos populares, canções, regras de conduta ou orações.

5.3 A leitura individual

A história da leitura perpassa algumas noções do social e do particular. Jean Marie Goulemot insere as práticas literárias em uma discussão sobre os limites entre o público e o privado. Conforme o autor, os manuais de civilidade, que circulavam primeiramente entre a elite, faziam com que determinados comportamentos fossem retirados dos olhos do público e passassem ao privado, reservado dos olhares das pessoas (GOULEMOT, 1991). Com a leitura e a escrita, não foi diferente: elas deixaram de circular somente na esfera pública e passaram a fazer parte de uma esfera privada. Nobres e burgueses escreviam diários relatando sua vida pessoal, cartas de casamento⁵¹, ou seja, documentos posteriormente muito úteis à pesquisa histórica, mas que, nesse contexto, permanecem restritos a pessoas da família ou apenas ao autor e seu destinatário, como é o caso das cartas de casamento.

A leitura individual apresenta-se bem mais complexa na análise dos historiadores que se propuseram a analisá-la. Inicialmente, em um contexto onde a alfabetização não se encontra ao alcance de todos, o fato de saber ler e escrever é sinônimo de empoderamento individual. Por meio da leitura, o indivíduo tem acesso às ideias de outras pessoas, as quais, na maioria das vezes, não conhece pessoalmente, assim como a escrita, por intermédio da qual se pode expressar o pensamento, desenvolvendo a criatividade do autor, o qual poderá compartilhar o

⁵¹ As cartas de casamento eram escritas pelo noivo e entregues à sua noiva.

conteúdo de sua obra com pessoas com as quais nunca dialogou. Ler e escrever também permitem que o indivíduo se relacione com outras pessoas, pela palavra escrita, diminuindo, assim, a distância que as separa. O hábito de ler individualmente também é o grande responsável pelo desenvolvimento de novas práticas literárias (CHARTIER, 1991), que continuam se modificando até os dias atuais.

A leitura individual possibilita, além disso, uma mudança nas práticas religiosas. Na Europa Católica, essa prática de leitura tirou do controle da Igreja a leitura da Bíblia e as interpretações a respeito dela, podendo influenciar na relação do indivíduo com a divindade ao qual era devoto. A produção de material impresso, como devocionais, livros de orações e hagiografias, deixou de ser restrito apenas aos clérigos e passou a ser produzido por autores que não integravam o clero. Com essa difusão do impresso, houve um movimento inverso por parte da hierarquia da Igreja Católica: clérigos também passaram a produzir obras consideradas heréticas⁵² pelo Estado e pela própria Igreja. No tocante às mudanças relacionadas às práticas religiosas, o Protestantismo contribuiu para acelerar o movimento de difusão da palavra impressa na Europa. Assim, a Reforma contou com aumento do volume de material impresso para difundir suas ideias em grandes potências europeias da época, como a França e a Inglaterra.

Ler individualmente também permite ao indivíduo uma fuga do controle social. A possibilidade de esconder a obra que está sendo lida, se o conteúdo não for adequado, era uma opção adotada por muitos leitores, que tinham uma reputação a preservar na corte ou na hierarquia da Igreja Católica. Os *mauvais livres* ainda hoje são um problema para os historiadores da leitura, pois a maioria das pessoas não se orgulhava de lê-los, embora isso fosse uma prática comum. Sendo assim, ficaram fora dos inventários *post mortem*, importantes fontes para o estudo da leitura na França setecentista. A leitura individual permite, ainda, que o leitor desenvolva sua relação com o tema lido, em meio a uma multidão, em locais públicos, como nas praças, nas ruas, nos cafés ou mesmo em um agradável passeio pelo *Jardin des Tuileries*. Jean Marie Goulemot (2011, p. 108) aponta para o aspecto físico do leitor, quando está imerso em uma leitura silenciosa: “sentado, deitado, alongado, em público, solitário, em pé”. A posição do corpo do leitor depende do local em que se encontra e do

⁵² As obras consideradas heréticas escritas pelos clérigos, não necessariamente se tratavam de obras pornográficas, que ofendiam a moral vigente. Elas poderiam tratar de pontos de vista teológico ou político divergentes do pensamento da época.

objetivo de sua leitura. Um leitor realizando um estudo, por exemplo, normalmente lê em seu gabinete⁵³, sentado em uma cadeira, com o livro sobre a mesa, juntamente com sua pena e papéis para anotações, que, também, podem ser feitos nos espaços em branco da página ou folhas em branco, reservadas a anotações no próprio livro. Há, outrossim, o leitor que lê uma obra dispondo de várias outras sobre a mesa, fazendo uma comparação ou cruzamento de informações com outras, encadeando um processo dialético.

Roger Chartier (2011, p. 89) aponta que existem “figuras de leitura” e, entre elas, destaca a leitura intensiva. O leitor que pratica essa modalidade de leitura se apropria do texto, por meio de uma leitura repetida dele (CHARTIER, 2011). Assim como na análise das práticas de leitura em geral, há inferências feitas pelos historiadores, com base em indícios encontrados em documentos escritos, criteriosos estudos e filtro da informação. Uma dessas inferências pode ser feita considerando que, no campo, o escrito era mais escasso, praticando-se uma leitura intensiva com mais frequência, pois a mesma obra era lida ou ouvida muitas vezes seguidas. Obviamente, isso não significa que essa modalidade de leitura estivesse ausente no meio urbano, onde o impresso circulava com mais facilidade. Geralmente, as obras lidas de forma intensiva eram aquelas religiosas, livros de orações e devocionais, uma vez que faziam parte de uma cultura do espiritual, preservada pelos cristãos devotos. Embora a profusão do escrito nas cidades experimentasse um vertiginoso crescimento, permitindo ao leitor a leitura de obras menores, como almanaques, periódicos, libelos, entre outros gêneros literários, o que caracterizava uma leitura extensiva, a prática de leitura intensiva não foi eliminada na França do século XVIII.

Com a difusão da palavra impressa, aumentou, também, o número de residências que passaram a ter, em suas dependências, bibliotecas os gabinetes. Esses lugares eram reservados ao armazenamento das obras e destinados ao ato da leitura, individual ou coletiva. Para ler em silêncio, individualmente, as bibliotecas e gabinetes significavam um lugar de refúgio, protegidos dos olhares das outras pessoas e dos ruídos externos, que atrapalhavam a concentração do indivíduo. Os móveis, a iluminação, tudo era pensado de forma que esse ambiente de leitura pudesse ser agradável, proporcionando prazer ao leitor. Porém, não eram todas as classes sociais que tinham direito a esse conforto: as residências mais humildes não

⁵³ Na França setecentista, gabinete tem a mesma conotação de biblioteca.

possuíam espaço suficiente para essas instalações, nem dinheiro suficiente para que pudessem dispor de uma grande quantidade de obras. Muitos nobres encomendavam aos encadernadores suas obras favoritas em brochuras com capas personalizadas, imprimindo, desse modo, sua marca nas obras de sua biblioteca.

A imagem a seguir (Im. 9) mostra uma moça muito satisfeita com sua leitura, muito à vontade em um ambiente reservado à leitura e ao lazer. O ambiente representado na imagem é o de uma residência burguesa, o que pode ser observado nas tapeçarias que recobrem a parede, na estante contendo muitos volumes cuidadosamente dispostos. O móvel sobre o qual a jovem está recostada sobre as almofadas parece muito confortável, criando, assim, todo um conjunto de fatores que proporcionam uma diversão por meio da leitura. O ambiente silencioso, a posição do corpo, a variedade de obras, que permite com que a leitora escolha a de sua preferência, faz com que ela fique imersa no conteúdo da obra, o qual, pela expressão do seu rosto, parece estar lhe agradando. As outras obras dispostas sobre a mesa, inclinadas em cima da estante ou mesmo aquela jogada no chão faz com que o observador perceba essa escolha da leitora.

Imagem 9 - Leitura individual



Fonte: Georges Croegaert, *Heures de loisirs*, início do século XIX. Coleção Particular. In: CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 120.

Quem não tivesse condições de possuir em sua residência uma biblioteca pessoal ou um gabinete literário, poderia contar com estabelecimentos semelhantes espalhados por Paris. Assim, o leitor que quisesse desfrutar do estabelecimento poderia pagar um valor em dinheiro, mensal ou anualmente e ter acesso a livros e periódicos, como jornais e almanaques, em um ambiente propício à leitura. Nesses locais, o silêncio dos frequentadores era fundamental, pois partilhavam o ambiente com outros indivíduos, muitas vezes, desconhecidos. Robert Darnton, analisando o empreendimento de um livreiro chamado Gerlache, para organizar uma livraria e um gabinete literário, descreveu a melhoria de sua condição financeira com o empreendimento (DARNTON, 1992). A tabela a seguir contém um balanço feito pelo próprio Gerlache dos valores necessários para montar um pequeno comércio livreiro.

Tabela 6 - Custos para montar um pequeno comércio de livros, segundo Gerlache

Utensílios	Valor
Para uma carta de mestria	803 libras
Montagem da loja	300 libras
Instrumentos de encadernador	600 libras
Móveis necessários para os jovens	300 libras

Fonte: DARNTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 71.

Os leitores que não dispunham de uma biblioteca pessoal, não ficavam alheios à literatura clandestina em circulação, na França do século XVIII. Os empréstimos dessas obras e, também, das obras lícitas poderiam ser feitos por meio das bibliotecas e gabinetes literários ou obtidos junto a pessoas que as possuíam em sua biblioteca pessoal. Esse último caso ocorria muito frequentemente com os criados que, tendo uma relação amigável com seu amo, tomavam emprestados livros e os devolviam após terminarem a leitura. Muitos nobres puseram, ainda que involuntariamente, seus criados em contato com a leitura, pedindo que eles lessem trechos de obras durante as refeições, em momentos de ócio ou antes de dormir. A difusão do escrito desencadeou outro fenômeno: os livros passaram a sair das bibliotecas e circular por outros cômodos da casa, como, por exemplo, no quarto de dormir.

No entanto, não eram todos os leitores que tinham acesso a pessoas possuidoras de uma biblioteca pessoal ou podiam frequentar uma biblioteca pública ou gabinete literário. Entre o povo, muitos precisavam cumprir uma estafante rotina

de trabalho e não tinham tempo suficiente para ir a uma biblioteca, visto que elas tinham um horário de funcionamento. Assim, recorriam à compra de livros em edições mais baratas, por correspondência e em outras lojas de pequeno porte, as quais revendiam edições mais em conta. A chamada Biblioteca Azul de Troyes foi um meio encontrado por esses leitores para divertir-se e aprender por intermédio do livro. Ela consistia em uma série de livros de capas azuis, editadas em Troyes. Tratavam-se de obras já impressas de diversos autores, editadas em uma versão mais econômica, com objetivo comercial, que acabou por dinamizar ainda mais o acesso à leitura na sociedade francesa. Nas palavras de Sílvia Leibel (2017, p. 15), a redução dos custos de uma publicação poderia ser feita por meio do

[...] encurtamento de parágrafos, o aumento do tamanho dos caracteres e a simplificação ou depuração do texto, ou seja, não apenas a linguagem é facilitada, mas também o texto é desprovido de expressões potencialmente blasfematórias ou de cunho sexual”.

Segundo Chartier (2011), os textos da Biblioteca Azul não necessariamente integraram a chamada cultura popular, pois suas origens são as mais diversas. Embora o objetivo de editores, como Nicolas Oudot, conhecido editor de Troyes, não seja tornar o livro mais acessível às camadas mais baixas da sociedade, isso acabava ocorrendo com os livros azuis.

5.4 Política e ideias em circulação

Paralelamente à difusão da leitura e da escrita, a França estava vivendo mudanças profundas, ainda que silenciosas, em suas estruturas políticas e religiosas. As ideias dos *philosophes* já se faziam presentes nas mais variadas esferas da sociedade francesa, modificando lentamente alguns hábitos. A divisão entre o público e o privado, tão defendida pelos manuais de civilidade da época, foi de extrema importância para conduzir o país ao limiar de novos tempos. Práticas, anteriormente submetidas ao controle da Igreja Católica, até mesmo no âmbito doméstico, ficaram restritas somente ao núcleo familiar, bloqueando o acesso da instituição nos assuntos do lar. Grandes exemplos disso foram a já tratada anteriormente individualização da leitura e os métodos de contracepção. A questão do controle de natalidade foi extremamente importante, no que se refere ao rompimento gradual de costumes

antigos, defendidos pela Igreja. Essas práticas contraceptivas foram mantidas restritas à vida conjugal, não possibilitando que houvesse um controle clerical sobre a vida familiar (CHARTIER, 2009). Contudo, novos padrões demográficos foram configurando a sociedade, e a Igreja não se manteve alheia a essas mudanças. Ela passou a incentivar um cuidado com as mulheres na gravidez⁵⁴, bem como o cuidado com as crianças, desde seu nascimento até no período posterior à sua educação.

Em um contexto onde a Igreja Católica, na França, passava por mudanças no todo, também enfrentava divisões internas. O Protestantismo, desde suas origens, vinha dividindo opiniões dentro da Cristandade europeia, trazendo diferentes pontos de vista, a respeito de alguns ensinamentos até então tidos como inquestionáveis. De acordo com Chartier (2009), estabeleceu-se uma distância considerável entre a religião Católica vivida pela hierarquia eclesiástica e aquela que permeava a cultura popular, muitas vezes, tida como supersticiosa, o que contribuía para aumentar as tensões na principal instituição que conferia legitimidade à monarquia.

Os rituais cristãos também foram alvos de discussões e tentativas de mudanças, durante os séculos XVII e XVIII. A obrigatoriedade da realização de alguns sacramentos que, nas palavras de Chartier (2009, p. 150), “[...] duzentos ou trezentos anos antes, só eram executados de forma irregular” também foi motivo de divisões dentro da Igreja. É possível que, em um primeiro momento, a distância entre a cultura popular e a “prática ideal” da religião não fosse percebida pelo alto clero. Para o pároco de uma pequena cidade ou do campo, esse distanciamento ficava mais perceptível, pois ele estava mais próximo de seus fiéis, conhecendo melhor sua realidade. Apesar disso, a Igreja obteve uma maior frequência à missa.

Chartier (2009 p. 149) aponta um fenômeno de “descristianização” da França, desde o século XVII, acentuando-se no século XVIII. O historiador entende por descristianização uma mudança de comportamento e atitudes dos franceses, com relação ao cristianismo, não uma mudança na essência dos seus ensinamentos (CHARTIER, 2009). Podem ser apontados como indícios dessa descristianização a divisão dentro da Igreja Católica, o distanciamento entre a cultura eclesiástica e a cultura popular, a disseminação das ideias e mesmo uma queda nas vendas de livros religiosos. Por meio das solicitações das permissões para publicações de obras

⁵⁴ Um dos motivos da alta taxa de mortalidade entre as parturientes era a frequência das gestações. Por isso, houve uma tolerância por parte da Igreja e até um incentivo às práticas contraceptivas.

(permissões públicas ou privilégios), foi possível observar esse declínio das ligadas à religião.

Os títulos religiosos, incluindo-se todas as categorias, participavam com metade da produção dos impressores parisienses no fim do século XVII e ainda constituíam um terço da produção na década de 1720, mas representavam apenas um quarto no começo da década de 1750 e um décimo na década de 1780. Considerando que as outras categorias bibliográficas gerais (direito, história, belas-letas) permaneceram relativamente estáveis ao longo do século, foram as artes e as ciências, cuja participação proporcional duplicou entre 1720 e 1780, que mais se beneficiaram do declínio em livros de liturgia e devoção religiosa (CHARTIER, 2009, p. 118).

No entanto, há muitas discussões entre os historiadores para compreender o processo de “descristianização” ocorrido na França. De acordo com Mona Ozouf (1989), a discussão que se apresenta não é a existência ou não desse fenômeno, mas de que forma ele ocorreu. Na França setecentista, a monarquia ainda era fortemente ligada à Igreja Católica. Por esse motivo, é difícil dizer que houve uma ruptura da sociedade com a doutrina cristã. Para muitas pessoas, deixar de participar dos sacramentos da Igreja poderia significar uma exclusão também na sociedade civil, considerando que alguns documentos eram emitidos apenas pelos párocos, como registros de nascimento ou casamento, entre outros documentos. Então, ainda que os fiéis não fossem defensores ferrenhos do Catolicismo, eles também não abandonaram a religião.

Não se pode apontar como causas isoladas de uma descristianização da França setecentista somente as ideias iluministas ou a circulação da literatura subversiva. Primeiramente, porque o Iluminismo não se tratava de ideias que buscavam destruir o Cristianismo, mas sim do direito de questionar seus ensinamentos, de entender suas bases. Essa concepção errônea do Iluminismo como um movimento de oposição ao cristianismo se perpetuou ao longo do tempo. Todavia, o que de fato ocorreu foi a crítica de alguns *philosophes* aos dogmas da Igreja, o que contribuiu para que se repetisse a ideia de que o Iluminismo não reconhecia a religião cristã. Um exemplo disso são as obras de Voltaire, que, em alguns momentos, referiram-se à Igreja Católica como “a infame”. Porém, nem todos os pensadores desse período compartilhavam da mesma concepção.

Duas instituições na França, por muito tempo, determinaram as regras da cultura, da moral, da política e da religião: o Estado e a Igreja Católica. Logo, com o

processo de “descristianização”, ainda que lento e bastante sutil, contribuía para a disseminação dessas ideias, as quais foram minando as bases da Igreja, precisando, em alguns momentos, adaptar-se às configurações sociais emergentes, não sendo mais possível retomar um controle quase total da vida dos cidadãos. No entanto, a instituição ainda permanecia muito forte para que esse processo fizesse ruir toda sua estrutura, o que não ocorreu, mesmo com todos os eventos que se desenrolaram a partir de 1780. É importante perceber, também, que as ideias iluministas não propunham uma ruptura total com o cristianismo, nem com todos os dogmas e ensinamentos da Igreja.

O objetivo das ideias iluministas era a liberdade individual do cidadão, para que esse pudesse escolher seu credo religioso, assim como a fim de analisar os fatos à luz da razão, não somente tendo como causa única a “vontade divina”. Entretanto, a Igreja não era unânime nessa questão. Era essa liberdade de questionamento, o ponto de conflito entre os clérigos prós e contra às ideias propagadas pelos *philosophes*. Prova dessa divisão são as obras escritas por padres, os quais contribuíram ativamente para o movimento intelectual do Século das Luzes.

As estruturas da monarquia francesa não possuíam bases tão sólidas, quanto as da Igreja Católica. Luís XV, o Bem-Amado, já não se beneficiava do prestígio da opinião pública. A morte de *Mme. Pompadour* e a ascensão de *Mme. Du Barry* ao status de favorita do rei colaboraram ainda mais para o desgaste da imagem do soberano frente ao povo. *Mme. Du Barry* era uma pessoa odiada na corte. Seus colaboradores, cujo empenho tinha sido imenso para que ela alcançasse esse status, agiam como verdadeiros saqueadores do tesouro público, deixando muitos políticos influentes descontentes e com motivos cada vez mais latentes para se livrarem da cortesã real. As intrigas políticas da corte ocasionaram a queda de ministros influentes, sendo que a maioria dessas querelas contaram com a ativa participação de *Mme. Du Barry*. As atitudes do rei e de sua favorita granjearam o desdém da opinião pública pela figura do soberano.

Com os problemas internos que grassavam na França e a credibilidade da Igreja Católica abalada, foi inevitável a perda da sacralidade da figura do soberano perante seus súditos. A instituição era a grande responsável por legitimar o poder dos reis, investindo-os do caráter sagrado, por meio da autoridade “conferida por Deus”. O próprio rei abandonou alguns ritos da Igreja, o que contribuiu para reforçar a situação decadente da monarquia francesa perante o povo. O mesmo rei que recebeu

o apelido de Bem-Amado, em 1744, já não gozava do prestígio da opinião pública. Os libelistas aproveitavam o momento crítico da monarquia para destilar seus ressentimentos e fazer circular suas obras. Eles enfatizavam essa perda da sacralidade da figura do monarca aos olhos de seus súditos, conforme pode-se observar no trecho de uma obra de Charles Théveneau de Morande⁵⁵:

Publicou-se um anúncio: procura-se o cetro de um dos maiores reis da Europa. Depois de longa e minuciosa busca, foi encontrado na *toilette* de uma bela condessa, que o usa para fazer cócegas na barriga de seu gato (MORANDE *apud* Darnton, 1987, p. 42).

A morte de Luís XV, em 1774, fez com que seu neto e herdeiro, Luís XVI, assumisse o trono francês ainda muito jovem, com vinte anos. Luís XVI era casado com a arquiduquesa da Áustria, Maria Antonieta, filha da Imperatriz Maria Teresa da Áustria, uma mulher conhecida pela firmeza em suas decisões, uma vez que a França, debilitada pela Guerra dos Sete Anos, necessitava de alianças políticas. O novo monarca assumiu o trono após a morte de seu avô, ascendendo a esperança de alguns membros da corte que a monarquia francesa recuperasse a credibilidade e o equilíbrio, ameaçados no reinado de Luís XV. Em meio a esse clima de expectativa, a primeira atitude do soberano foi reunir-se com os mais importantes integrantes do governo, com o intuito de organizar sua equipe de trabalho e ouvi-los sobre a situação do país. No entanto, alguns altos funcionários reais já tinham atraído o desprezo da rainha, a qual, em muitos casos, solicitou ao seu marido que realizasse manobras políticas prejudiciais a seus desafetos na corte. Assim como no reinado de seu avô, as intrigas políticas recomeçavam, prejudicando o governo de Luís XVI. Com o passar do tempo, o próprio casal real, Luís XVI e Maria Antonieta, começam a ter sua reputação ameaçada perante seus súditos.

O reinado de Luís XVI iniciou-se com uma série de medidas tomadas por ele, e aprovadas (nem sempre de bom grado) por seus conselheiros mais próximos. No entanto, não permaneceram, e logo, tanto o monarca quanto sua esposa, foram acusados de esbanjar dinheiro com o luxo excessivo, enquanto a burguesia estava descontente pela pouca representatividade política, e a população em geral sobrevivia com poucos recursos. Valendo-se da opinião pública, os escritores encontravam, na

⁵⁵ Conhecido libelista francês, famoso por escrever obras escandalosas e se utilizar de uma linguagem vulgar para referir-se ao soberano e aos membros da corte.

situação da monarquia e na perda de sua sacralidade, assunto para suas obras. Assim, os eventos de 1789 e seus desdobramentos não ocorreram de forma súbita, foram resultados de descontentamentos já instalados entre a população ressentida com a forma de governo vigente.

6 CONCLUSÃO

A palavra impressa, na França do Antigo Regime, foi essencial para divulgar as ideias que circulavam e influenciavam na opinião pública, na Europa do Século XVIII. No reino francês, muitas obras foram consideradas subversivas e, por conseguinte, alvos das redes de censura, empreendidas pelo governo para inibir sua circulação. Considerando a importância do escrito, pode-se dizer que a literatura, as relações comerciais do ramo livreiro, a repressão policial e o conteúdo das obras consideradas subversivas minaram as bases da monarquia, a ponto de fazê-la ruir, encerrando, assim, o período conhecido como Antigo Regime? De que forma isso ocorreu?

Para responder às questões acima, inicialmente, foi preciso analisar os caminhos percorridos pela palavra impressa na França Pré-Revolucionária, buscando compreender o impacto da literatura subversiva na opinião pública, bem como uma possível relação com a queda da monarquia. Primeiramente, é importante entender o início da trajetória do escrito, ou seja, desde que o manuscrito é produzido pelo autor e os caminhos percorridos até que a obra chegue às mãos do leitor. É preciso compreender, outrossim, os limites entre a literatura oficial, isto é, aceita pelas autoridades, e a extraoficial, que circulava à margem do mercado livreiro, mas que mobilizava muitos profissionais das mais diversas funções e, em alguns momentos, confundia-se com a literatura autorizada. Para facilitar o controle da palavra impressa, as autoridades francesas instituíram permissões e privilégios, que determinavam qual modalidade da censura seria empreendida. O profissional do ramo livreiro que não atendesse a essas condições estaria sujeito às punições impostas pelo governo, entre elas, o encarceramento na Bastilha.

A partir das leituras para esta pesquisa, é possível chegar à conclusão que a queda da monarquia francesa não foi um fato com uma única causa, mas um conjunto de fatores que, somados ao contexto político francês no cenário nacional e internacional, desencadeou uma mudança lenta, porém, decisiva na sociedade francesa. É fato que os escritores subversivos contribuíram para esse processo, pois fizeram circular suas ideias por meio da palavra impressa, atingindo um grande público. Eles foram os que, não sem dificuldades, abriram caminho entre a repressão das autoridades, as restrições do mercado editorial e os costumes morais e religiosos, sobre os quais estavam firmadas as bases da monarquia. A circulação dos libelos,

cujos personagens eram pessoas influentes, membros da corte ou pertencentes à hierarquia da Igreja Católica, cativou a atenção de muitos leitores dentro do reino.

Os escritores que produziam suas obras fora dos limites da França também tiveram uma grande importância na sociedade francesa. Estabelecidos na Inglaterra e, em alguns casos, na Suíça, os autores escreviam mais livremente, o que fazia com que o governo francês se ocupasse em tentativas de inibir essa literatura. Não obstante, muitos leitores e comerciantes aderiram às ideias dos literatos e subliteratos, ajudando-os a burlar as leis francesas de circulação da palavra impressa. Considerando essa afirmação, a rede de censura também contribuiu, de certa forma, à queda do Antigo Regime. No entanto, é importante considerar que a rede de censura desenvolvida pelas autoridades francesas não sofreu sabotagens apenas de agentes externos, mas, em muitas situações, de seus próprios integrantes, que conheciam os meios mais eficientes para colocar as obras subversivas em circulação. As complexas relações comerciais estabelecidas no ramo livreiro contribuíram, além disso, para a derrocada da monarquia. Essas relações eram muito intensas, pois movimentavam altas somas de dinheiro, o que fazia com que muitos franceses buscassem sua sobrevivência por meio desse tipo de comércio.

É importante perceber que, em muitos momentos, o próprio governo, em tentativas de reprimir a circulação de algumas ideias, acabava por fomentá-las. Isso ocorria, porque quanto mais uma obra fosse perseguida, mais suas chances de tornar-se conhecida aumentavam. As cerimônias de queima de livros tinham esse mesmo efeito, pois garantiam o sucesso editorial da obra queimada pelo carrasco, em frente ao *Palais de Justice*. Havia, ainda, as intrigas políticas na corte, que asseguravam informações privilegiadas ao escritor. Quando algum indivíduo influente na corte via em outro um rival, poderia fornecer informações a algum hábil libelista, que se encarregava de denegrir sua imagem.

Entretanto, não era somente a monarquia, suas manobras políticas e escândalos sexuais que garantiam aos autores assuntos para suas obras, uma vez que a Igreja Católica, seus dogmas e os integrantes de sua hierarquia também foram alvos de obras escandalosas. Expondo os problemas que grassavam dentro da Igreja, os escritores denunciavam seu enriquecimento ilícito, criticavam alguns de seus ensinamentos e denunciavam ao público o adultério e outros tipos de escândalos sexuais, envolvendo clérigos das mais diversas posições na hierarquia católica. É certo que nem todos esses escândalos eram baseados em fatos, pois os escritores

acrescentavam alguns detalhes, com objetivo de vender sua obra. O fato é que, inventados ou baseado em fatos, essa literatura era recheada de ofensas à Igreja, como nos contos escritos pelo Marquês de Sade.

Alguns historiadores apontam que a França, nos anos finais do Antigo Regime, sofria um processo de descristianização. No entanto, concordam que ela não foi uma ruptura brusca com os dogmas da Igreja, e sim um processo lento e muito sutil de abandono de alguns costumes religiosos. Essas atitudes foram percebidas até mesmo na figura do soberano Luís XV. É importante observar que a Igreja Católica conferia à monarquia francesa a legitimidade e o caráter sagrado, bem como da figura do soberano. Sendo assim, essa também começou a perder parte de seu caráter sagrado, o que o historiador Roger Chartier (2009, p. 179) define como uma “dessacralização da monarquia”. Dessa forma, Luís XV, o Bem-Amado, passou a ser alvo de críticas, quanto a seu governo e suas atitudes pessoais, especialmente no que se refere à sua vida sexual, assunto discutido nos libelos e nos mais diversos locais de sociabilidade. No fim de sua vida, foi grande a expectativa por um novo rei. Seu sucessor foi Luís XVI, seu neto, o qual também foi alvo de críticas, chegando a ser deposto e executado como inimigo do povo francês.

A perda da sacralidade da figura do monarca atingiu seu auge com os eventos de 1789, com a conhecida tomada da Bastilha. Nesse contexto, o local já não era mais uma prisão importante e, talvez, o tratamento dispensado aos detentos fosse o mesmo que nas outras prisões do reino. Porém, o lugar ficou conhecido do público, especialmente em Paris, pela pena dos escritores, que denunciavam as condições de vida na prisão, na qual comportava homens e mulheres⁵⁶ considerados inimigos do rei e do país. Quando eclodiu a Revolução Francesa, a função da Bastilha era muito mais simbólica, pois ainda representava o poderio do Antigo Regime. Sua invasão pela população exaltada foi um ultimato ao rei e sua corte. A tentativa de fuga de Luís XVI com sua família, em 1791, reforçou a imagem que já havia ganhado nas ruas de Paris: a de um rei que preferia se esconder a dialogar com o povo, que não hesitava em abandonar o país em meio ao caos e à fome, a fim de esconder-se com sua esposa, seus filhos e demais familiares. Recapturada, a família real foi mantida sob intensa vigilância, e o soberano assistiu a todas as mudanças políticas ocorridas no

⁵⁶ Embora em menor número, algumas mulheres também foram detidas na Bastilha, inclusive por cometerem infrações no mercado livreiro.

reino, sem que pudesse ter alguma influência significativa. Essa situação do soberano permaneceu até o ano de sua morte, em 1793, quando foi guilhotinado.

A própria Revolução foi um processo lento, que não se encerrou com os acontecimentos de 1789. Ela foi se estabelecendo, por intermédio de ações posteriores a esse período, com desdobramentos decorrentes. Além disso, tornou-se um marco na História da França, pois as ideias que a originaram foram, aos poucos, ocasionando o colapso do Antigo Regime e estabelecendo em seu lugar uma forma de governo diferente. Os ideais espalharam-se por toda a Europa e por muitos países da América, deixando todos os governos monárquicos em estado de alerta, especialmente na Europa. Assim, a abrangência da Revolução Francesa foi fundamental para que muitas das independências na América fossem possíveis.

O tema das obras subversivas e sua atuação na sociedade francesa é amplo e, por isso, não foi todo explorado nesta pesquisa. A partir desse assunto, muitas possibilidades de pesquisa apresentam-se, sob os mais diversos aspectos de análises e com os mais variados documentos disponíveis aos pesquisadores. As cartas, os testamentos, os inventários *post mortem*, os diários, os catálogos dos livreiros, os manuscritos de obras, as anotações feitas pelos leitores, entre outros documentos estão à disposição dos pesquisadores e, a partir deles, é possível ampliar o campo da História da Leitura. A partir das obras que se encontram disponíveis em português, como as três analisadas nesta pesquisa, os livros escritos pelo Marquês de Sade, entre outros autores, é importante questionar-se, por exemplo, sobre a representação da mulher na literatura subversiva da França setecentista. Podem ser estudadas, também, as normas de conduta a serem seguidas pela sociedade nesse período. As redes de sociabilidade em salões, cafés, bares e tabernas podem ser rastreadas, uma vez que o principal elo de ligação entre os frequentadores do local eram as ideias dos importantes pensadores do século XVIII. Outra possibilidade de pesquisa está relacionada à circulação da Enciclopédia, obra considerada símbolo do Iluminismo francês. A partir dos documentos disponíveis, pode-se questionar sobre a sua aceitação entre os leitores franceses ou o conteúdo da obra em si.

As músicas, os cartazes, pasquins, panfletos, entre outras formas de circulação do impresso são importantes documentos para a pesquisa sobre a literatura popular. Os contos infantis, cujos temas foram explorados pelo historiador Robert Darnton (1986), em sua obra “O grande massacre de gatos”, também são uma fonte fundamental para compreender como as crianças e adolescentes deveriam se portar

em uma sociedade tão diversificada quanto à da França setecentista. Considerando a pesquisa com as músicas populares, percebe-se que muitas delas tratam-se de temas pornográficos, envolvendo ilustres personagens e, por isso, são consideradas altamente subversivas. A *Marselhesa*, composta em 1792, traz em si uma rica possibilidade de pesquisa, uma vez que ficou conhecida muito além das fronteiras francesas, por sua mensagem revolucionária. Conforme já apontado anteriormente, a Revolução Francesa foi um processo que não se encerrou com os eventos de 1789. Sendo assim, a literatura também pode ser estudada no período Pós-Revolução. Aspectos como o conceito de livros subversivos, antes e depois de 1789, liberdade de expressão, perseguição (ou não) aos literatos e subliteratos, entre outras possibilidades.

No Brasil, a História da Leitura ainda pode ser muito mais explorada, ainda que alguns historiadores tenham se ocupado do tema. Em “O historiador e suas fontes”, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (2015), vários historiadores fazem um estudo sobre o trabalho com os mais diversos tipos de documentos. As práticas de leitura e sua relação com os acontecimentos políticos que marcaram a história brasileira também se apresentam como possibilidades de pesquisa a serem consideradas. Ao explorar as práticas de leitura, o pesquisador pode compreender e fazer com que seu leitor entenda uma parte importante da cultura de determinada sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDRIES, Lise. *Almanaques: revolucionando um gênero tradicional*. In: DARNTON, Robert, ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 287 – 307.
- ANTIGO REGIME. In: AZEVEDO, José Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2012, p. 33.
- ARIÈS, Philippe. *História da vida privada*, vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes. Organização: Philippe Àries e Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política* vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BURKE, Edmund (1729-1797). *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- _____. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe. *História da vida privada*, vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes. Organização: Philippe Àries e Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 113 – 162.
- _____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- _____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. 5. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77 – 105.
- _____. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI ao XVIII*. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. (Org.) *Práticas da leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CENSURA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa* 8ª ed. Curitiba: Positivo, 2010, p. 154.

COLLIVA, Paolla. Monarquia. In: BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política* vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 776 – 780.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 p. 17-77.

_____. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *O diabo na água benta: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

_____. *O Iluminismo como negócio: História da publicação da Enciclopédia 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DIDEROT, Denis (1713-1784). *Carta sobre o comércio do livro* (1763). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

ELIAS, Norbert (1897-1900). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FOISIL, Madeleine. *A escrita do foro privado*. In: ARIÈS, Philippe. *História da vida privada*, vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes. Organização: Philippe Àries e Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 331 – 369.

FURET, François. Antigo Regime. In: FURET, François, OZOUF, Mona (Org.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 621 – 631.

GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Perspectiva, S.A., 1999.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. *In*: CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 107 – 116.

_____. As práticas literárias ou a publicidade do privado. *In*: ARIÈS, Philippe. *História da vida privada*, vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes. Organização: Philippe Àries e Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 371 – 405.

GRESPLAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler?. *In*: CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 35 – 74.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HORELLOU- LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. *Sociologia da Leitura*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JONES, Colin. *Paris: biografia de uma cidade*. 5. ed. Porto Alegre: L & PM Editores, 2013.

LEIBEL, Sílvia. Os canards e a literatura de rua na França Moderna (séculos XVI e XVII). *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Possibilidades de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 11 – 30.

MAFFAY, Aldo. Utopia. *In*: BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.) *Dicionário de Política* vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1284 – 1290.

MATEUCCI, Nicola. República. *In*: BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.) *Dicionário de Política* vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1107 – 1109.

MICHELLET, Jules. *1789-1874: História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à festa da federação*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989.

MORUS, Tomás. *A utopia*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2012.

ONANISMO. Dicionário Aulete. Disponível em:
<<http://www.aulete.com.br/onanismo>>. Acesso em: 6 dez. 2018.

- OZOUF, Mona. Descristianização. In: FURET, François, OZOUF, Mona (Org.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 26 – 39.
- PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PROST, Antoine. *Doze Lições sobre História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris: Ensaio sobre a Cultura popular no século XVIII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. A censura e a Indústria Editorial. In: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 p. 21 – 48.
- RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Possibilidades de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017.
- RUDÉ, Georges. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- SADE, Marquês de. *O corno de si mesmo e outras historietas*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias...historiadores e jornalistas: Aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos*, 1997 n. 19. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- VERNUS, Michel. *A perspectiva de uma província*. In: DARNTON, Robert, ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 177 – 191.
- VINCENT, Bernard. *Luís XVI*. Porto Alegre: L & PM Editores, 2011.
- VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. São Paulo: UNESP, 2007.